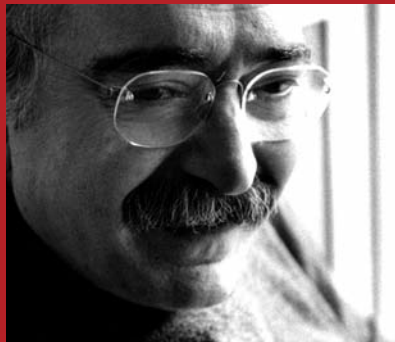




SPAUTORES

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES

JORGE PAIXÃO DA COSTA
EPISÓDIOS DE "REPÚBLICA"
INAUGURAM NOVA ERA NA TV



JOSÉ MARIO BRANCO
a utopia
continua



MÁRIO CLÁUDIO
novo livro sobre
personagem-mistério



SARA PEREIRA
tudo isto
é fado

A REPÚBLICA e os autores

SPA COMEMORA CENTENÁRIO COM EXPOSIÇÃO, CONFERÊNCIAS E CONCERTOS



A **SPA** NA TELEVISÃO E AGORA TAMBÉM NA RÁDIO



“A DE AUTOR”, NA RTP 2, ENCETOU SEGUNDA SÉRIE DE 13 PROGRAMAS

“A de Autor”, espaço televisivo que a SPA tem, desde Maio deste ano, no segundo canal da televisão pública, já vai na segunda série de 13 programas, desde o passado dia 16 de Setembro.

Apresentado por Paulo Sérgio dos Santos, às quintas-feiras, pelas 23h30, “A de Autor” continua, assim, a dar voz e imagem a autores de áreas como a música, o teatro, o cinema, a literatura, as artes visuais e outras, sempre com a preocupação de mostrar ao público que o escolhe a importância do trabalho de criação autoral na vida cultural portuguesa.

“NOTAS DE AUTOR” E “DIREITOS DE AUTOR” JÁ ESTÃO NO AR NA TSF

“Notas de Autor”, apontamento diário da responsabilidade da SPA, já está a ser transmitido na TSF, desde o dia 20 de Setembro, pelas 12h50 e pelas 17h50, com a finalidade de divulgar o trabalho de autores portugueses.

A parceria SPA/TSF prevê ainda a apresentação, no último domingo de cada mês, entre as 10 e as 11 horas, de um programa intitulado “Direitos de Autor”, que possibilitará amplos debates sobre as questões centrais do direito de autor, desde o problema da pirataria até à importância das directivas da UE na vida dos autores portugueses.

Para que a divulgação seja mais abrangente, a SPA solicita aos cooperadores o envio de notícias relacionadas com a sua actividade para o seguinte endereço electrónico: dacre@spautores.pt. Essas informações deverão indicar que se destinam à difusão pela TSF.

Mais informações em www.spautores.pt



N.º: 27
Julho/Setembro 2010
SPA Sociedade Portuguesa de Autores

Director: Manuel Freire

Director Executivo: José Jorge Letria

Editora: Edite Esteves

Textos: Conselho de Administração e Direcção da SPA, Edite Esteves (EE), Gustavo de Matos Sequeira, José Jorge Letria (Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Direcção da SPA), José Niza e Viriato Teles.

Direcção de Arte e Design: José Maria Ribeirinho

Copy Desk: Ayala Monteiro

Fotografia: Arquivo da Câmara Municipal de Cascais, Arquivo da CISAC, Arquivo da CLEPUL, Arquivo da RTP 1 e da Ukbar Produções, Arquivo da SPA, Direitos Reservados, Isabel Pinto e Reinaldo Rodrigues (fotos cedidas pela produtora Vachier & Associados, Lda) e José Pedro Santa Bárbara

Design e tratamento de imagem:
JM Design&edições
www.jm-designedicoes.com

Propriedade: Sociedade Portuguesa de Autores
Av. Duque de Loulé, 31
1069-153 Lisboa
Tel: 21 359 44 00
Fax: 21 353 02 57
email: geral@spautores.pt
site: www.spautores.pt

Nif.: 500257841
ICS: 100206
Tiragem: 3000
Periodicidade: Trimestral
Distribuição: Gratuita

Impressão e Expedição:
António Coelho Dias, S.A.

Depósito Legal: 224 872/200

SPA 85 anos.

A nossa casa
A nossa causa

Sumário

Em vésperas de eleições – um período sempre tocado pela expectativa e pelo trabalho ainda mais acentuado de todos os que se empenham no projecto desta equipa que gere a nossa cooperativa – e na passagem de um ciclo difícil de modernização e mudança, como, mais uma vez, faz eco pormenorizado o **Editorial** da Direcção e do Conselho de Administração da SPA, damos conta nesta edição de novas “prendas” que a cooperativa tem vindo a receber. Protocolos, acordos, parcerias e produções conjuntas determinantes, fruto de um esforço redobrado de diálogo desta cooperativa de autores e editores sem fins lucrativos com várias instituições, a nível nacional e internacional, com vista a desenvolver, divulgar e dar assistência adequada aos aos 23 000 autores portugueses que representa. O arranque da segunda edição de **mais 13 programas televisivos de “A de Autor” na RTP 2**, apresentados por **Paulo Sérgio Santos** e agora também de um **apontamento bidiário na TSF**, intitulado “**Notas de Autor**”, já no ar às 12h50 e 17h50, além da transmissão nesta mesma estação radiofónica, no último domingo de cada mês, entre as 10 e as 11 horas, de um programa sobre os “**Direitos de Autor**” constituem um trampolim fundamental para a abertura e sucesso da criação cultural como um agente económico a considerar para a sustentabilidade do país. Em **destaque especial** nesta edição de **Autores** figura a deliberação do **Supremo Tribunal de Justiça**, que confirma o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa e **dá razão à SPA no processo de despedimento de Catarina Rebelo**, um passo importantíssimo para clarificar e encerrar uma situação que se tornava incomportável para os actuais responsáveis da SPA e para os autores nela representados. Para além de um **dossiê completo, de 12 páginas**, passível de destacar, com tudo sobre o **Dia do Autor Português e, simultaneamente, da festa dos 85 anos da SPA**, este número 27 da revista é dedicado especialmente às **celebrações do Centenário da Proclamação da República**, divulgando, desde já o seu interventivo e diversificado **programa que se inicia, hoje, dia 30 de Setembro de 2010**, com a **inauguração da exposição** alusiva à efeméride, na Sala Carlos Paredes. Intitulada “**Os Autores e a República**”, a mostra foi coordenada pelo jornalista e investigador **António Valdemar** e orientada pelo cenógrafo **Fernando Filipe**. De resto, a organização e elaboração de todo o programa, que se prolonga pelo mês de Outubro, é da responsabilidade de **António Valdemar**. A propósito do tema República, publicamos ainda uma extensa **entrevista** com o realizador **Jorge Paixão da Costa**, nosso cooperador, autor de **dois inovadores episódios de uma hora** a emitir na **RTP 1, dias 5 e 6 de Outubro**, “**As Armas**” e “**Levantai Hoje De Novo**”. Fazendo referência aos **anos Novecentos**, um nome grande dessa época constitui o cerne da **biografia a editar no início de 2011**, que **Mário Cláudio** está a escrever e de que fala aqui também. É motivo de entrevista nesta edição **Sara Pereira**, directora do **Museu do Fado**, com quem a **SPA** estabeleceu um **protocolo** para intercâmbio de acervos e iniciativas, e que **apoia na sua candidatura a Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO**. **José Mário Branco**, essa figura polémica e filosófica que marca o sector mais emblemático da cooperativa – a **Música** -, passa em revista a sua vida e conceitos, demonstrando que a utopia e os sonhos ainda estão vivos. E, por último, **do Porto**, o encenador, actor e professor **José Caldas**, pessoa de topo da Associação de Teatro para a Infância e Juventude e director de **A Quinta Parede**, aborda todo o seu projecto ligado ao teatro para os mais jovens. De entre os múltiplos destaques, notícias, evocações, prémios, homenagens e lançamentos de obras apoiadas pelo **Fundo Cultural da SPA**, são de salientar as recentes **medidas mutualistas** implementadas; o **novo portal da SPautores**; os prémios atribuídos a vários cooperadores, nomeadamente a **Leonor Xavier** e **Maria Teresa Horta**; as homenagens, entre elas, a **António Torrado**; as sessões evocativas de **Almada Negreiros** e **Dinis Machado**; o lançamento, por **Álvaro Cassuto**, do **terceiro CD** com música de **Luís de Freitas Branco**, o anúncio do CD “**Viva a República Viva**”, de **Vitorino Salomé**, e o do CD e DVD “**Coreto**”, da autoria de **Jorge Costa Pinto**, os três com suporte do **Fundo Cultural**. Em foco, é publicado nas primeiras páginas desta revista um artigo de **José Niza** sobre a **história dos 25 anos do Código dos Direitos de Autor**, em que esteve directamente envolvido. Na secção **Os que Partiram**, um lugar especial para **Matilde Rosa Araújo**, que partiu desta sua casa de autores para a sua última morada, e ainda a divulgação da morte dos cooperadores **João Aguiar**, **António Manuel Couto Viana** e **António Feio**, do ex-cooperador e **Prémio Nobel da Literatura José Saramago** e da beneficiária **Maria Dulce**.





A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA de dar razão à SPA quanto ao despedimento com justa causa da adjunta do ex-administrador delegado, Luís Francisco Rebelo, constitui um facto de grande relevância para a vida da cooperativa, não só no plano financeiro, mas também e sobretudo por encerrar um processo moroso e desgastante, que se arrastou durante cerca de seis anos, e por ter feito justiça aos autores portugueses e à cooperativa que os defende e representa.

Por outro lado, a decisão da instância máxima da justiça portuguesa representa também a condenação final de um modelo de gestão que permitiu abusos intoleráveis que nunca mais se repetirão nesta casa.

Entretanto, quase em final de mandato, a Direcção e a Administração da SPA orgulham-se de, nestes quatro anos, terem reforçado significativamente, a vocação mutualista e solidária da cooperativa, de terem intensificado a sua

O trabalho realizado irá projectar-se para o futuro

oferta cultural, convertendo-a numa referência da vida cultural portuguesa, de terem mudado radicalmente a imagem da SPA, de terem criado condições para que os autores portugueses disponham de uma presença regular no espaço televisivo e principalmente de terem desencadeado um processo de modernização informática e dos serviços, cujos resultados são hoje bastante visíveis para a opinião pública em geral e para os autores em particular. Para além disso, a criação do Fundo Cultural deu a possibilidade à SPA de apoiar financeiramente mais de meia centena de projectos

COM O INDISPENSÁVEL GRAU DE RENOVAÇÃO, O PROJECTO QUE SE CUMPRIU NESTE MANDATO IRÁ TER A NECESSÁRIA CONTINUIDADE, PORQUE NÃO FAZ SENTIDO QUE SE INTERROMPA UMA DINÂMICA DE MODERNIZAÇÃO E MUDANÇA QUE INEQUIVOCAMENTE, TEM VINDO A PROJECTAR A SPA PARA O FUTURO

de autores de áreas como a música, o audiovisual e a literatura.

Nada desta nova dinâmica permite comparações com um passado que se encerrou em 2003. Hoje, a SPA mantém um nível de diálogo, de apoio e de partilha com os seus cooperadores que representa o modelo em que desejamos que assente a vida futura da cooperativa, a médio e longo prazo.

A Gala do Prémio Autor no CCB, bem como os programas na TVI 24 e na RTP 2, correspondem a uma nova etapa da vida da cooperativa e ao público reconhecimento da estrutura que legitimamente os representa e protege. É com este espírito que a actual direcção encara os desafios do futuro próximo, convicta de que, no momento de escolher, os cooperadores saberão optar, pelo projecto que verdadeiramente corresponde aos seus interesses, com base na avaliação objectiva da obra realizada e do projecto que uma nova equipa lhes irá oportunamente apresentar.

A Direcção e a Administração da SPA estão conscientes de tudo terem feito para modernizar a cooperativa e os seus serviços e para melhor poderem responder aos anseios dos cooperadores e dos beneficiários. Com o indispensável grau de renovação, o projecto que se cumpriu neste mandato irá ter a necessária continuidade, porque não faz sentido que se interrompa uma dinâmica de modernização e mudança que, inequivocamente, tem vindo a projectar a SPA para o futuro.

Setembro de 2010

A DIRECÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO DA SPA

Continuar a trabalhar por uma SPA ainda melhor

Quase no termo do mandato iniciado com o acto eleitoral de Novembro de 2006, é possível afirmar-se que a maior parte dos objectivos fixados se encontra cumprida, ou em vias de vir a sê-lo. A SPA tem uma nova imagem, uma situação financeira mais desafiada, não obstante a grave situação nacional e internacional, um moderno sistema informático já operacional, uma política assistencial e mutualista reforçada e mais abrangente do que nunca, uma dinâmica cultural consolidada, descentralizada e ainda uma renovada credibilidade junto dos autores, dos usuários e do público em geral.

Por outro lado, na cena internacional, a SPA recuperou e reforçou o seu prestígio, tendo conseguido afirmar o espaço da lusofonia no contexto das sociedades de gestão colectiva, o que até agora não acontecia.

Muito foi feito pela equipa que agora se prepara para entrar em fase de balanço, mas muito fica ainda por fazer, sobretudo se quisermos fortalecer a estrutura empresarial de uma cooperativa que se queira apta a enfrentar os grandes desafios do presente e do futuro, em tempo de profunda e irreversível revolução tecnológica.

Hoje a SPA comunica muito mais e melhor com os seus associados, obtendo de muitos deles regulares e estimulantes provas de confiança.

É esta avaliação, que cremos ser globalmente positiva, que reforça em nós a convicção de que este ciclo de modernização e mudança não deve ser interrompido, sob pena de ficarem comprometidas algumas medidas essenciais para a defesa dos direitos dos autores portugueses. Queremos e podemos ir mais longe. Pretendemos fazê-lo convosco, se, na altura de escolher, for essa a vontade maioritária.

Em democracia é sempre saudável a alternância, mas só faz sentido quando existe alternativa. No caso da SPA, a alternativa pressupõe a existência de quem tenha disponibilidade, competência e conhecimento bastante da cooperativa e do seu funcionamento para poder tornar credível e sustentável um outro projecto de gestão e de organização da casa comum dos autores portugueses. Para se ser alternativa, é preciso ter esse projecto e torná-lo convincente na hora do escrutínio. Não basta, para se dinamizar uma ideia de mudança, querer resolver algu-



mas questões sectoriais, solucionar alguns problemas pessoais ou estar movido pelo ressentimento ou pela ambição material. É preciso muito mais do que isso. É indispensável demonstrar aos cooperadores que se consegue fazer mais e melhor, sem a levandade de quem acredita em soluções messiânicas num tempo de incerteza e risco que não se compadece com aventureirismos.

É a partir do trabalho realizado que é necessário construir uma dinâmica que transmita aos cooperadores, aos beneficiários e aos trabalhadores da SPA confiança e estabilidade. Qualquer solução aventureirista poderá revelar-se fatal para o futuro de uma estrutura empresarial de tipo cooperativo que tem de se comprometer com a modernidade sem trair os compromissos sociais e culturais assumidos e consolidados ao longo dos tempos.

Alguns dos melhores de nós deixaram-nos nestes últimos anos. É também a memória e o exemplo deles que pretendemos honrar, dando o nosso melhor por aquilo em que acreditamos, por aquilo em que eles acreditaram.

A equipa que em breve concluirá o seu mandato considera que ainda não chegou o

momento de passar o testemunho. Por isso, assume o compromisso de apresentar no momento próprio ao colégio eleitoral constituído pelos cooperadores um programa de acção que dê a desejável e coerente continuidade ao trabalho já feito. É tempo de preparar o futuro para as gerações mais jovens que daqui a algumas décadas poderão vir a beneficiar das vantagens de se ser associado da SPA. É também por eles e para eles que pretendemos prosseguir com este tratado, convictos de que, com o indispensável grau de renovação, continuamos a ter a resposta para as grandes questões e desafios com que a SPA quotidianamente nos confronta. É em nome desse projecto e dessa equipa, que no momento adequado se dará a conhecer, que me dirijo aos cooperadores da SPA, assegurando que os seus direitos e interesses são e serão sempre a razão de ser do nosso combate diário e da nossa aposta no futuro.

*José Jorge Letria
Presidente do Conselho de Administração
Vice-Presidente da Direcção*



Supremo Tribunal de Justiça confirma acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa e dá razão à SPA no processo de despedimento de Catarina Rebelo

O Supremo Tribunal de Justiça manteve a decisão na qual foi dada razão à SPA no despedimento da ex-trabalhadora Catarina Rebelo, em acórdão subscrito pelos juízes conselheiros Manuel Joaquim de Oliveira Pinto Hespanhol, Adelino César Vasques Dinis e Mário Manuel Pereira. A decisão do Supremo Tribunal de Justiça foi proferida na sequência do recurso apresentado pela trabalhadora por não se ter conformado com o teor do acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, que alterou a sentença de primeira instância que lhe havia sido larga e inexplicavelmente favorável.

O acórdão agora proferido confirmou na íntegra o que fora decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, ficando a SPA com a única obrigação de pagar à trabalhadora o montante de sete mil e quinhentos euros, correspondente ao período de sete meses e meio em que aquela se viu privada da utilização da viatura de serviço que lhe estava atribuída, mas bem longe dos mais de dois milhões de euros que a ex-trabalhadora e ex-adjunta do administrador-delegado, Luiz Francisco Rebello, reivindicava.

É importante recordar que já na decisão recorrida, agora confirmada, se afirmava terem existido dois motivos fundamentais para o despedimento: pri-

por sinal o seu pai... É que não se podem esquecer quer as relações familiares entre a autora (CR) e o seu superior hierárquico, que não podem ser confundidas com as relações laborais, e, por isso, não podem dar azo a qualquer tipo de favor, de carácter excepcional, nem a abusos por parte da trabalhadora (filha), nem que, atentas as funções de especial responsabilidade que estavam cometidas à autora (CR), a esta estava adstrito o especial dever de zelar pelos meios humanos e materiais da empresa...”

O segundo motivo pelo qual o Tribunal considerou existir fundamento para o despedimento teve a ver com uma entrevista dada ao semanário “O Independente”, no dia 12 de Dezembro de 2003 pela funcionária, e também com um e-mail enviado para vários funcionários, em 17 de Dezembro do mesmo ano, nos quais esta proferiu afirmações que o Tribunal considerou que puseram “em causa, de forma consciente, o bom nome, a credibilidade e a honestidade das altas chefias da ré (SPA), incluindo o seu, na altura, administrador-delegado, Manuel Freire”. O Tribunal vai mais longe ao declarar que “...por mais benevolência que se pudesse utilizar para minimizar as afirmações produzidas em tal texto, a conclusão seria sempre igual: as



FOTO DE JOSÉ MARIA ROUNIER

“...Face ao comportamento da autora (CR), qualquer empregador, colocado na posição da ré (SPA), teria perdido de forma irremediável a confiança na autora (CR), pelo que é de considerar que, pela sua gravidade e consequências, o comportamento ilícito e culposo da autora (CR) tornou imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho. A continuidade da relação contratual representaria, neste caso, uma insuportável e injusta imposição para a ré (SPA) de um com-

pósito da entrevista concedida pela trabalhadora, que, “...no contexto factual apurado, as afirmações produzidas pela autora (CR) na entrevista citada assumem um nítido conteúdo ofensivo do bom-nome, consideração e dignidade dos seus superiores hierárquicos, incompatível com as suas obrigações de trabalhadora subordinada, e que se situam fora do campo de protecção do direito de opinião e de expressão garantidos seja pelo art.º 37.º da Constituição, seja pelo art.º 10.º

O acórdão agora proferido confirmou na íntegra o que fora decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, ficando a SPA com a única obrigação de pagar à trabalhadora o montante de sete mil e quinhentos euros, correspondente ao período de sete meses e meio em que aquela se viu privada da utilização da viatura de serviço que lhe estava atribuída, mas bem longe dos mais de dois milhões de euros que a ex-trabalhadora e ex-adjunta do administrador-delegado, Luiz Francisco Rebello, reivindicava

meiro que “...a autora (Catarina Rebelo), com indiscutível frequência, utilizou recursos humanos e materiais da ré (SPA) com vista a tratar e a resolver questões de ordem pessoal, dentro do horário de trabalho dos funcionários em causa. Ou seja, afectou a seu uso pessoal meios humanos e materiais que deveriam, naquelas ocasiões, estar ao serviço da Ré (SPA), sua entidade empregadora, e que pagava o respectivo salário a esses trabalhadores... E não colhem as objecções de tal utilização ter o consentimento, expresso ou tácito, do superior hierárquico da autora (CR),

mesmas estão carregadas de imputações negativas, directas e inequívocas, afirmações claramente desabonatórias do comportamento das pessoas que estavam à frente da SPA” e mais à frente “...não podem deixar de se considerar não só as expressões utilizadas ... como altamente ofensivas da dignidade da ré (SPA), enquanto instituição, bem como das pessoas à frente dos seus destinos. A autora (CR) põe em causa, de forma intolerável, a honra e consideração dos seus superiores hierárquicos e da instituição em si.” O Tribunal havia concluído que

portamento revelador de clara falta de urbanidade. Se a apelante (SPA) não despedisse a apelada (CR), em face da gravidade da sua conduta, a sua prática disciplinar ficaria posta em causa e, além de perder a face, acabaria também por perder o respeito e autoridade disciplinar sobre a autora (CR) e sobre os demais trabalhadores, ficando assim aberto caminho à indisciplina, jamais podendo por factos desta gravidade e natureza despedir qualquer trabalhador.”

O Supremo Tribunal de Justiça vai mais longe e considera mesmo, a pro-

da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, não sendo as mesmas proporcionais ao efectivo exercício do direito de defesa, de opinião ou de liberdade de expressão”.

O Supremo Tribunal de Justiça considerou também que “... a autora (CR), que desempenhava funções directivas proeminentes, decidiu, com vista à abertura de estabelecimento comercial dedicado à venda de brinquedos, em proveito próprio, utilizar recursos humanos e materiais da ré (SPA), sem que esta lhes tivesse atribuído, apesar de lhe estar adstrito o especial dever

de zelar pelos meios humanos e materiais da entidade empregadora e, na sequência da eleição de nova Administração da ré (SPA), em entrevista concedida a órgão da comunicação social, com projecção nacional, expressou, em termos claramente ofensivos, a sua animosidade para com a novel Administração da ré (SPA), imputando-lhe falta de capacidade técnica para a gestão da ré (SPA), o que, para além de violar a regra que estipula que o trabalhador deve guardar respeito e lealdade ao empregador, afectou a relação de confiança que deve existir entre o empregador e o trabalhador, gerando fundadas dúvidas sobre a idoneidade futura do desempenho das suas funções, bem como a inexigibilidade da manutenção da relação contratual, assente no cumprimento de um contrato *intuitu personae*, pelo que o despedimento mostra-se proporcional ao comportamento tido”.

Conclui o Supremo Tribunal de Justiça que “...a autora, com o seu comportamento grave e culposos, pôs em crise a permanência da confiança em que se alicerçava a relação de trabalho e que, insubsistindo, torna imediata e praticamente impossível a sua manutenção, que não é razoável exigir à entidade empregadora, verificando-se, assim, justa causa para o despedimento...”

Deste modo, o órgão máximo do poder judicial português fez justiça à estrutura representativa de milhares de autores nacionais, confirmando a justeza da decisão tomada, por unanimidade, pela Direcção e Administração da Sociedade Portuguesa de Autores de despedir com justa causa, em finais de 2003, a filha do Administrador-Delegado, sua adjunta e funcionária da SPA durante anos. A direcção e a administração da SPA não podem deixar de se congratular com o facto de, finalmente, se ter feito justiça, sobretudo por esta deliberação do órgão máximo do poder judicial português surgir numa época em que os autores portugueses enfrentam crescentes dificuldades financeiras. Tudo leva a crer que se encerra, assim, um ciclo que durou vários anos e que muito penalizou a SPA material e moralmente, afectando também a sua imagem pública e a sua dinâmica de recuperação financeira e de modernização.

Lisboa, 20 de Julho de 2010
A Direcção e a Administração
da SPA

O ACTUAL CÓDIGO DO DIREITO de Autor e dos Direitos Conexos que entrou em vigor em 17 de Setembro de 1985, completa este ano 25 anos de vida na defesa dos direitos dos autores, e foi aprovado quando a SPA fazia a bonita idade de 60 anos.

17 de Setembro – neste caso de 2003 – é também uma data que marca o início de um novo ciclo na vida da nossa SPA.

Nesta conjugação de efemérides e coincidências há ainda a assinalar que, também este ano, se comemoram os três séculos do “Estatuto da Rainha Ana”, que, em 1710, foi promulgado na Inglaterra e constituiu a primeira lei em matéria de direitos de autor, uma “lei para o encorajamento da ciência e garantia de propriedade dos livros impressos”. A expressão “direito de autor” foi criada em 1725 pelo advogado francês Louis D’Hericourt. Em 1841, Almeida Garrett viu definitivamente aprovado pelas Cortes o seu projecto de lei da “propriedade intelectual” que apresentara dois anos antes.

Entre 1985 e 1966 – ano em que foi aprovado o anterior Código – passaram vinte anos. Vinte anos em que, no universo do direito de autor, mil novas coisas foram acontecendo em ritmo vertiginoso.

Em 1973 – já na sua fase terminal – o governo de Marcelo Caetano apresentou à Câmara Corporativa um projecto de revisão do Código de 66. Mas a Revolução dos Cravos estragou-lhe a festa.

Já depois do 25 de Abril, durante o consulado da AD (Aliança Democrática – PPD/CDS/PPM), Francisco Lucas Pires, então ministro da Cultura, ainda trabalhou numa nova versão do Código, a qual teve o mesmo destino que a de 1973.

Até que, finalmente, o governo PS-PSD – conhecido por Bloco Central –, tendo Mário Soares como primeiro ministro e António Coimbra Martins como ministro da Cultura, aprovou em Conselho de Ministros o Decreto-lei 63/85 que estabelecia o novo Código, publicado em 14 de Março desse ano.

A divulgação deste diploma suscitou uma generalizada contestação expressa em vigorosas tomadas de posição por parte de entidades representativas dos autores – com especial relevo para a SPA –, dos artistas, dos

arquitectos, dos produtores fonográficos e discográficos, etc. Todos eles exigiam que, em última instância, fosse a Assembleia da República a chamar o decreto-lei a ratificação parlamentar para que pudessem ser-lhe introduzidas múltiplas e profundas alterações. Mas, para que isso fosse possível, era indispensável que, pelo menos, um dos partidos do Governo requeresse a ratificação. Caso contrário, os partidos da oposição – PCP, MDP/CDE, CDS – nada conseguiriam.

E foi aí que eu entrei em cena.

A situação era politicamente muito delicada: se os grupos parlamentares do PS ou do PSD pedissem a ratificação estariam a pôr em causa uma lei já aprovada em Conselho de Ministros e também já publicada no “Diário da República”. E, com isso, colocariam o Governo que apoiavam numa situação de grande fragilidade. Eu era à altura vice-presidente do grupo parlamentar

do PS, o que não me impedia de concordar plenamente com a maioria das críticas que eram feitas ao novo Código e também com as alterações que lhe deviam ser introduzidas. Sem ter consultado a direcção do grupo, e muito menos avisado o Governo, avancei com o pedido de ratificação, utilizando uma prerrogativa regimental que permitia a qualquer deputado fazê-lo. Em qualquer outro partido esta minha rebelde iniciativa ter-me-ia custado uma perpétua penitência política. É claro que Mário Soares e Coimbra Martins ficaram fúrios com o meu atrevimento. Mas, com o FMI em cima de nós e com problemas bem mais graves do que a ratificação do Código, tudo ficou por aí. À excepção do PSD, todos os restantes partidos quiseram também a revisão do decreto. Mas, não fora o PS, ficariam a falar sozinhos.

Foi então que outro actor entrou na cena parlamentar: o Dr. Luiz Francisco Rebello.

Como? Nas eleições legislativas de 1983, o então presidente da SPA tinha sido incluído como independente nas listas do PCP, mas em lugar não elegível. Para que pudesse sentar-se na bancada comunista foi necessário que o PCP procedesse a uma vasta sucessão de substituições, de entradas e saídas, até que chegasse a vez do Dr. Rebello, o que aconteceu.

Decidida a ratificação, e para trabalhar a matéria, foi constituída uma comissão, a qual, para além de mim, foi integrada pelos deputados José Manuel Mendes (PCP- coordenador), Margarida Salema (PSD), José Luis Nogueira de Brito (CDS), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Vilhena de Carvalho (ASDI) e Luiz Francisco Rebello (independente).

Pondo de lado a modéstia, penso que a existência e paternidade do novo Código se deve no essencial a duas pessoas e a duas causas:

A primeira, de natureza política, porque sem o meu pedido de ratificação não haveria este Código. E a segunda, de natureza jurídica, porque não fora o alto contributo do Dr. Luiz Francisco Rebello – e também da Dr^a Margarida Salema – e os seus profundos conhecimentos em matéria de direito de autor, o actual Código não teria a qualidade de excelência jurídica que o caracteriza. O que, aliás, foi então reconhecido no mundo internacional do direito de autor.

Um outro aspecto que não é habitual na vida parlamentar foi o excelente ambiente que se viveu e praticou ao longo dos trabalhos da comissão: abertura total, convergências e consensos.

Mas, mais inédita ainda, foi a participação activa nos trabalhos da comissão do próprio ministro Coimbra Martins, que humildemente acabou por compreender e aceitar as críticas ao seu decreto, e colaborar nas alterações que lhe foram introduzidas.

A comissão analisou, nada mais nada menos, do que 300 propostas e alterou 94 dos 217 artigos. Tudo foi aprovado por unanimidade.

Como afirmei na minha intervenção parlamentar de 28 de Maio de 1985, “o simples facto de, no Parlamento, um partido do Governo se propor corrigir e melhorar um decreto do seu Executivo, é não só uma prova de pedagogia democrática, mas, na sua essência e significado, um verdadeiro exercício de prática da Democracia e de dignificação da Assembleia da República”.

Será que o que se passou em 1985 seria hoje possível?



Por
José Niza*

De todos os trabalhos da Comissão, e das reuniões que tivemos, fui guardando documentos únicos, notas, propostas, comentários, intervenções em debates parlamentares, isto é, todo um conjunto de materiais que foram os tijolos da construção da nova Lei. São milhares de páginas, alguns quilos de papel e três volumosos dossiers que ilustram e documentam todas as etapas da aprovação do Código. Para assinalar os seus 25 anos, decidi doar toda esta documentação à SPA, o que fiz na reunião dos órgãos sociais que se realizou em 6 de Julho passado.

*Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Autores



“Os dois episódios de **REPÚBLICA** inauguram uma nova era na TV”

JORGE PAIXÃO DA COSTA

FOTOS DE JOSÉ PEDRO SANTA BÁRBARA, ARQUIVO DA RTP1 E DA UKBAR PRODUÇÕES

“Tenho a certeza de que este é um produto televisivo que vai marcar um patamar. Não tenho a mínima dúvida de que, com este tipo de conceito, chamemos-lhe filme televisivo, eu e a equipa que me apoiou inaugurámos um novo patamar. Muito honestamente. Ando nisto há uns 27 anos e é a primeira vez que o digo. Talvez quando fiz A Ferreirinha tivesse tido a mesma sensação que tenho agora. A sensação de que estou perante qualquer coisa nova: em termos plásticos, de narrativa, de direcção de actores, de fotografia, som”. Foi desta forma entusiástica e convicta que Jorge Paixão da Costa, o realizador dos dois episódios de “República” – “Levantai Hoje de Novo” e “Às Armas” – a transmitir pela RTP 1 nos dias 4 e 5 de Outubro, classificou nesta entrevista à Autores o trabalho inovador que se propôs concretizar para assinalar o Centenário da Proclamação da República. Aqui explica os pormenores sobre os dois telefilmes e a ideia-chave que presidiu a esta ficção com base em factos históricos, em que “os ideais da República pairam por cima das cabeças de todas as personagens, inclusive dos monárquicos, como uma espécie de um capacete pesado”. “É ficção completa”, assegura. “Aquela senhora nunca existiu, o capitão também nunca existiu e o marquês também nunca existiu. Mas os factos existiram. Os factos vividos por eles existiram.”



Quanto tempo demoraram as filmagens de “República”?

A rodagem demorou cerca de cinco semanas. Mais propriamente, 30 dias. Rodámos durante o mês de Junho, a partir do dia 12, mais os dez primeiros dias do mês de Julho.

Mas foram muitas semanas, decerto, de investigação e preparação.

Particularmente, porque são dois episódios mais dispendiosos do que é normal no serviço público de televisão. São dois telefilmes para a RTP 1, para passar nos dias 4 e 5 de Outubro.

Já se sabe a hora a que vão passar? Deverá ser em horário nobre, naturalmente.

Espero que sim. Não fazia sentido nenhum fazer este conteúdo para um horário que não fosse nobre.

Este trabalho foi uma encomenda da RTP?

Inicialmente, não. Por acaso, a ideia surgiu há uns tempos. Há uns anos que ando a querer montar um musical, a partir de uma ideia do José Jorge Letria. E um dia estávamos a falar sobre isso – porque já tínhamos avançado e já tínhamos retrocedido – e quando parecia que íamos andar para a frente com aquele projecto, de repente ele diz-me, à José Jorge Letria, “temos de fazer qualquer coisa para a República”. Faltavam, então, três anos para a efeméride que agora se celebra do centenário da sua implantação... Comecei a pensar o que é que poderia ser e o que é que não poderia ser e propus-lhe uma ideia, não diria original, porque de original não tem nada, visto que tem as referências da República, mas uma ideia espontânea minha. E ele diz-me “isso é uma excelente ideia”. E



eu retorqui-lhe: “Então, se puderes, ajuda-me a estruturá-la.” Ele, de princípio, teve toda a disponibilidade e eu comecei a escrever...

A INVESTIGAÇÃO

Os dois começaram a estruturar a ideia de que maneira?

Nessa altura havia apenas um conceito. Eu propus-lhe que não fizéssemos uma coisa muito cronológica sobre os acontecimentos e que criássemos um ideal temporal da República. E passámos à fase seguinte.

Que foi?

A fase seguinte foi começarmos a fazer a investigação. Durante muito tempo, não falámos e um dia disse-lhe: “Olha, estou a montar o que tenho e associei-me às Produções Fictícias com quem vamos escrever os guiões.” Escrevemos os guiões e propusemo-los à RTP. Bom, nessa altura – há uns dois anos –, como deve calcular, havia uma série de propostas. Isto é, a RTP devia estar a aceitar propostas para se fazerem conteúdos sobre a República e com esta crise acredito que tenham decidido uma estratégia de comunicação sobre este tema e o meu projecto foi um dos escolhidos. Logo a seguir, o importante era decidirmos quem é que produziria. Houve várias propostas e eu, entretanto, tinha tido uma excelente experiência com a Pandora da Cunha Telles, que produziu o meu filme “O Mistério da Estrada de Sintra”, e propus à RTP que fosse ela a fazer a produção executiva. E avançámos. Houve várias etapas. Umas muito entusiastas, outras mais dolorosas...

Como por exemplo...

Às vezes, a gente quer fazer uma coisa e depois sabe que o dinheiro não chega. Depois, propõe outra com grande entusiasmo, porque acha que o momento pede que não se esqueçam esses factos e para reproduzir de uma forma menos “pindérica” chegamos à conclusão que não é possível. Esses são os momentos difíceis, os momentos das decisões. E são decisões que podem ser certas ou erradas.

Qual é a duração de cada episódio?

Cada episódio tem 60 minutos. Ou seja, são dois telefilmes de uma hora cada.

Como é que se processou a preparação para a rolagem?

Foi como qualquer filme de cinema. Isto é, o modo de produção que utilizámos neste conteúdo televisivo foi um modo de produção cinematográfico. Portanto,

LO QUE AS PESSOAS VÃO VER NA RTP 1 SÃO MESMO A DOIS FILMES DE UMA HORA CADA. QUE PODERIAM PERFEITAMENTE IR PARA O CINEMA.



o que as pessoas vão ver na RTP 1 são mesmo a dois filmes de uma hora cada. Que poderiam perfeitamente ir para o cinema.

Os episódios são independentes um do outro?

Eles são interligados, mas poderia muito bem exibir o primeiro depois e o segundo em primeiro lugar. O único ponto em comum é que começam e acabam da mesma maneira.

Ou seja, têm o espírito da República e...

Não, começam e acabam com a proclamação da República. Isso é a única coisa que os dois têm em comum. No resto, são os mesmos personagens, mas têm a história contada de pontos de vista diferentes.

Aliás, os títulos dos episódios – “Às Armas” e “Levantai Hoje de Novo” – são extremamente metafóricos.

São. A ideia foi essa mesmo. Primeiro é o “Levantai Hoje de Novo” e o segundo “Às Armas”.

DÉCORS NATURAIS

Para si, qual seria a lógica de emissão?

Eu chamo-lhes episódio A e B. Podem meter um ou outro primeiro, como quiserem. Mas, neste caso, a ordem definida pela programação teve a ver com o conteúdo dos episódios.

Porque o segundo episódio – o B (“Às Armas”) – trata mais da resistência na Rotunda e o episódio A (“Levantai Hoje de Novo”) trata mais do pré-revolução.

É por isso. Praticamente, os últimos 25 minutos de filme são na Rotunda.

Que, no fundo, são as informações mais pormenorizadas que se conhecem...

E com muito pouco pormenor, para falar francamente. Tanto que a minha Rotunda não sei se corresponde minimamente à Rotunda que lá estava, mas é uma Rotundinha...



Os décors foram todos naturais?

Foram. Não fizemos nada em estúdio. A única coisa que fizemos em estúdio, mas fizemos aquilo que se denomina de *backlot*, que é um estúdio a céu aberto, foi exactamente a Rotunda. Que, em vez de ser feito num *soundstage*, um estúdio insonorizado, fizemos a céu aberto. Como há em todos os estúdios, como em Hollywood, um estúdio a céu aberto. Reconstruímos a Rotunda, parte com fachadas falsas de prédios, parte com prédios que vão aparecer em *bluescreen*. Digitalmente. As condições de rodagem em *backlot* são as condições de um estúdio interior, a única coisa é que estamos sujeitos à luz do dia. Um *backlot* é o equivalente a três hectares. Ali não tínhamos três hectares - fomos para o campo de tiro de Alcochete – e tivemos o equivalente a um hectare. Reconstruímos a Rotunda num hectare.

E as restantes cenas em que cenários naturais é que foram filmadas?

O resto foi no Palácio das Necessidades, foi em Mafra... onde as coisas tiveram lugar.

O Rossio também aparece ou não?

O Rossio, infelizmente, não aparece. O dinheiro não dava para tudo...

Mas o Rossio, onde se concentraram as forças monárquicas, foi outro local de referência da revolução.

Pois... Não se vê o Rossio, mas fala-se no Rossio. Fala-se na rendição.

OS CUSTOS DO TRABALHO

E fala-se também no assassinio do rei D. Carlos I e do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, no Terreiro do Paço, como casos precursores da implantação da República?

No regicídio não se fala, porque se dá dois anos

antes [1 de Fevereiro de 2008]. Mas temos a presença dos monarcas de então. Temos a presença da Rainha D. Amélia, mulher de D. Carlos I, a última rainha de facto de Portugal, e de D. Manuel II, o trigésimo-sexto e último Rei de Portugal, que sucedeu ao seu pai, o rei D. Carlos I.

Quem são os protagonistas desta produção?

Os protagonistas são uma actriz que se chama Helena Costa, que faz a jovem marquesa que se passa da aristocracia para a República, o seu marido que é o Joaquim de Almeida, que é aristocrata fornecedor de elementos para fabrico de pólvora para o reino, de nitratos, e o homem que é republicano por quem ela se apaixona, que é o Pedro Lamares, um actor do Norte, excelente actor, que faz o jovem capitão. Ela é uma jovem monárquica por afinidade; na realidade, é filha de burgueses e casou com um marquês, por isso é marquesa. E a vida dá voltas... E a dela dá uma grande volta, de 180 graus. Apaixona-se pelo capitão e pelos seus ideais.

Portanto, os ideais da República estão bem expressos nestes dois telefilmes.

Sempre, sempre, sempre. Pairam por cima das cabeças de todas aquelas personagens. Inclusive dos monárquicos. É como uma espécie de um capacete pesado. Durante os dias 3, 4 e 5 de Outubro, em que se passa a acção. São as noites de 3 para 4 e de 4 para 5. E depois temos uma noite, que chamar-lhe-íamos a noite de 2 para 3, e o dia 2, que é intemporal. É uma coisa que aconteceu em Agosto e depois em Setembro, é aquilo que provocou a acção, o resumo do antes, e depois os dias 3 e 4 e, finalmente, o dia 5, o dia da proclamação da República.

Os dois filmes são propriedade da RTP?

São.

Quanto é que custou a sua produção?

Não faço a mínima ideia. Essas coisas de dinheiro deixo para os outros. Eu gosto é de fazer filmes, não gosto de saber quanto é que eles custam.

Mas quem faz filmes tem de levar em linha de conta o que gasta, para poder decidir o que pode fazer...

Numa perspectiva de optimização do conteúdo para gerações futuras, não sei se podemos considerar uma coisa cara. O grande problema é que esta coisa da propriedade intelectual nunca é cara. Ela não é cara, porque é perene. Fica depois de nós, boa ou má. As pessoas não se dão conta disso. As coisas boas ou más

AS CENAS DA ROTUNDA FORAM RODADAS EM ALCOCHETE E O RESTO NO PALÁCIO DAS NECESSIDADES, EM MAFRA... ONDE AS COISAS TIVERAM LUGAR. O ROSSIO, INFELIZMENTE, NÃO APARECE. O DINHEIRO NÃO CHEGAVA PARA TUDO...



OS IDEAIS DA REPÚBLICA PAIRAM POR CIMA DAS CABEÇAS DE TODAS AS PERSONAGENS. INCLUSIVE DOS MONÁRQUICOS. É COMO UMA ESPÉCIE DE UM CAPACETE PESADO

ficam para sempre. E depois são estas coisas que a seguir vão fazer com que as pessoas se lembrem quem somos. E nós já não fomos o que somos e hoje somos o que somos e daqui a umas gerações já não seremos nada do que somos. E é bom que tenhamos essa memória do que fomos. Para mim foi o que me atraiu. Por isso é que, às vezes, tenho pena de que não sejamos um país com mais posses. Tenho muita pena, por exemplo, que o Orçamento do Estado para a Cultura seja 0,3%, seja o equivalente ao orçamento para o Hospital de Santa Maria. Acho que é um pouco humilhante para um povo que tem a história que nós temos e a tradição cultural que nós temos que atribuímos à Cultura o equivalente ao orçamento que atribuímos a um hospital no centro da cidade, onde morre tanta gente e onde se cegam pessoas... Poderá ser um pensamento excêntrico, mas acho que é um pensamento que faz todo o sentido.

AS VOLTAS DA CULTURA

A Cultura, no fundo, foi uma das causas que a República defendeu e colocou no topo das suas prioridades. O que vale é que a ministra agora [Julho] parece que recuou um pouco e tomou posição perante o Governo de querer aumentar a fatia que lhe está destinada...

Eu acho essas coisas tão momentâneas e tão ... lembro-me sempre do filme do Costa-Gravas que é “Autant que les Gouvernements passent la Police reste”. E os políticos passam e nós estamos aqui. Eu já conheci tantos políticos a dizer baboseiras e a dizer coisas certas, mas nunca vi nenhum fazer nada de jeito. Para falar com toda a franqueza. Portanto, para mim, todas estas polémicas relativamente à Cultura – que não estava preparado até para falar nelas – para mim são coisas efémeras. Daqui a um mês ninguém se lembra. Se a ministra mudar, ninguém se vai lembrar dela, da mesma maneira que ninguém se lembra dos outros. Do que nós nos lembramos é do que ficou durante o tempo em que essa gente mandou. Eu vivi 11 anos na Suécia, é um país rico. Já lá vão 30 anos. E a maneira como os suecos têm tão pouca cultura - basta dizer que o rei deles é francês, descendente da dinastia Bernadotte –nem sequer é um rei *viking*- e é tão engraçado como eles deram tanta importância à sua cultura e perceberam que a cultura é um bem inalienável e poderoso. E é espantoso como nós, uma nação com mil anos não nos damos conta disso. Andamos a discutir *petitesses* de 10 por cento, uma miséria, é por isso que eu não ligo nenhuma a este momento. Eu



vejo pessoas excitadíssimas e aquilo é uma coisa que lhes faz mal à carne e lhes faz sofrimento. As pessoas que eu conheço e que vivem este momento, às vezes, acham a minha indiferença quase despidorada. A minha indiferença tem a ver com o facto de que isto é efémero, daqui a um ano já nada será igual e o que interessa é o que fica.

Mas, fazendo uma leitura exterior, a sua indiferença deve ser um bocado fruto desse tempo que passou num país completamente diferente do nosso, em que é dado tudo para que a pessoa progrida e para o desenvolvimento, para a cultura, para a educação, para a saúde – os sistemas básicos de uma democracia...

Já houve retrocessos também depois do Estado Novo. O Estado Novo é um retrocesso. Por isso é que eu digo: gosto muito de viver o momento. No que diz respeito à produção de conteúdos culturais, eu não vivo muito o momento, muito honestamente. Sempre fui assim. Ou seja, esperei paulatinamente que me apoiassem para fazer os meus primeiros filmes. Tive um período de oito anos em que andei a fazer os filmes dos outros. Quando era assistente, toda a gente - actores e técnicos – me perguntava, muitas vezes, “quando é que fazes o teu? Quando?”. “Farei o meu, quando tiver que fazer “. Portanto, nunca vivi o momento destas politiquices, que eu acho importantíssimo que haja quem viva e quem discuta, mas eu sou franco, sou um pouco alheado dessas coisas. Estou fora disso. A única coisa que eu sinto é uma profunda mágoa relativamente à forma como nós encaramos e continuamos a encarar a cultura. Outro dia, quando apresentei este projecto à senhora ministra da Cultura comecei por dizer “o Deleuse dizia ‘quando me falam em cultura meto sempre a mão no bolso’, mas toda a gente se esqueceu de dizer é que ele metia a mão no bolso para contribuir”. Toda a gente fala da frase do Deleuse como se fosse “meto a mão no bolso, com medo que me vão ao bolso”, mas não, o que ele queria dizer, possivelmente, era “eu meto a mão no bolso para tirar dinheiro para contribuir”, e é pena que as pessoas não pensem nisso assim.

Este projecto teve ou não subsídios?

Este projecto é completamente encomendado pelo serviço público de televisão. Possivelmente, vai ser criticado – aquelas coisas do costume, porque há sempre pessoas que gostariam de ser de outra nacionalidade e têm dificuldade em assumir que são portugueses e que isto é importante.

E aí está outro valor da República. É uma proposta de um serviço público de televisão para servir a causa pública (“res publica”). Parece correcto.

Considero a necessidade de uma televisão pública igual à de um hospital público. Não é por acaso que os americanos que começaram por não ter serviço público de televisão nos anos 60, em 68, decidiram ter a PBS. Por alguma razão foi. É óbvio que viram no serviço público de televisão um veículo de propaganda diferente de nós na Europa. Nós, na Europa, tivemos aquilo a que chamámos as televisões estatais. Eles perceberam é que a televisão era uma coisa importante demais para que os estados – os vários estados – não contribuíssem para que se fizesse um serviço. E nós passamos a vida a falar em acabar com ele. Que é uma coisa estranhíssima... Eu considero muito estranho. Costume dizer que é quase o equivalente a começarmos a defender outra vez a pena de morte.... É possível! Essas coisas dão voltas. Começamos por achar que o serviço público de televisão não interessa nada e a seguir achamos que matar um tipo que cometeu um crime é normalíssimo. É por isso que eu dou muito pouca importância a estas politiquices momentâneas. Não me meto nelas.

UM NOVO PRODUTO TELEVISIVO

Já está a meter-se noutra filme ou não?

Estou a meter-me agora com a família. Que é tão importante e é tão bom!

Nós perdemos tantos anos da nossa vida...

Nós perdemos tantos anos da nossa vida a ganhar a vida... Por isso é que as pessoas que trabalham

comigo acham estranho eu dizer “ai, eu tão cedo não faço outro filme”. Porque, normalmente, já estão a dizer “o meu próximo filme...” Vou fazendo à medida que as coisas têm de acontecer.

Mas deu-lhe muito gozo fazer o que fez?

Muito gozo. Tudo. E este especialmente.

Porquê este?

Este particularmente, porque está mesmo bom! Tenho a certeza!

Está mesmo seguro de que as pessoas vão gostar...

Tenho a certeza de que este é um produto televisivo que, em minha opinião, vai marcar um patamar. Há pessoas que concordarão comigo pela negativa e pela positiva. Mas eu não tenho a mínima dúvida de que com este tipo de conceito, chamemos-lhe filme televisivo, eu e a equipa que me apoiou inaugurámos um novo patamar. Muito honestamente. E olhe que eu ando nisto há uns 27 anos. E nunca o disse. É a primeira vez que o digo. Talvez quando fiz “A Ferreirinha” tivesse tido a mesma sensação que tenho agora. A sensação de que estou perante qualquer coisa nova.

Em termos estruturais ou conceptuais?

Em tudo: em termos plásticos, de narrativa, de direcção de actores, de fotografia, som. Acho que inaugurámos uma nova era.

E como é que poderemos chamar a essa nova era?

Era da república!

DIVULGAÇÃO NAS ESCOLAS

Estes telefilmes vão ser aproveitados para o projecto de divulgação da Implantação da República junto das escolas?

Penso que sim. Isto é ficção, não é uma narrativa muito didáctica, mas ambos contêm os momentos importantes da História.



São mesmo ficção?

É ficção completa. Aquela senhora nunca existiu, o capitão também nunca existiu e o marquês também nunca existiu. Mas os factos existiram. Os factos vividos por eles existiram.

No fundo, é dar uma nova roupagem à época e aos factos. Dar-lhe o romantismo que se vivia também na altura...

Por acaso, eu, às vezes, até tive essa sensação de estar no romantismo do século XIX ainda. Mais no pós-romantismo.

Mas não é um drama sangrento?

É um bocadinho, mas não é neo-realista. É mais impressionista. Pós-impressionista, aquilo que veio a seguir ao impressionismo. Vai ver: ao nível da fotografia e a todos os níveis, aliás.

Toda a acção é envolta numa certa “nebulosidade”...

Sim, e a utilização muito do subtexto como no pós-impressionismo. Não há uma reprodução do texto da realidade, melhor, do nosso conceito de real.

Edite Esteves



O realizador de cinema e televisão

O realizador de televisão e cinema Jorge Paixão da Costa nasceu em Lisboa a 13 de Outubro de 1954. Licenciou-se em Cinematografia pela Universidade de Estocolmo em 1982. Frequentou o Masters School of the European Film Academy, em Berlim, ano de 1992.

No cinema foi realizador de quatro películas, sendo as longas-metragens “Adeus Princesa” (1994) e “O Mistério da Estrada de Sintra” (2007) os seus títulos mais conhecidos.

Assinou a realização de mais de dez produções televisivas, entre telefilmes (2005 - “29 Golpes”, “A Escada” e “O Mergulho”), séries (2004 - “A Ferreirinha”, 2002 - “Lusitana Paixão”, 2001 - “Sociedade Anónima”, 2000 - “Raia dos Medos”, 1999 - “Não és Homem Não És Nada”, 1996 - “Polícias”, 1990 - “Os Melhores Anos”) e novelas (1996 - “Roseira Brava”, 1995 - “Desencontros”, 1994 - “Na Paz dos Anjos”).

É professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias desde 1997.

PERFIL

CENTENÁRIO DA REPÚBLICA A EMITIR A 4 E 5 DE OUTUBRO



Face às Comemorações do Centenário da Implantação da República, a Direcção de Programas da RTP1 desenvolveu com vários produtores externos um conjunto diversificado de projectos de ficção histórica, com acção centrada no início do Século XX e nos acontecimentos revolucionários de 1910.

Do trabalho efectuado, resultaram quatro projectos que a Rádio e Televisão de Portugal através da RTP1, RTP Internacional e RTP África, emitem a partir de Setembro e até ao fim do corrente ano, com diferentes conteúdos e estéticas sobre um acontecimento marcante na sociedade portuguesa. Entre eles, figuram os dois episódios de “República” – “Levantai Hoje de Novo” e “Às Armas”, de Jorge Paixão da Costa, que irão ser transmitidos nos dias 4 e 5 de Outubro.

O formato de cada um dos projectos é o de mini-série de dois episódios, que está alinhado com o formato europeu da ficção histórica, permitindo uma dramaturgia de grande qualidade e com impacto junto dos telespectadores, funcionando como “evento cultural” na grelha de programação da estação pública de televisão.

Todos estes projectos são gravados em HD.

Para que estes projectos se tornassem realidade, para além do esforço financeiro da RTP, a responsável por este projecto conjunto contou com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, do Ministério da Cultura e da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

OS EPISÓDIOS “LEVANTAI HOJE DE NOVO” E “ÀS ARMAS”

Para emitir nos dias que marcam os cem anos da implantação da República, a Produções Fictícias desenvolveu um projecto com base numa ideia do realizador Jorge Paixão da Costa. A história parte de uma protagonista feminina, puramente ficcional, que se cruza, dadas as suas relações sociais privilegiadas com os protagonistas da época, quer da política, quer da cultura ou da vida social. Começando nas semanas anteriores, a narrativa centra-se nos acontecimentos de 3, 4 e 5 de Outubro de 1910. Desde o rei D. Manuel II até José Relvas ou Machado dos Santos são muitos os protagonistas da história deste período que estarão presentes nesta série que tem acompanhamento científico e histórico do Prof. António Reis.

A produção coube à Ukbar Filmes, dirigida por Pandora da Cunha Telles, que já havia produzido o filme e a série do mesmo realizador “O Mistério da Estrada de Sintra”.

O ENREDO DOS TELEFILMES

Lisboa, 1910.

Luísa, uma jovem burguesa de nascimento, tornada marquesa por via do matrimónio, é uma mulher cuja inteligência, charme e sensibilidade pedem mais que o seu meio social e o marido Henrique, autoritário e monárquico

FICÇÃO HISTÓRICA NA RTP1

convicto, alguma vez lhe concederão.

É no contexto de um país dividido entre os ventos de mudança republicana e do regicídio que conhece o jovem oficial Carlos da Palma, um homem apaixonado e apaixonante, progressista e pertencente a um grupo de pensadores com uma nova visão para Portugal.

É na sua companhia que Luísa descobrirá uma paixão tão inevitável como proibida, quer por este homem cativante, quer pelo movimento da Maçonaria, que planeia um golpe militar para instaurar a República no país e o afastamento da família real.

Envolvidos neste triângulo fatal, os protagonistas têm de assumir sentimentos e posições, quando, no início de Outubro, as forças militares fiéis aos revoltosos republicanos atacam o palácio real e as principais instituições do país.

Assumindo o seu desejo de mudança, Luísa junta-se a Carlos e aos revoltosos num cerco em plena Rotunda lisboeta, comandado por Machado dos Santos, onde violentos confrontos fazem feridos e vítimas de ambos os lados.

Magoado e humilhado pela deserção da mulher e pelo ataque ao monarca que tanto adora, Henrique junta-se às forças de Paiva Couceiro, que defendem ainda a ferida Monarquia.

É no triunfo e na tragédia de uma revolução anunciada no fatídico 5 de Outubro que Luísa incorporará as qualidades e os defeitos de Portugal, tendo de optar pela vida cómoda e abastada que sempre conheceu ou por um futuro incerto, onde os amores, as alianças e as próprias convicções serão postas à prova com uma única certeza: a sua vida e a de todo um país nunca mais serão as mesmas.

FICHA TÉCNICA

Realizador – Jorge Paixão da Costa
Guião original de Rui Cardoso Martins, Nuno Duarte e Jorge Paixão da Costa
Produtores – Pandora da Cunha Telles e Pablo Iraola
Directora de Produção – Graciete Trindade

Director de Fotografia – Elemér Regalyi
Director de Som – Jaime Barros
Director de Arte – Artur Pinheiro
Figurista – Sílvia Grabowski
Montagem – João Braz
ELENCO
Luísa – Helena Costa

Carlos – Pedro Lamares
Henrique – Joaquim de Almeida
Renato – Cassiano Carneiro
D. Manuel II – Sisley Dias
José Relvas – Fernando Luís
D. Amélia – Ana Nave
Isabel – Patrícia André

Machado Santos – Ian Vellozo
Adelaide Cabete – Claudia Jardim
Carolina B. Ângelo – Inês Nogueira
Jovem Oficial – Carloto Cota
Marta – Filomena Cautela
Cândido dos Reis – João Lagarto
Paiva Couceiro – Filipe Vargas



OS PROTAGONISTAS EM PORMENOR

Helena Costa (Luísa)

A actriz e modelo Helena Costa nasceu a 3 de Agosto de 1982. É conhecida pela sua personagem “Mónica”, a pop star de Morangos com Açúcar. Para integrar o elenco da série de sucesso da TVI, Helena Costa interrompeu a licenciatura em Desporto (mais precisamente em Aptidão Física e Saúde) na Universidade Lusófona, em Lisboa. Quando conheceu a personagem que ia interpretar e viu as roupas que teria que usar pela primeira vez sentiu-se um pouco “assustada”. Mas rapidamente me habituei e agora até acho piada”, afirma. Assume-se como uma mulher muito prática e obstinada. Gosta de praticar kitesurf e bodyboard. Em televisão, participou no elenco secundário, de Ana Pires, na TVI, em 2010; no elenco principal como “Bárbara” em “Ele é Ela” (TVI 2009/2010; no elenco principal como “Paula Ferreira” em “Feitiço de Amor” (TVI 2008/2009); no elenco principal como “Patrícia Martins” em “Doce Fugitiva” (TVI 2006); no elenco principal como “Mónica Mello e Teixeira” em “Morangos com Açúcar” (TVI 2005/2006); teve participação especial em “Coração Malandro” (TVI 2003); participação em programas no SMS TV; participação em programas no canal Viver Teatro; e participações no musical “É Muita Fruta”, em 2006, no Coliseu dos Recreios; no musical “Ao Ritmo da Amizade”, no Teatro Tivoli, Produtora Plano 6, em 2007; e no infantil “O Macaco de Rabo Cortado”, no Teatro Circo e Teatro Guilherme Cousoul, em 2007.

No cinema, entrou na curta-metragem “Criminal”, de Carlos Conceição, em 2007 e na curta-metragem “Coração Incendiário”, também de Carlos Conceição, em 2008.

Pedro Lamares (Carlos)

O actor Pedro Lamares nasceu no Porto, a 2 de Março de 1979. Estudou teatro e música e dedica-se, desde 1997, a espectáculos de teatro, dança e poesia. Pertence ao colectivo poético Caixa Geral de Despojos e colabora, desde 2003, com o ciclo de leituras, música e performance do Teatro do Campo Alegre, Quintas de Leitura. É formador na área de expressão dramática e voz.

Popularizado pela televisão, estreou-se em “Dei-te Quase Tudo” (2005) e, seguidamente, participou da novela “Paixões Proibidas” (2006/07), co-produção da RTP e da Rede Bandeirantes, gravada no Rio de Janeiro. Depois, foi possível vê-lo em “Deixa-me Amar”, na TVI, no seu primeiro papel de vilão em televisão. Desempenhou a personagem “Alberto” no telefilme “A Mulher do Soldado” de Artur Ribeiro, para a série Casos da Vida, da TVI e a personagem de “Pedro” no telefilme “Passo em Falso” para a mesma série.

Participou na série “Pai à Força” da RTP. Em 2008/2009 integrou o elenco de “Olhos nos Olhos”; e 2009/2010 participou no elenco de “Sentimentos” ao lado da actriz Margarida Vila-Nova.

Também antes de começar no mundo da televisão participou em alguns espectáculos de ballet promovidos pela escola de dança Ginásiano, em Vila Nova de Gaia.

Joaquim de Almeida (Henrique)

O conhecido actor Joaquim António Portugal Baptista de Almeida nasceu em Lisboa, a 15 de Março de 1957 e naturalizou-se norte-americano em Outubro de 2005. Abandonou o Curso de Teatro na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa, partindo para os EUA onde recebeu formação no The Lee Strasberg Theatre and Film Institute em Nova Iorque. Trabalhou em teatro nas Produções de Shakespeare em Nova Iorque (New York Shakespeare Productions). Trabalhou noutras peças, como “Blood Wedding” de Lorca, “What Would Jeanne Moreau Do” (WPA Theatre) ou “The Count of Mount Cristo”, de Dumas.

Com quase 60 trabalhos no cinema, Joaquim de Almeida, o mais internacional dos actores portugueses, fluente em sete línguas, contracenou com variados nomes do cinema internacional. Participou em produções de países como os EUA, Brasil, México ou Argentina. Actuou ao lado de Michael Caine, Richard Gere e Bob Hoskins em “The Honorary Consul” (1983), Isabelle Huppert em “Milan Noir” (1987), Harrison Ford em “Clear and Present Danger” (1994), Antonio Banderas e Salma Hayek em “Desperado” (1995), Marcello Mastroianni em “Sostiene Pereira” (1996), Owen Wilson e Gene Hackman em “Behind Enemy Lines” (2001), Daryl Hannah em “Eu Puta” (2004).

Celebrizou-se também com a sua interpretação em filmes como “Good Morning, Babylon” (1987), e “The Soldier” (1982). “Retrato de Família”, de Luís Galvão Telles (1991) valeu-lhe o Prémio de Melhor Actor no Festival de Cinema do Cairo (Egipto). Em Portugal, a sua participação em “Tentação” (1998), do realizador Joaquim Leitão, valeu-lhe um Globo de Ouro na categoria de Melhor Actor. Foi dirigido também por Leonel Vieira, António Pedro Vasconcelos, Maria de Medeiros, Fernando Lopes, José Nascimento e Teresa Villaverde.

Em 2004, integrou o elenco de doze episódios da série de culto “24”, nos EUA, em que contracenou com Kiefer Sutherland. Teve outras participações em séries como “The West Wing” (2004), “La Femme Nikita” (1998) e “Miami Vice” (1985). É filho de João Baptista de Almeida e da já falecida Maria Sara Portugal. Tem sete irmãs: Isabel Maria, Ana Maria, Maria Margarida, Maria Sara, Jorge André Baptista de Almeida, João e José António. Foi casado com Cecília, com quem tem o filho Lourenço, nascido em 1992, e com Maria do Carmo Pereira, com quem tem a filha Ana, nascida em 2002.

É conhecido como o “Phil Hartman Latino”.

Em televisão, entra em 2009 em “Robison Crusóe”; em 2005, em “Wanted”, faz de Capitão da L.A. Base Swat-tipe; em 2004, em “24” (3ª temporada), faz de Ramon Salazar; em 2003, na mini-série “Kingpin” faz de Colombiano da Coacaina; e fez ainda dobragem no filme “Kung Fu Panda” como Tai Long.

A sua filmografia é muito extensa e seria exaustivo expô-la aqui em detalhe.

COMEMORAÇÕES DO

CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES

A Sociedade Portuguesa de Autores, fundada em 22 de Maio de 1925, associa-se às comemorações do Centenário da Implantação da República com um programa cultural e artístico concebido propositadamente para o efeito e que leva em conta a ligação de um considerável número dos seus fundadores e cooperadores dos primeiros anos ao ideal republicano. O programa comemorativo, que decorrerá entre finais de Setembro e finais de Outubro de 2010, tem coordenação do jornalista e historiador António Valdemar e irá destacar o papel desempenhado por vários autores portugueses na vida cultural do país entre o 5 de Outubro de 1910 e o 28 de Maio de 1926. Para além disso, o ciclo comemorativo programado pela Sociedade Portuguesa de Autores inclui também uma homenagem aos compositores ligados à República e aos seus ideais e valores, que estará a cargo do professor universitário e musicólogo João Maria de Freitas Branco.

A Sociedade Portuguesa de Autores, vinca, deste modo, a sua ligação como cooperativa nascida nos anos da República ao contexto histórico em que ela foi implantada, bem como a acção desenvolvida, em termos culturais, por criadores que prestigiaram esta instituição e o país durante o século XX.

O Conselho de Administração da SPA



Os Autores e A República
criar em tempo de revolução

Diario de Noticias
(QUARTA EDIÇÃO)
A proclamação da Republica

A's 8 horas e meia da manhã de hoje, foi proclamada a Republica, sendo leada nos diferentes estabelecimentos publicos a bandeira verde e encarnada. O povo dirigiu-se a Camara dando vivas a Republica, acompanhado pelas praças de marinha, artilharia e mais regimentos. A's 8,30 as forças que estavam no Rossio, entregaram-se sendo muito victoriadas. Os membros do Directorio, foram em seguida para a Camara Municipal onde fizeram a proclamação.

Foi nomeado o seguinte governo provisório:

Presidencia, Theophilus Braga - Interior, Dr. Antonio Jose d'Amorim - Justiça, Dr. Alfonso Costa - Fazenda, Basilio Telles - Guerra, Coronel Correia Barreto - Obras publicas, Antonio Luis Gomes - Ultramarinos, Dr. Bernardino Machado - Marinha, Azevedo Gomes. Governador civil de Lisboa, Sr. Fortunio Leal.

Em toda a cidade há entusiasmo e algumas bandas regimentais percorrem as ruas tocando a "Portuguezta".

O povo em frente da Câmara Municipal de Lisboa, no dia 5 de Outubro em que foi lida no edifício a Bandeira Republicana, após a proclamação do novo Regime

As Forças Republicanas instaladas na Avenida do Comércio

PROGRAMA

>30 de Setembro – 18h
Sala Carlos Paredes

EXPOSIÇÃO

"OS AUTORES E A REPÚBLICA"

Exposição subordinada ao tema, coordenada pelo Dr. António Valdemar e organizada pelo cenógrafo Fernando Filipe. Patente ao público de Outubro a Dezembro

>6 de Outubro – 18h
Auditório Maestro Frederico de Freitas

REPÚBLICA

UMA MEMÓRIA CENTENÁRIA

Tema: "República Ideias e Desafios"
Coordenação: Dr. António Valdemar

>13 de Outubro – 18h
Auditório Maestro Frederico de Freitas

REPÚBLICA

UMA MEMÓRIA CENTENÁRIA

Tema: "Intelectuais, Políticos e Organizações Revolucionárias"
Coordenação: Dr. António Valdemar

>20 de Outubro – 18h
Auditório Maestro Frederico de Freitas

REPÚBLICA

UMA MEMÓRIA CENTENÁRIA

Tema: "Os Símbolos da República – Busto, Hino, Bandeira, Moeda e Selo"
Coordenação: Dr. António Valdemar

>21 de Outubro - 18h
Auditório Maestro Frederico de Freitas

CANTAR A REPÚBLICA

"Canções de e Sobre a República", interpretadas por Carlos Alberto Moniz e Vitorino Salomé

>22 de Outubro – 18h
Auditório Maestro Frederico de Freitas

OS COMPOSITORES E A REPÚBLICA

Tema: "Alfredo Keil um monárquico maçom, Viana da Mota um virtuoso de mãos e pensamento"
Conferencista: Paulo Nazaré
Soprano: Ana Madalena Moreira
Pianista: Kodo Yamagishi
Coordenação: Dr. João Maria de Freitas Branco

>25 de Outubro – 18h
Auditório Maestro Frederico de Freitas

CONFERÊNCIA

Tema: "Postais ilustrados da 1ª República – Temas e Autores"
Coordenação: Prof. António Ventura e participação do Dr. António Valdemar

>27 de Outubro – 18h
Auditório Maestro Frederico de Freitas

REPÚBLICA

UMA MEMÓRIA CENTENÁRIA

Tema: "República – o Monumento Inacabado"
Coordenação: Dr. António Valdemar

>29 de Outubro – 18h
Auditório Maestro Frederico de Freitas

OS COMPOSITORES E A REPÚBLICA

Tema: "Luís de Freitas Branco – Artista Monárquico na República, António Frago – Uma Estrela no Firmamento Musical da República"
Conferencista: Dr. João Maria de Freitas Branco
Artistas: a confirmar
Coordenação: Dr. João Maria de Freitas Branco

VITORINO LANÇA CD FICCIONADO EM OUTUBRO

"Viva a República Viva" recolhe apoio do Fundo Cultural da SPA



No âmbito das comemorações do Centenário da Proclamação da República, Vitorino Salomé lança em Outubro um CD intitulado "Viva a República Viva".

Apoiado pelo Fundo Cultural da SPA e pela Comissão do Centenário da República, este disco integra o "Fado Republicano", composto a 10 de Outubro de 1910, por Reynaldo Varella (música e letra) e ainda cinco canções ficcionadas sobre o ambiente musical vivido na época.

"Fado da Liberdade Livre", "Hino do 31 de Janeiro", "Marcha dos Combatentes da Rotunda" e "Carta de um Marinheiro da Armada (5 de Outubro de 1910)" têm todos música e letra de Vitorino.

O texto da quinta canção original é da autoria de José Jorge Letria e chama-se "A Vermelho e Verde", sendo a música também da responsabilidade de Vitorino Salomé.

Simultaneamente, a acompanhar o disco, foi produzido um vídeo com as imagens ficcionadas da época.

No próximo dia 21 de Outubro, às 18 horas, Vitorino cantará, juntamente com Carlos Alberto Moniz, canções deste CD no Auditório Maestro Frederico de Freitas da SPA, numa sessão subordinada ao tema "Canções de e sobre a República", integrada nas comemorações oficiais da efeméride organizadas pela Sociedade Portuguesa de Autores.



Uma biografia de um “maior” no quadro histórico de Novecentos

MÁRIO CLÁUDIO

Após as suas últimas publicações, em 2008 – uma narrativa intitulada “Boa Noite, Senhor Soares”, e uma peça de teatro, “Medeia”, que foi encenada por Carlos Avilez para o Teatro Experimental de Cascais, e que contou com Anna Paula como única actriz protagonista –, Mário Cláudio prepara-se para lançar, no princípio de 2011, mais uma obra literária. Trata-se, segundo revelou à Autores de uma biografia de uma figura maior da Cultura portuguesa do século XX, cujo nome, de resto utilizado como título da obra, não pode ainda revelar. Acrescenta, no entanto, que “se cuida nele de cobrir um percurso biográfico que transita entre 1900 e 1988”. “É todo o quadro histórico de Novecentos, e não apenas português, mas também europeu e americano, que aí aparece como pano de fundo”, precisa, adiantando que, mais uma vez, terá a chancela das Publicações Dom Quixote

Sei que está para breve o lançamento de um novo livro seu. Que livro nos espera, desta feita? Qual o título? É editado também pela Dom Quixote? Quando está previsto surgir nos escaparates?

Trata-se da biografia de uma figura maior da Cultura portuguesa do século XX, cujo nome, de resto utilizado como título da obra, não posso ainda revelar. Espero que me compreenda. O livro sairá dentro em breve, nos princípios de 2011, editado pelas Publicações Dom Quixote, que não me autorizam, por enquanto, a desvendar o nome do biografado.

Que personagens povoam esta ficção? De novo personagens vindas da História, de que tanto gosta?

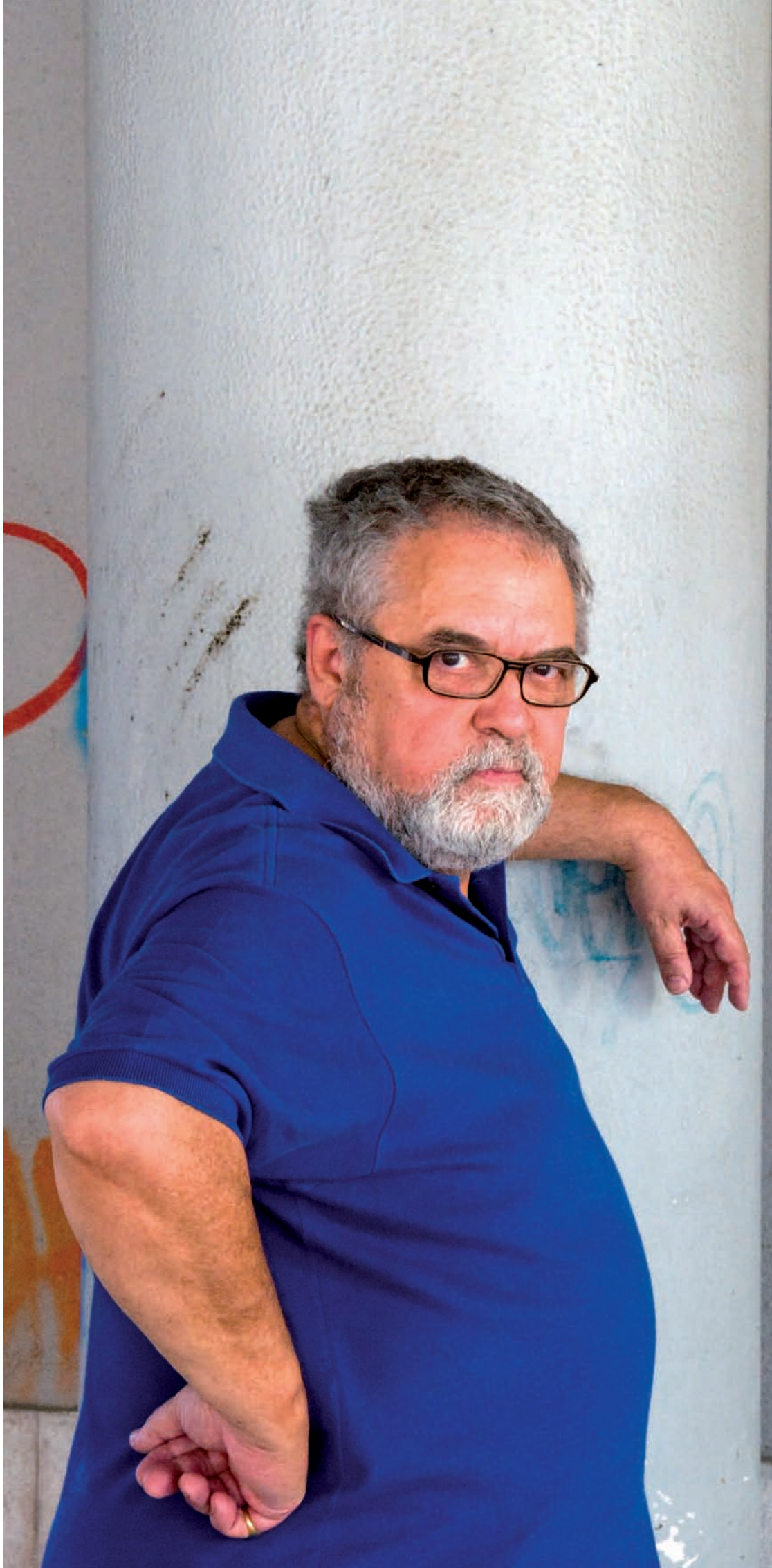
São inúmeras as personagens que surgem neste livro, isto porque se cuida nele de cobrir um percurso biográfico que transita entre 1900 e 1988. É todo o quadro histórico de Novecentos, e não apenas português, mas também europeu e americano, que aí aparece como pano de fundo.

Fez o contrato através da SPA? Considera que isso é importante também para si, e para a defesa integral dos cooperadores, com vista a uma mais eficaz protecção dos direitos de autor?

A intervenção da SPA em matéria contratual é uma estratégia decisiva para o prestígio e a profissionalização



SÃO INÚMERAS AS PERSONAGENS QUE SURGEM NESTE LIVRO, A SAIR NO PRINCÍPIO DE 2011, ISTO PORQUE SE CUIDA NELE DE COBRIR UM PERCURSO BIOGRÁFICO QUE TRANSITA ENTRE 1900 E 1988



**“ O HERCULANO
QUE ME INTERESSA
É SOBRETUDO
O HISTORIADOR
ESCRUPULOSO
QUE DESDE FERNÃO LOPES
TÍNHAMOS PERDIDO
DE VISTA, E NÃO
O ROMANCISTA HISTÓRICO
QUE JULGO UM POUCO
'PÉ-DE-CHUMBO'**

dos criadores das várias áreas, durante tanto tempo sujeitos, e ainda recentemente, a toda a casta de espoliações e abusos, inconformes com a dignidade de qualquer trabalhador. Tenho frequentemente recorrido à SPA, mas mantenho com a Dom Quixote um regime contratual, estabelecido há muitos anos, que se fundamenta numa disciplina respeitada de parte a parte, e que decorre de uma situação de avença, relativamente invulgar no tocante a matéria de direitos literários em Portugal.

Deixou a poesia descansar ou ela está sempre presente – é a base como que assim dizer – da sua escrita ficcional, dramática e ensaística?

A poesia não se afastou do meu ofício, mas impregnou de maneira porventura menos formal. Também neste novo título ela intervirá, não como ilustração do meu diálogo com a palavra poética, mas como expressão do meu convívio com a experiência de outrem em idêntica paisagem da criatividade.

Que significado atribui às comemorações, este ano, dos 200 anos do nascimento de Alexandre Herculano – o introdutor da narrativa histórica em Portugal e também do romantismo? O Mário Cláudio recebeu influência forte deste relevante escritor português?

Alexandre Herculano representa uma atitude oficial que não encara a lide das Letras como segunda profissão, nem como preenchimento das horas vagas. Creio que neste aspecto, e no plano literário, só com Camilo Castelo Branco poderá ele ombrear. Mas o Herculano que me interessa é sobretudo o historiador escrupuloso que desde Fernão Lopes tínhamos perdido de vista, e não o romancista histórico que julgo um pouco “pé-de-chumbo”, nem o poeta absolutamente insuportável.

OS ESFORÇOS DA CULTURA

O Fundo Cultural da SPA e os protocolos múltiplos que têm vindo a ser implementados podem constituir, em seu entender, um bom “empurrão” para ajudar os autores a realizarem as suas obras e, no fundo, a enriquecerem a SPA e a cultura?

Sem dúvida. A ação da SPA, cada vez mais visível, tornar-se-á gradualmente inseparável do percurso de qualquer criador português. Se pensarmos no que ainda há pouco sucedia, e por exemplo em matéria



de edição discográfica, concluímos que se deram muitos, e importantíssimos, passos em frente.

Os esforços para lutar contra as penhoras dos criadores, que apenas vivem da sua arte, estão a ser canalizados para o caminho certo? Sim, porque, tanto quanto sei, o Mário Cláudio pensa que não é possível ainda hoje, em Portugal, viver somente do produto cultural... ou será que já mudou de opinião?

Acho que será possível, se se limitar o trem de vida a uma parcimónia dificilmente compaginável, não digo com a extravagância, mas com a imaginação dos criativos. Andamos ainda na dependência daquilo que os poderes públicos, guiados no seu procedimento pelos partidos políticos, pensam ou não pensam a nosso respeito. O tenaz preconceito de que a Cultura não dá votos, nem dividendos, só poderá marginalizar-nos. Os nossos governantes viajam muito, mais por razões burocráticas do que culturais, o que os fixa nessa incapacidade de separar “Cultura” de “festejo”, ou “intelectual” de “sabotador”, quando não de “bombista”.

Como especialista em Comunicação Social, que pensa da política de difusão dos seus autores e suas obras, além da defesa dos seus direitos, adoptada pela SPA, sobretudo com os programas televisivos de que é responsável pelos conteúdos e co-produção? E com os protocolos e internacionalizações de projectos?

Ainda aqui se tem mostrado patente o progresso, avançando-se alternativas à globalização do “pão e circo” e do “fait-divers”, pecha a que nem os órgãos do Estado escapam, como a RTP1, que não abdica

de abrir o seu noticiário de horário nobre, e até em datas de comunicação do Presidente da República ao país, com a notícia da transferência de um craque da bola, dos desaires de um treinador da mesma, ou da rixa em que se envolveram no balneário dois marmanjos do pontapé. E isto sucede inclusive com o beneplácito tácito de alguns agentes culturais, demasiado frouxos para se furtar ao neurótico fascínio dos estádios.

Acha que o país pensa, finalmente, que a cultura pode ser um meio económico decisivo para sair da crise?

Penso que o não pensa, mas isso é uma saga antiga...

À PROCURA DA “TERRA DA VERDADE”

Amante profundo da escrita e da língua portuguesa, como encara o novo Acordo Ortográfico? Se está de acordo, já está a implementá-lo na sua escrita? Se não, como vai posicionar-se no futuro?

Não respeito o acordo mais recente que se me afigura esdrúxulo do princípio ao fim, e enquanto não me baterem continuarei ortograficamente a escrever como tenho feito até hoje.

Numa altura em que o fado se candidata a património da humanidade e visto que já fez letras para fados da Mísia, em que medida é que acha que se deve apoiar (ou não) esta candidatura?

Deverá apoiar-se em toda a linha, porque não?

Estudioso da História, que é passado, como vê o

futuro? Costuma ser um crítico acérrimo e algo pessimista... O que é que o aflige mais na sociedade?

Dois vícios fundamentais, e que atravessam transversalmente a sociedade portuguesa. O primeiro contém-se no vocábulo “boçalidade”, uma outra etiqueta para aquilo que Fernando Pessoa considerava o factor sintetizante da mentalidade lusa, e a que ele dava o nome de “provincialismo”. A outra doença colectiva, muito mais recente, consiste nesse “sectarismo” em que quotidianamente nos enredamos, que não equivale a mais do que à pura declinação na ordem cívica do clubismo futebolístico, e que resulta de uma tremenda imaturidade democrática. Veja só isto. Gente respeitável, e até inteligente, uma vez ascendida à política, o que no nosso caso significa à feira partidária, oferece a imagem de uma inelutável contaminação por esse morbo. Não há ideia da oposição, de qualquer oposição, que não seja para rechazar, nem esboço de gesto por parte dela que não mereça o repúdio, ou a chacota. É isto que transforma as instâncias que deveriam servir-nos em populosos parques infantis, quando não em clínicas de doentes mentais. Se a isto acrescentarmos o efeito viciante da actividade política, ao qual nem os virtualmente melhores conseguem sobrepor-se, teremos desenhado todo um panorama de “apagada e vil tristeza”, e formulado o voto de que não acabe tudo nas mãos da canalha da rua.

Acha que encontrou a “terra da verdade”? Ou ainda é uma quimera, um sonho, uma miragem?

Continuo à procura. E aquilo que procuro acaba sempre por vir ao meu encontro. *Edite Esteves*

“Palavras Andarilhas” dá voz a 40 anos de carreira literária



Transformada numa “cidade dos contos” por três dias, Beja homenageou este ano, na 11.ª edição das “Palavras Andarilhas”, os escritores António Torrado “em plena forma” e a celebrar 40 anos de carreira literária, e, a título póstumo, Matilde Rosa Araújo, ambas destacadas personalidades da Sociedade Portuguesa de Autores.

Sessenta contadores de “estórias”, mediadores de leitura e escritores nacionais e estrangeiros, levaram a magia àquela cidade alentejana neste já tradicional evento que reuniu convidados de Portugal, Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba e Espanha.

Organizado pela Biblioteca de Beja para promover a narração oral, os livros e a leitura, o encontro deste ano, juntou 300 participantes e arrancou na tarde do dia 16 de Setembro último com a sessão de abertura e “Um abraço a António Torrado”, para homenagear e celebrar os 40 anos de carreira literária do escritor. A homenagem, “em vida” e com António Torrado “em plena forma”, conforme frisou a produtora do encontro, Cristina Taquelim, incluiu leitura e narração de contos do escritor por leitores, narradores e amigos seus.

A Maratona de Leitura, que decorreu no sábado dia 18 de Setembro, homenageou e celebrou, por seu turno, a obra da recentemente falecida Matilde Rosa Araújo, com os participantes a darem voz a textos da escritora.

Através do Festival de Narração “Eu conto para que tu sonhes”, as “Palavras Andarilhas” abriram-se ao público em geral, nas noites de 17 e 18, com sessões de contos pelos contadores convidados.

MENSAGEM DE JOSÉ JORGE LETRIA

HOMENAGEM A ANTÓNIO TORRADO

Em nome da Direcção e da Administração da Sociedade Portuguesa de Autores, mas também em meu nome pessoal, associo-me à justíssima homenagem que o “Palavras Andarilhas” presta hoje ao escritor António Torrado, de quem tenho a honra de ser amigo há muitos anos e cuja obra e qualidade humana e cívica tanto admiro.

António Torrado, sempre discreto, sempre afastado da claridade intensa dos projectores, é, como autor de literatura para os mais jovens, mas igualmente como dramaturgo, contista e poeta (faceta que faço sempre questão de não esquecer), um dos nomes mais criativos e destacados da literatura portuguesa contemporânea.

A sua obra extensa e plurifacetada revela e confirma, título a título, um talento e uma capacidade criadora que nunca deixou de me surpreender e fascinar.

Grande contador de histórias, mas também e sempre poeta inspirado, António Torrado tem contribuído, de forma decisiva, para a dignificação e emancipação da literatura para os mais jovens como área maior da criação literária. Todos lhe somos devedores desse contributo que tem na sua obra exigente, rigorosa e inovadora a sua máxima e inequívoca expressão.

Não posso, por outro lado, nesta mensagem, esquecer o labor de António Torrado como membro de várias direcções da SPA, função em que sempre evidenciou um assinalável bom senso, um grande rigor ético e uma dedicação exemplar à luta dos autores portugueses pelo reconhecimento dos seus direitos no quadro da vida cultural portuguesa. Também por esse motivo, os autores portugueses em geral têm para com ele uma dívida de gratidão.

Há anos que me honro de o ter a meu lado nesse combate tão exaltante quanto desgastante e por vezes dolorosamente inglório. Também não esqueço o seu contributo fundamental para a mudança operada na vida e na história da SPA em Setembro de 2003 e que iniciou o ciclo de modernização e requalificação da instituição que se encontra em curso e ao qual ele permanecerá ligado.

Deixo para o fim o que, embora sendo pessoal e consequentemente subjectivo, é para mim, neste dia, o mais relevante e comovente. António Torrado é um amigo que faz da amizade, da lealdade, da solidariedade e da exigência ética um imperativo de consciência e uma forma única de estar na vida. É esse querido amigo que hoje, em nome dos autores portugueses, eu saúdo e abraço, felicitando-o por esta mais que merecida homenagem, à qual a SPA se associa por inteiro dizendo-lhe aquilo que em poucas palavras pode e deve ser dito àqueles de quem gostamos muito e muito admiramos: obrigado, António, por seres como és e por tudo aquilo que nos tens dado, luz sempre acrescentada à claridade dos sonhos e das esperanças que se recusam a morrer.

Lisboa, Setembro de 2010

José Jorge Letria

Presidente do Conselho de Administração

Vice-Presidente da Direcção

NAXOS EDITA TERCEIRO CD COM MÚSICA DE LUÍS DE FREITAS BRANCO

Álvaro Cassuto feliz com êxito de divulgação de música portuguesa

O maestro Álvaro Cassuto não podia estar mais contente, quando, no tarde do dia 29 de Junho, apresentou no Auditório Maestro Frederico de Freitas, da SPA, o terceiro CD da série dedicada às quatro sinfonias e outras obras orquestrais de Luís de Freitas Branco, um dos fundadores desta cooperativa. Dirigido pelo próprio maestro à frente da Orquestra Sinfónica Nacional RTÉ da Irlanda, este CD inclui a Sinfonia N.º 3 (1944) e os poemas sinfónicos “A Morte de Manfredo” (1906), composto aos 15 anos só para cordas, e “Suite Alentejana” (1927).

Continua, assim, com esta terceira produção a aclamada divulgação dos trabalhos de Luís de Freitas Branco pela etiqueta NAXOS, líder mundial em edição de música erudita, uma vez mais com o patrocínio do Fundo Cultural da Sociedade Portuguesa de Autores e da Jerónimo Martins, SGPS, SA.

Na contra-capta do disco, pode ler-se, em inglês, que esta edição integra a magistral “Terceira Sinfonia” de Luís de Freitas Branco, “o mais importante compositor português da primeira metade do século XX”, a qual, “embora composta em 1944, revela um melodrama próprio do romântico e sonoridades orquestrais luminosas”. “A melancolia e agitada atmosfera do seu poema sinfónico para cordas A Morte de Manfredo – descreve – contrasta com a expansiva Suite Alentejana N.º 2, nas suas evocações da paisagem rural, do folclore e da vida aldeã da região do Alentejo, a sul de Lisboa, onde o compositor

adquiriu uma grande quinta e compôs muitos dos seus trabalhos”.

Espera-se que, à semelhança do que aconteceu com a edição anterior, a crítica mais exigente lhe dê igualmente nota máxima, ou seja, 10 para a qualidade artística e 10 para a qualidade de som, o que é raro. “O importante não é só a gravação de música portuguesa, mas a divulgação da música portuguesa a nível internacional e esta é uma oportunidade única, a nossa grande prioridade”, salientou Álvaro Cassuto, no que foi secundado pelo compositor e violetista Alexandre Delgado, co-autor do livro Luís de Freitas Branco (edição do Teatro Nacional de São Carlos), primeira obra de fundo dedicada ao compositor.

GRAVAÇÕES DE REFERÊNCIA PARA TODO O MUNDO

“Este projecto vem concretizar o sonho que tive no livro, é uma pedrada no charco”, disse, fazendo lembrar que “um disco que sai na NAXOS vai para o mundo inteiro, são gravações de referência”.

“Sinto-me reconfortado – justificou -, pois trata-se de versões superlativas na qualidade orquestral, rigor na leitura do texto e indicação de tempo e compassos”. Sublinhando que o disco “pode ser ouvido em 365 dias por 35 mil cidades do mundo no mesmo dia”, Alexandre Delgado lembrou que esta edição pela NAXOS confere-lhe o estatuto de “um testamento, um contributo inestimável para a cultura portuguesa”.



“A divulgação através de disco deste género de música é incomparável em relação à de um concerto, pois a este só deverão, eventualmente, assistir umas mil pessoas, e, além disso, o custo de uma orquestra em palco custará uns cinco milhões, enquanto um disco é uma fracção desse valor e a divulgação é incomensuravelmente superior”, especificou, por seu turno, o maestro Álvaro Cassuto.

E acentuou, convicta e entusiasticamente: “É pela nossa cultura que Portugal se pode afirmar no estrangeiro e alcançar prestígio. Através desta grande etiqueta internacional, não é preciso tradutor, a nossa música afirma-se por si mesmo. É o ovo de Colombo!”

A encerrar a sessão de lançamento deste terceiro CD de uma série de quatro da música de Luís de Freitas Branco, o Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Direcção da SPA fez saber que “outros discos de longo alcance de seguirão”. “Propostas de novos projectos para perpetuar a música dos grandes portugueses é um gosto e uma obrigação da SPA”, disse, explicando que uma das formas de divulgação internacional das obras que a cooperativa edita – discos e livros, essencialmente - é a sua oferta por ocasião de congressos e encontros no estrangeiro, em especial em França, Espanha e Brasil.

“Estamos a apoiar institucionalmente pessoas que são e foram cooperadoras desta casa, através do nosso Fundo Cultural, como é o caso do fundador da SPA Luís de Freitas Branco”. *Edite Esteves*

NOVO PORTAL DA SPA ACESSÍVEL DESDE 30 DE JUNHO

No quadro da sua política de comunicação com os associados e com o público em geral, a SPA dispõe, desde 30 de Junho, de um novo portal informático que representa um considerável avanço relativamente ao que até agora esteve em vigor.

O novo portal foi remodelado graficamente, dispõe de um muito maior número de informação actualizada, designadamente sobre assuntos do interesse corrente dos cooperadores e beneficiários, e irá, muito em breve, ter condições para funcionar como um espaço de divulgação das actividades dos membros da cooperativa. Com este novo portal, a SPA dá mais um passo para a renovação e modernização da sua imagem pública, para o estabelecimento de um melhor grau de comunicação com os seus associados e com o público em geral.

*Lisboa, 1 de Julho de 2010
O Conselho de Administração da SPA*

CISAC PRODUZ VÍDEOS DE ANIMAÇÃO SOBRE AUTORES E DIREITOS DE AUTOR

A CISAC produziu alguns vídeos de animação sobre Autores e Direito de Autor, muito simples, curtos e eficientes. O novo portal da SPA disponibiliza os dois primeiros: um sobre o que é um criador; e outro sobre o que é uma obra. Os vídeos têm objectivos de divulgação e formação e são falados em inglês. No entanto, no portal da SPA, quem aceder aos mesmos poderá obter as respectivas legendas em português, clicando em subtítulos no vídeo depois de aberto. O logótipo desta secção surge como mostra a imagem: + vídeos

PROGRAMA A DE AUTORES JÁ RECOMEÇOU NA RTP 2

Foi para o ar no passado dia 16 de Setembro, às 23h35, o primeiro programa da segunda série de A de Autores, espaço televisivo que a SPA tem, desde Maio deste ano, na televisão pública.

Apresentado por Paulo Sérgio dos Santos, o programa A de Autores tem sido e continuará a ser um espaço de encontro e divulgação da obra de autores portugueses de diversas áreas de criação e de distintos escalões etários. Nesta nova série de 13 programas, a SPA e a RTP 2 darão voz e imagem, semanalmente, a autores de áreas como a música, o teatro, o cinema, a literatura, as artes visuais e outras, sempre com a preocupação de mostrar ao público que escolhe este programa a importância do trabalho de criação autoral na vida cultural portuguesa.

Sendo um programa da responsabilidade editorial da SPA, que produz os respectivos conteúdos, A de Autores já assegurou a presença regular na RTP 2, durante 13 semanas, de autores de indiscutível representatividade. Mas sendo um programa da SPA, também o é da RTP 2, pelo que os seus conteúdos têm correspondido e continuarão a corresponder às grandes linhas de orientação programática da estação. Entre os convidados dos primeiros

programas desta segunda série encontram-se João Monge, Fernando Fragata, Raquel Ochoa, Expensive Soul, José Mateus, Ana Seara, Pedro Esteves, João Botelho, Jacinto Lucas Pires, Inês Pedrosa, Os Quais, Olga Roriz, Pedro Caldeira Cabral e Jorge Paixão da Costa, entre muitos outros. Mais informações em www.spautores.pt

PARCERIA SPA/TSF JÁ ESTÁ NO AR “NOTAS DE AUTOR” EMITIDAS DUAS VEZES POR DIA “DIREITOS DE AUTOR” NO ÚLTIMO DOMINGO DO MÊS

A parceria SPA/TSF, prevista para o mês de Outubro, iniciou-se na passada segunda-feira, dia 20, com a transmissão de dois apontamentos diários, às 12h50 e às 17h50, com a finalidade de darem divulgação ao trabalho de autores portugueses. Estes apontamentos, com o título “Notas de Autor”, serão transmitidos diariamente naquele horário, o que permitirá alcançar um significativo número de ouvintes. O

LIVRO E CD COM MÚSICA BANDÍSTICA APOIADOS PELA SPA E RTP-ANTENA 2

“Coreto” de Jorge Costa Pinto sai no início de Outubro

Coreto – um livro com música bandística da autoria do maestro Jorge Costa Pinto, que integra os textos dos primeiros 100 programas transmitidos pela RTP-Antena 2, aos domingos das 12 às 13 horas, de 8 de Janeiro de 2006 a 23 de Março de 2008 – vai ser lançado no mercado no início de Outubro. Com apoios da Sociedade Portuguesa de Autores e da RTP-Antena 2, o livro editado pela Jorsom, é acompanhado de um disco compacto com algumas obras gravadas por Bandas: Filarmónica Taveirense, Sinfónicas da GNR e da Força Aérea Portuguesa.

“Um ouvinte do programa, amigo de longa data, propôs-me ‘verter’ para livro os textos do programa. De princípio, não me pareceu que tivesse ‘pés para andar’..., mas, algum tempo passou, e afinal a ideia concretizou-se. O livro aí está!”, contou à Autores o maestro Jorge Costa Pinto, que fez questão de revelar que o “tal amigo proponente da ideia do livro foi o José Jorge Letria”, a quem agradece.

O programa consta de música tocada por organismos musicais, nacionais e internacionais, essencialmente compostos por instrumentos de sopro – metais (trompetes, trombones, etc.), madeiras (flautas, oboés, etc.) percussão, cordas (celos, contra-baixos, harpa) e teclas. “Em suma, Bandas Filarmónicas, de Concerto e Sinfónicas, bem como grupos de câmara e ainda big bands de jazz”, descreve Jorge Costa Pinto, acrescentando que, além da música, o programa contém texto de apresentação das obras ali tocadas e fornece

informação acerca dos respectivos intérpretes, compositores e demais intervenientes.

“O livro ora editado – precisa – descreve, então, os títulos das obras, os intérpretes, bandas, grupos, maestros, compositores e arranjadores, incluídos nos primeiros 100 programas, além de informação resumida, e transcreve também entrevistas que aconteceram em vários programas, por elementos intervenientes, de uma maneira ou outra, na área que é a essência do programa – a música bandística!”.

No prefácio, o director-adjunto da RTP-Antena 2, João Almeida admite que, nos tempos que correm, “ainda prevalece um preconceito: o de que a música de banda é menos nobre, menos exigente e menos reveladora de talento quando comparada com a chamada música erudita ou clássica”, mas está convicto que “esse preconceito está errado. E quanto mais o tempo passa

mais errado ele está”.

“Hoje, a qualidade musical dos instrumentistas em muitas bandas é semelhante ou até, em certos casos, superior (consoante o repertório) à das orquestras sinfónicas”, afirma, para salientar: “O próprio repertório alcançou uma diversidade, uma invenção e uma sofisticação, a meu ver totalmente equiparáveis à actual produção da escola erudita”.

E conclui: “A meu ver, a música para banda mais recente e a música erudita têm o mesmo grau de dificuldade e a mesma capacidade de atingir o sublime”.



primeiro autor incluído nesta rubrica será o poeta Casimiro de Brito, que acaba de lançar uma nova obra poética. Outros autores se seguirão, semanalmente, falando das suas obras, mas também das de autores de outras áreas de criação.

Para além disso, a parceria SPA/TSF prevê a apresentação, no último domingo de cada mês, entre as 10h e as 11h, de um programa intitulado “Direitos de Autor”, que possibilitará amplos debates sobre as questões centrais do direito de autor, desde o problema da pirataria até à importância das directivas da UE na vida dos autores portugueses.

O Conselho de Administração da SPA, de forma a que a rubrica diária prevista seja suficientemente informativa e abrangente, solicita aos cooperadores o envio de notícias relacionadas com a sua actividade para o seguinte endereço electrónico: dacre@spautores.pt. Essas informações deverão indicar que se destinam à difusão pela TSF.

Através desta parceria da SPA com a TSF, os

autores portugueses passam a dispor de mais um espaço regular de divulgação do seu trabalho, que se acrescenta ao actualmente existente na RTP 2 e que teve o seu reinício no passado dia 16, com apresentação de Paulo Sérgio Santos e com a duração de treze emissões. Mais informações em www.spautores.pt

I CONCURSO DE FILARMÓNICAS LEVA OITO BANDAS AO COLISEU MICAELENSE

O Coliseu Micaelense recebeu no fim-de-semana de 18 e 19 de Setembro, o I Concurso de Bandas Filarmónicas que contou com a participação de oito bandas da ilha de São Miguel, Açores, e teve o apoio, entre outras instituições, da Sociedade Portuguesa de Autores.

A Banda Lealdade (Vila Franca do Campo), a Sociedade Musical do Sagrado Coração de Jesus (Faial da Terra), a Banda Fundação Brasileira (Mosteiros), a Banda Lira do Norte (Vila de Rabo de Peixe), a Lira do Rosário

(Lagoa), a Lira Nossa Senhora da Estrela (Candelária), a Banda Marcial Troféu (Vila da Povoação) e a Filarmónica Nossa Senhora das Neves (Relva) participaram no concurso, que “pretendeu criar uma disputa saudável entre as bandas das diferentes localidades, da ilha e do arquipélago e, ao mesmo tempo, dignificar os filarmónicos, as colectividades e a região”, segundo consta da nota enviada à comunicação social.

As oito bandas micaelenses actuaram perante um júri, composto por cinco elementos, três dos quais oriundos do continente e ligados às bandas filarmónicas, um representante do Conservatório Regional de Ponta Delgada e um representante da Escola Tomás de Borja de Angra do Heroísmo.

Tratou-se de uma produção da RTP – Antena 1 Açores, em parceria com o Coliseu Micaelense, Cardoso e Conceição, SATA e Worten, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Accional, Hotel Talisman e Sociedade Portuguesa de Autores. Os bilhetes custavam 1 euro cada.

O MÚSICO, EDITOR E ARRANJADOR

Jorge Costa Pinto, músico, editor e arranizador, nasceu em Campo de Ourique, Lisboa. O seu pai era músico profissional tendo sido o primeiro pianista a tocar em Portugal standards de Jazz com uma grande orquestra. Mas Jorge preferia a bateria.

Quando tinha 12 ou 13 anos foi baterista da Orquestra Baía. Depois entrou para a famosa Orquestra Bolero. Trabalhou no cabaret Arcádia e depois passou para o Negresco, onde tocava bateria, piano e acordeão. Foi aí que conheceu Amália Rodrigues em 1953.

Com 26 anos foi convidado a integrar a orquestra do Ray Martino, que fez furor no final dos anos 50. Nos anos 60 efectuou trabalhos para Simone de Oliveira, Madalena Iglésias, António Calvário e para o tenor José António. Em 1965 frequentou o Colégio de Música de Berklee, em Boston, onde tirou o curso de orquestração, direcção de orquestra e [Harmonia (música)] [harmonia] modal. Depois estudou percussão com Alan Dawson. Foi aluno dos professores Fernando Lopes Graça (composição e arranjos), Maria Victória Quintas e Francine Benoit. Também estudou música contemporânea com Jorge Peixinho e Louis Saguer. Em Londres fez cursos de captação de som, corte de acetatos, galvanoplastia e prensagem.

Fundou a editora Tecla em 1967. Os primeiros discos foram de João Maria Tudela e Florbela Queiroz. Depois editaram vários discos de Madalena Iglésias, numa altura em que trabalhava como arranizador para outras editoras.

Fez os arranjos da canção “Por Morrer uma Andorinha” de Carlos do Carmo ainda na editora Philipps. Depois ele veio para a Tecla e gravaram canções como “Gaivota”, “Canoas do Tejo” e “Pedra Filosofal”.

No cinema fez a banda sonora dos filmes “Portugal Desconhecido”, de Raúl Faria, “Campista em Apuros” de Herlander Peyroteo e “Sariño de Fraldas” de Constantino Esteves. A editora Tecla fechou após o 25 de Abril.

Foi convidado por João Soares Louro, para trabalhar na RTP como assessor do Departamento de Programas Musicais e Recreativos na direcção de Carlos Cruz e Maria Elisa.

Criou a editora Jorsom, onde edita trabalhos próprios e música clássica portuguesa, entre outros. Aos 70 anos, continua a dirigir a sua orquestra de Jazz.

O construtor de **utopias**

JOSÉ MÁRIO BRANCO

"Gostaria imenso que a minha obra, o meu património, fossem entregues a uma fundação para promover a criação artística. Não faz sentido nenhum que os meus filhos e os meus netos fiquem donos de uma coisa que eu tenha criado." José Mário Branco nunca foi um homem de consensos. Ao longo de quase meio século de actividade artística, ninguém jamais o viu seguir os caminhos da facilidade. Polémico, muitas vezes incómodo, sempre exigente, tem o seu nome ligado à obra que produziu e a outras que deixaram marca na história da música popular em Portugal. Homem de inquietações, diz o que pensa, livremente, como sempre fez.

Tu moves-te em diversas áreas da criação: como autor, intérprete, compositor, arranjador, homem de teatro. Qual é a mais importante?

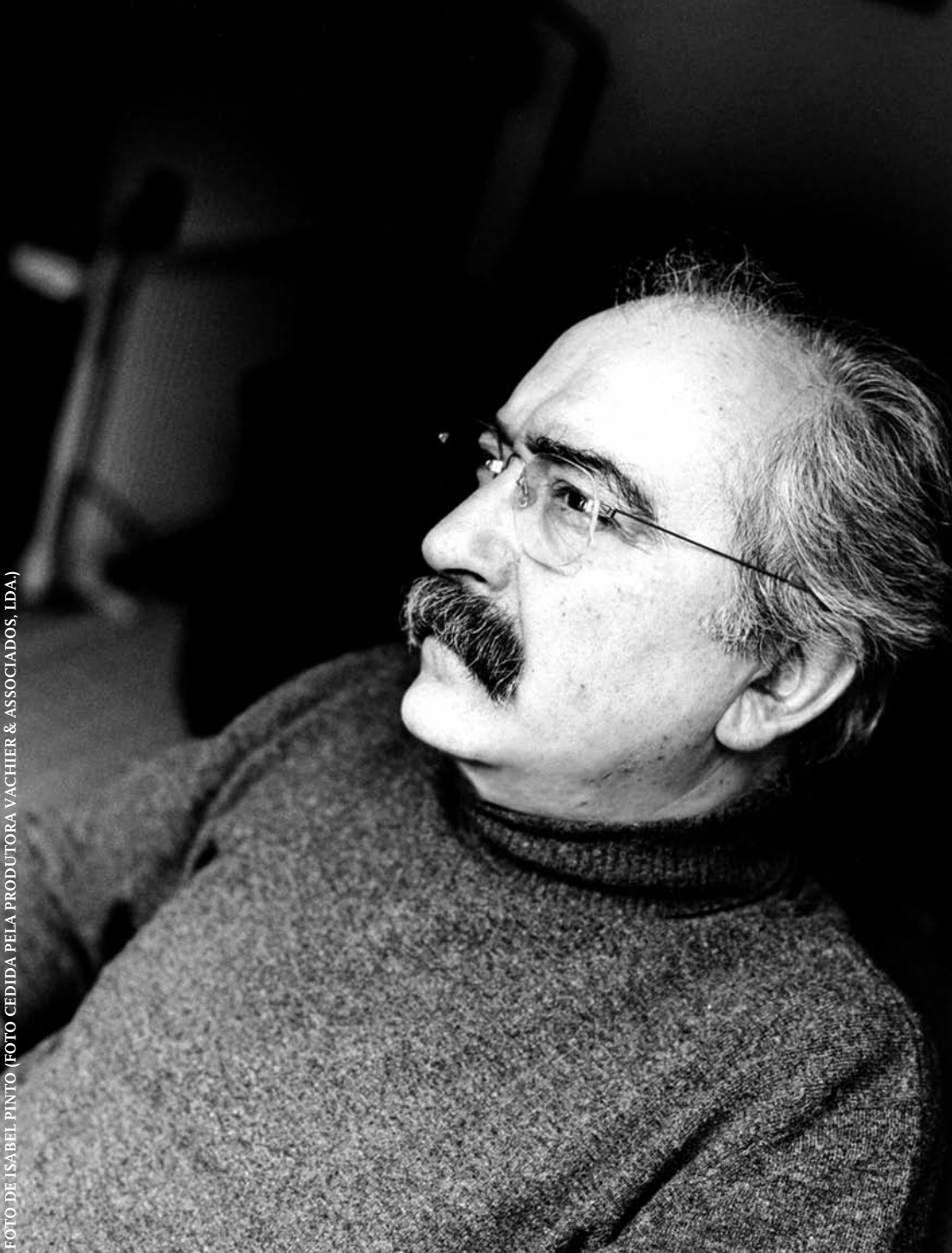
Desde que comecei a trabalhar regularmente em música, o mais importante é essa polivalência, essa actividade multifacetada. Tenho um grande prazer em trabalhar em qualquer desses campos – embora, conforme as fases e as oportunidades, se calhar aquela que me empolgou mais, nem foi a minha própria obra: foi o trabalho de direcção artística e de orquestração e de produção de projectos de outros cantores. Mas é um juízo em termos de prazer, de gozo. É evidente que isso não seria possível se não eu fosse também autor, compositor e intérprete das minhas canções, e eu próprio não fosse um teste permanente desse trabalho. Por isso, à excepção do "Correspondências", em que a maior parte dos arranjos são do Zé Peixoto e do Zé Martins, fui sempre produtor, arranjador, administrador dos meus próprios discos. O trabalho como actor, esse, é mesmo secundário. Fiz coisas esporádicas, mas não sou um actor.

Isto apesar de, como músico, o teatro e o cinema terem tido importância para ti...

O teatro, teatro sim.

O teatro deu origem a um dos teus grandes discos, "A Mãe".

E não só. Há canções para teatro em outros discos: no "Ser Soldiário", "A Noite"...



DESDE QUE COMECEI A TRABALHAR REGULARMENTE EM MÚSICA, O MAIS IMPORTANTE É A MINHA ACTIVIDADE MULTIFACETADA. DÁ-ME PRAZER TAMBÉM O TRABALHO DE DIRECÇÃO E PRODUÇÃO DE OUTROS CANTORES

A INFLUÊNCIA DO TEATRO

E mais recentemente no “Resistir é Vencer”.

Aí já é outro plano de que nós podemos falar: como é que a minha visão, aquilo a que eu chamo “a oficina da canção”, está muito ligada a coisas que eu aprendi vendo fazer teatro – teatro a sério, como se fazia n’A Comuna antiga. Porque essa arte da presença, que é o teatro, tem uma grande importância, por um lado, em todo o estudo que se faça das artes interpretativas em geral – e, portanto, na interpretação de canções. Mas também veio ajudar-me a resolver uma questão que muito cedo me tinha sido levantada, logo quando fiz o primeiro álbum, que é a questão de registar emoções em disco. Sintomaticamente, quase a partir do primeiro disco, eu deixei de falar em orquestrações ou arranjos, passei a falar de encenações sonoras. Porque é disso que se trata. É um trabalho que é musical, na base, mas que é essencialmente sonoplástico.

E muita da tua música, também, foi primeiro “expe-

rimentada” em palco, antes de sair em disco...

Isso tem a ver com o facto de eu ter tido sempre grandes dificuldades nas relações com as editoras, com o “mercado”. Antes do 25 de Abril, essa questão não se pôs com grande agudeza porque a editora que na altura me contratou, a Sasseti (e mesmo a outra que me quis contratar, a Orfeu, que editava o Zeca Afonso), tinha uma lógica editorial praticamente de oposição cultural ao regime. Viviam disso e para isso, eram negócios instalados nessa lógica, devido ao seu repertório, às pessoas que estavam à frente dessas empresas – no caso da Sasseti, o António Marques de Almeida, na Orfeu, o Arnaldo Trindade. Por isso não se pôs muito essa questão, e eu estava a dois mil quilómetros de Lisboa. Mesmo assim, quando foi preciso, ensaiei ainda no exílio as primeiras experiências de edição marginal, auto-produzida, como foi o caso do primeiro disco clandestino que se vendeu em Portugal, que foi o “Soldadinho”. Aí não eram as editoras que impunham, era o próprio regime e a sua censura que impunham limitações às editoras. A seguir a esse Novembro de 1971, um mês histórico em que saem o disco do Sérgio Godinho, o meu primeiro disco e o “Cantigas do Maio” do Zeca Afonso, há uma carta – que por acaso noutro dia encontrei – da Censura a todas as editoras a informar que, a partir daí, passaria a haver censura prévia às letras dos futuros discos – coisa que não havia antes, porque o disco era considerado uma edição não periódica e, portanto não estava sujeito a censura. Isso fez com que eu tivesse tido um álbum nado-morto, que nunca foi editado: um projecto chamado “Crónicas”, feito por mim e pelo Álvaro Guerra, em Paris, cujo material foi à censura prévia, em 72, e que veio com metade riscado. E no entanto, essencialmente, eram textos de renascentistas portugueses: do D. Francisco Manuel de Melo, Gil Vicente...

UMA LÓGICA DE GUERRILHA

Isto vem a propósito da tua difícil relação com as editoras...

Quando se dá o 25 de Abril e eu volto para Portugal e se cria o GAC, com toda aquela visão radical do papel das canções junto ao movimento social, há todo um processo que acompanha o processo político geral em Portugal. E depois houve uma factura a pagar, no refluxo do período revolucionário, por causa do nosso radicalismo, que foi muito pesada. O “Ser Solidário” é um projecto de 1980, numa altura em que fazia parte do grupo Teatro do Mundo, e que foi apresentado às oito maiores editoras que havia em Portugal. Foi recusado por todas, com as mais variadas desculpas, ou até sem resposta nenhuma...

E acabou por ser publicado com o selo da Edisom...

Acabámos por fazer um espectáculo ao vivo, durante um mês, no Teatro Aberto, produzido pelo Teatro do Mundo...

Com lotações permanentemente esgotadas, que eu bem me lembro...

Sempre cheio. E o que fizemos foi pedir ao público que pré-comprasse exemplares de um disco que ainda não existia, e com esse dinheiro das compras



antecipadas é que o disco pôde ser gravado. O espectáculo ainda foi reposto mais um mês, em Maio de 81, e mais tarde, em 1982, aparece uma pequena editora nova, a Edisom (do Zé da Ponte e do Guilherme Inês, na origem) a quem propus que servisse de suporte para a edição de um disco que já estava financiado. Foi assim. Mas depois, em 85, com “A Noite”, a mesma questão se levanta, e aí já sou eu que percebo que posso e quero prescindir das editoras: já não foi com espectáculos em cena, mas por cupões publicados em jornais que o público directamente subscreveu exemplares para financiar a edição. No fundo, são diferentes formas de fazer o que já tinha feito em Paris com a “Ronda do Soldadinho”: falei com associações de emigrantes, com organizações políticas no exílio, foram-me encomendados uns milhares de exemplares cujo dinheiro me foi entregue antecipadamente e que permitiu gravar e fabricar o single. E permitiu outra coisa importante: com uma pequena margem no preço, dar folga para tentar meter milhares de exemplares da “Ronda do Soldadinho” em Portugal, clandestinamente. No 25 de Abril, quando acabou a Pide, entregaram-me duas caixas que estavam nos armazéns da polícia. Os discos eram trazidos pelas pessoas que iam lá fora e voltavam, e por vezes eram confiscados na fronteira. Os que passavam eram vendidos a 20 escudos debaixo das mesas dos cafés. Há uma lógica, ao mesmo tempo de liberdade e de guerrilha, que interfere com a produção dos discos.

Isso tem também muito a ver com a tua faceta de militante: tu foste sempre um homem de causas... De formas diferentes, conforme a vida foi sendo. Desde o despertar para a oposição ao regime, na altura da eleição do Delgado, em 58 – eu tinha 16 anos, era activista da Juventude Católica. E, rapidamente, dei conta da contradição que havia entre a fé que eu tinha e a Igreja no quadro da qual ela funcionava e os princípios apregoados do Cristianismo. Por essa altura, saltei rapidamente duma igreja para outra, ou seja: da ICAR para o PCP, que era o único sítio onde mesmo na clandestinidade era possível lutar-se concretamente contra a ditadura. Depois colocou-se a questão da guerra colonial. Discussões monumentais, onde acabei por entender ser impossível participar nessa guerra, fosse como fosse, e ter de abandonar o país. Porque estava em desacordo com a própria organização a que pertencia, o PCP, que entendia que devia ir fazer trabalho político de guerra. E nós discutimos imenso, à semelhança do que se tinha passado em França, com Argel, que provocou agitação entre o PCF e os intelectuais franceses.

A RELAÇÃO COM O ZECA

A opção era o exílio.

É evidente que uma pessoa vai para o exílio, que é uma coisa muito violenta, não pode passar a viver como se nada tivesse acontecido. E, portanto, eu integrei-me em movimentos, em grupos políticos,

uma espécie de campanha ampla contra a guerra colonial e contra a ditadura salazarista. Isso tudo contribuiu para a minha formação, para a minha história, e depois, ciclicamente, conforme os períodos, foi sendo sempre assim: a par da actividade artística, criativa, houve sempre relação com a política e uma noção profunda de que há um vínculo inapagável entre o artista e o movimento social. Como esse vínculo se manifesta na prática é que pode ir variando, mas é sempre isso.

À EXCEPÇÃO DO CORRESPONDÊNCIAS, EM QUE A MAIOR PARTE DOS ARRANJOS SÃO DO ZÉ PEIXOTO E DO ZÉ MARTINS, FUI SEMPRE PRODUTOR, ARRANJADOR, ADMINISTRADOR DOS MEUS PRÓPRIOS DISCOS

Depois, tiveste o encontro com o Zeca Afonso. Imagino que tenha sido uma coisa marcante, tanto humana como artisticamente. Para os dois...

Foi. Eu pertença a uma geração de criadores no campo da canção em Portugal que foi decisivamente marcada pelo Zeca, não só enquanto compositor e intérprete, mas enquanto cidadão, enquanto homem. E tive esse privilégio de, já sob a influência do Zeca – cujos discos conheci muito mais cedo, quando começaram a sair: o primeiro fado gravado por ele é de 1954, tinha eu 12 anos – conhecer pessoalmente o mestre, em Paris. Ele tinha ido cantar no Boulevard de Saint Michel, no Fórum Internacional de Estudantes, acompanhado pelo Luís Pedro Faro, à viola. Passei a conhecê-lo pessoalmente, e um pouco mais tarde chegou o convite para dirigir o álbum que viria a ser o “Cantigas do Maio”. Foi no mesmo ano em que se gravaram o “Mudam-se os Tempos” e o primeiro álbum do Sérgio. Trabalhar com o Zeca é uma sensação ao mesmo tempo empolgante e de peso, da responsabilidade de me estarem a entregar diamantes raríssimos para eu lapidar! Felizmente, o Zeca, contrariamente ao que muita gente pensa, era uma pessoa que sabia perfeitamente o que é que queria meter nos discos. A única coisa que ele não tinha era escrita musical...

Mas era preciso ser capaz de captar o que ele queria fazer...

Era preciso ser capaz de lhe fazer propostas que ele pudesse aceitar, ser capaz de interpretar o material que ele nos entregava – em geral já bastante moldado, já relativamente próximo da forma final, incluindo os separadorzinhos musicais, tiriris para aqui, lalalás para ali, as segundas e terceiras vozes, coisas que o Zeca já tinha na cabeça. Mas depois ser capaz, também, de trabalhar essas canções como eu estava a trabalhar as minhas próprias, ou seja: o que são estas emoções, este discurso, fixado numa fita magnética? O tal “programa” de fundo que me vem acompanhando sempre desde o início. Daí a resposta que eu instintivamente dei ao Arnaldo Trindade quando ele me telefonou para o estúdio, em Paris, no fim do “Cantigas do Maio”, dizendo-me «Ó Zé Mário, eu não percebo porque é que você está a aplicar taxativamente a tarifa sindical dos arranjos por igual em todas as canções. Porque, pelo que eu vejo, há canções com muitos instrumentos, mas há canções onde praticamente é só a voz do Zeca, e não vejo que aí se justifique a tarifa completa.» E eu respondi-lhe: «Ó Arnaldo, você está enganado, porque o que você me está a pagar são os instrumentos que eu tiro, não são os que eu lá ponho.»

O ENCENAR DA CANTIGA

Nessa perspectiva do registo de emoções, como é que se grava uma canção?

Em cima de um palco, a cantar para o público, há uma relação do intérprete com o público que acontece nas artes performativas, mas também com as outras formas de arte, incluindo a literatura ou a pintura: dá-se aí uma co-criação, é uma energia que passa nos dois sentidos, uma relação biunívoca. De cada vez que um livro é lido ou um quadro é observado

ou uma canção é executada em frente de um público, há uma nova criação. E a fixação disso num registo magnético põe esses problemas: quem vai ouvir, quando, em que condições de escuta ou de estado de espírito? Não sei. Não controlo nada. Há uma partilha em diferido e há uma infinidade de circunstâncias que vão definir o que acontece quando alguém ouve uma canção. E pode não acontecer nada ou pode acontecer tudo. E é em função desse desconhecimento das condições da co-criação que se vai decidir se aqui é um piano, se é uma flauta, se ali não é nada. Encenar a cantiga. Eu fui percebendo isto por instinto, só muito mais tarde é que comecei a sedimentar estas ideias. A única forma é ir ao teatro buscar o conceito de encenação e à rádio buscar o conceito de comunicação sonoplástica, de modo a conseguir receber desse registo magnético as emoções que eu penso que vão conseguir passar para o lado de lá. Isto são ideias que eu tenho tentado aos poucos sistematizar numa série de artigos que publiquei – e ainda não acabaram – no site passapalavra.info e a que chamei A Oficina da Canção. E que têm consequências nos processos de produção em estúdio, na maneira de conceber os espectáculos, e no próprio acto criativo solitário original onde este estado de espírito fez com que muitas canções nascessem já com esta questão posta.

O espectáculo dos Três Cantos, em fins de 2009 no Campo Pequeno e no Coliseu do Porto, começou por ser uma ideia tua?

A princípio, sim, há oito anos.

E como é que foi estar ali, finalmente juntos, o Zé Mário Branco, o Fausto Bordalo Dias e o Sérgio Godinho? Foi um sonho lindo que se concretizou?

Foi. Para mim, para o meu feitio – tendo os concertos sido momentos excepcionais: juntaram-se 17 000 espectadores em quatro concertos – o mais empolgante foi o processo de preparação, foi a construção daquilo. Foi o que me deu mais gozo, sem desprimor para o grande gozo que foram os concertos. Acontece que este país é muito pequenino. De corpo, mas também de alma. E estamos sempre sujeitos a este tipo de absurdos, que é aquilo ter-se feito como uma fogueira passageira no fim de 2009 e não se criarem condições para se repor o espectáculo noutros sítios, para que mais pessoas pudessem ver. Apesar de nós termos tido o cuidado, os três, de nos reunirmos a seguir aos concertos para possibilitar um formato mais pequeno, menos caro, que fosse compatível com salas e orçamentos mais curtos. Mesmo assim, até agora nada aconteceu.

A POLÉMICA DA CO-CRIAÇÃO

Estás agora a colaborar com o Fausto no disco que está a preparar para 2011. É o mesmo tipo de gozo? Claro. O Fausto é um grande músico, estamos a níveis de qualidade particularmente elevados. E é uma relação que, curiosamente, tem muito a ver com a relação de serviço e aprendizagem que eu tive com o Zeca. Porque, como o Zeca – ou mais ainda, talvez –, o Fausto sabe muito bem o que

TRABALHAR COM O ZECA É UMA SENSACÃO AO MESMO TEMPO EMPOLGANTE E DE PESO, DA RESPONSABILIDADE DE ME ESTAREM A ENTREGAR DIAMANTES RARÍSSIMOS PARA EU LAPIDAR!

quer ouvir e o que não quer ouvir. Ao pormenor. Qualquer proposta ou sugestão que eu lhe faça está sujeita a um crivo de gosto pessoal muito apurado. Isto para mim é um desafio interessantíssimo, é o mais interessante de tudo.

Neste tipo de trabalho também há, de algum modo, uma criação colectiva, também és co-criador do resultado final. O que pode servir-nos de mote para falar do direito de autor, uma tema central para os criadores, sobre o qual eu sei que tens posições pouco pacíficas...

É uma questão filosófica, tem a ver com a radicalidade dos meus princípios, e que por imanência está em choque com o sistema em que nós vivemos: se eu estou profundamente convencido de que a humanidade só poderá ser feliz quando se acabar a propriedade privada dos meios de produção, é natural que eu também ponha em causa a propriedade privada da produção. Há-de haver um dia em que os criadores sejam reconhecidos pelas suas obras pela comunidade a que pertencem. E quanto mais universais forem essas obras, mais ampla será a comunidade e terá instrumentos na sociedade para lhes reconhecer essa utilidade, e lhes dar meios para continuarem a produzir novas obras. E isso para mim não passa pela propriedade das obras. Isto não é uma coisa que eu tenha tirado do pensamento, é da minha experiência pessoal. Eu tenho a sensação quase física de que quando publico canções são como filhos que saem de casa, para se fazerem à sua vida. Por isso, quando me pedem autorizações para utilizar obras minhas para esta ou aquela finalidade, eu acho que não tenho nada que autorizar ou deixar de autorizar...

Ou seja: elas estão aí, utilizem-nas. É isso?

Elas andam aí no mundo, elas pertencem a quem as usa, não tenho nada a ver com isso. Podem pegar numa música minha e fazer um hino fascista, não tenho nada a ver com isso. Quem tem a ver com isso é a comunidade, que está aí para avaliar e criticar. Sou profundamente contra a transmissão de propriedade intelectual por herança. Agora, o limite de tempo para protecção póstuma da obra

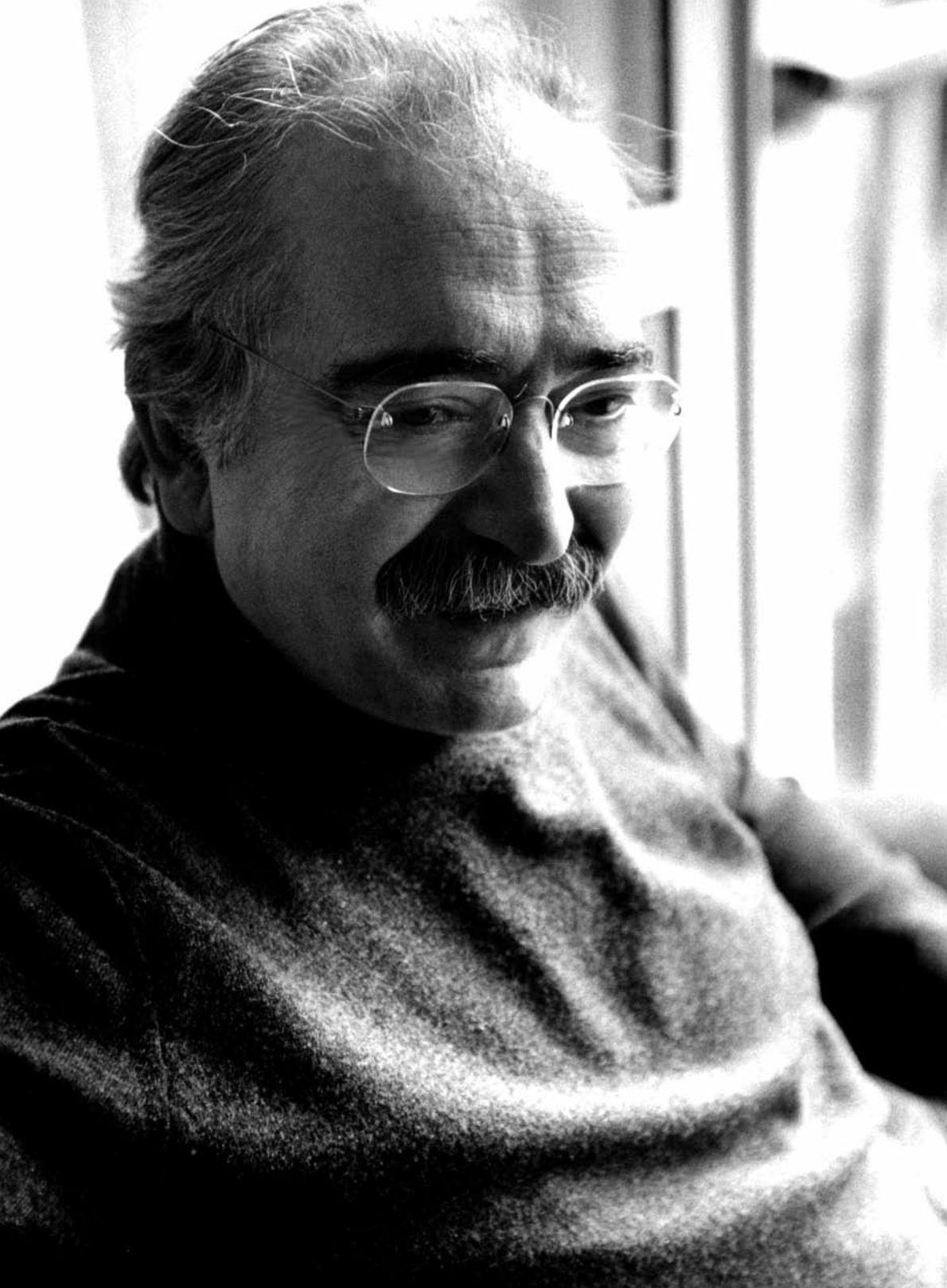


FOTO DE ISABEL PINTO (FOTO CEDIDA PELA PRODUTORA VACHIER & ASSOCIADOS, LDA.)

é de 70 anos. E quem está aí para proteger o Mozart ou o Shakespeare ou o Molière? Eu sei lá quantas voltas o Camões deu no túmulo, quando eu decidi gravar uma canção feita com um soneto dele a que, do alto do meu poder absoluto, decidi acrescentar um refrão da minha lavra? Que razão há para esses não terem protecção e eu ter? Que é que eu sou mais do que esses senhores, esses vários membros do meu comité central permanente?

Mas um autor tem de viver, não é?

Isto é tudo feito em nome da remuneração. Eu aceito receber os direitos de autor, através da SPA, que são uma parte considerável dos meus ganhos anuais, e portanto da minha sobrevivência...

São o teu salário...

...como uma forma, desviada e desviante, de a comunidade me pagar para eu continuar. Porque nesta sociedade não é possível de outra maneira. Há uma incompatibilidade total entre a criação artística e o mercado, porque a criação artística é o acto de liberdade mais essencial que existe. É tanto assim que eu quando crio não sou eu: sou muito mais do que eu. Isso é o contrário de ser proprietário de qualquer coisa. Claro que isto tudo tem a ver com um anseio que eu alimento desde a juventude, de felicidade para mim e para os meus irmãos humanos todos, de um mundo feito para a felicidade das pessoas, onde a propriedade privada é um empecilho, um atraso, um sinal de animalidade, ainda: o bicho homem levantou as mãos do

chão para colher frutos, adoptou a posição erecta e a partir daí tem feito um lento caminho para desenvolver o seu espírito. Falta-nos esse passo: perceber que a propriedade privada ainda é um sinal de animalidade, demarcação de território, da recusa de partilha.

TRABALHAR COMO AMANTE

É “um passo” muito grande...

O próprio desenvolvimento tecnológico vai obrigar o mercado cultural a pôr estas questões. Porque, das duas, uma: ou o direito de autor vai fazer parte do policiamento geral da humanidade, controlando, quantificando e facturando os actos de partilha – o que no tempo do digital e das telecomunicações é complicado – ou então está posto em causa, mesmo, e vai ser preciso inventar outras formas, não sei quais, de a comunidade sustentar os seus criadores.

O problema é esse: e entretanto? Porque os criadores não vivem do ar...

Para mim é fácil, porque tenho uma relação com a criação artística completamente livre. Nunca fiz um trabalho, em música ou noutra coisa qualquer, para sobreviver. Nunca. Se eu deixar de ganhar direitos de autor e de ganhar os meus cachets, volto a trabalhar num escritório, ou vou recolher o lixo à noite, ou servir cafés...

O que seria uma pena, porque nós queremos é que façam canções...

Pois. Mas se isso deixar de ser possível... O que eu quero dizer é que a minha relação com a música, não é uma relação de matrimónio: nem eu dependo dela, nem ela depende de mim. É uma relação de amantes, no pleno sentido da palavra: a gente encontra-se quando quer, e é só para ser bom. Nunca vamos para a cama porque é costume, nunca.

Isso, no fundo, é o que deveria ser a vida toda das pessoas...

Utopicamente, é. Mas a humanidade o que é que faz desde esse tempo em que levantou as mãos do chão? O que é que faz senão pouco a pouco ir realizando utopias? «Utopos» quer dizer que não está em lugar nenhum. Mas há um dia em que começa a estar. Quando é que há 20 anos eu pensava que ia ter um telemóvel que me punha em contacto com qualquer ponto do mundo em poucos segundos? Todos os dias realizamos utopias. Todos os dias damos um passo qualquer que na véspera era considerado impossível, visionário, sonhador... E quem esteja relacionado com a ciência percebe ainda melhor o que eu estou a dizer. Porque há muitas coisas na ciência que já são possíveis, só que não estão ao nosso alcance porque não são rentáveis. Porque há umas pessoas que mandam no dinheiro e só gostam do que dá dinheiro.

Viriato Teles



em nome dos

CRIADORES



MINISTRA DA CULTURA APROVEITA FESTA DE ANOS DA SPA PARA ANUNCIAR

“É nosso propósito rever em profundidade o sistema de cópia privada”

“Saúdo o 85º aniversário da SPA, e o Dia do Autor, acontecimentos que nos permitem meditar um pouco sobre o caminho percorrido desta notável e imprescindível instituição, uma das âncoras da vida cultural e associativa do País, ilustre representante de muitos dos criadores culturais portugueses de há quase um século, na defesa dos seus legítimos direitos, em particular no domínio da propriedade intelectual.

“É, ao mesmo tempo, oportunidade para ganharmos consciência dos desafios presentes e futuros que hoje se colocam à criação cultural e aos autores, num tempo em que as tecnologias da informação e da comunicação, bem como os processos de globalização em curso acelerado, alteram em permanência os modos de agir e de pensar, as estruturas organizativas, os quadros normativos, os modelos de negócio, as relações entre os diversos agentes culturais e as formas de intervenção do Estado e dos seus serviços e representantes.

“A actividade cultural hodierna, a sua expressão, organização, manifestação pública, o seu enquadramento técnico, jurídico, institucional, os modos de exploração das obras no mercado estão dependentes ou fortemente condicionados por mecanismos tecnológicos e pela produção legislativa à escala não já apenas nacional, mas europeia e mundial.

“A promoção e a defesa dos legítimos interesses dos autores e da cultura portuguesa implica considerar na actualidade os múltiplos espaços produtores de ideias, iniciativas, regulamentações, existentes na Europa, na CPLP, nas Agências Especializadas da ONU, no mundo Ibero-americano, nos espaços dos grandes “Países Emergentes”, como a China, a Índia ou o Brasil, ou ainda as empresas multinacionais cuja acção é determinante na configuração e dinamismo das designadas indústrias criativas.

“É um mundo de uma enorme complexidade, que exige a nossa atenção, presença, participação,

esclarecidas, sem o que os operadores públicos e privados das comunidades culturais de menor expressão internacional correm o risco da irrelevância e do esquecimento. Este problema é sumamente agravado pela escassez de recursos económicos e financeiros que se manifestou e aprofundou com o actual contexto económico, o que obriga a esforços de criatividade suplementares.

“Aproveito a ocasião para anunciar o propósito do Ministério da Cultura, e do Governo, de dar cumprimento, a breve prazo, da medida inscrita no seu programa, o de rever em profundidade o sistema da “cópia privada”, de modo a permitir a evidente necessidade de actualização do sistema instituído, incluindo nele todos os suportes e equipamentos relevantes, analógicos e digitais, que permitem como prática social habitual, a reprodução de obras e prestações legalmente protegidas.

“Trata-se de uma proposta de lei há muito aguardada pelos agentes culturais e que permitirá a existência em Portugal de uma das legislações europeias modernas e de largo alcance, sinal do empenhamento do Governo em apoiar efectivamente a criação cultural, os seus autores e outros titulares de direitos.

“Finalmente, felicito todos os cooperantes agraciados com medalhas de honra e prémios, um reconhecimento entre pares, das mais variadas áreas artísticas e culturais, que se saúde e que vos incito a manter.”

Trata-se de uma proposta de lei há muito aguardada pelos agentes culturais e que permitirá a existência em Portugal de uma das legislações europeias modernas e de largo alcance, sinal do empenhamento do Governo em apoiar efectivamente a criação cultural, os seus autores e outros titulares de direitos

José Jorge Letria exalta os criadores em nome da Direcção e da Administração da SPA

Celebram-se neste dia a criatividade e a iniciativa dos autores que em 22 de Maio de 1925 passaram da teoria à prática, criando uma sociedade de autores que, à semelhança do que já acontecia em países como a França ou a Espanha, estivesse em condições de os representar, defender e dignificar enquanto criadores.

Celebra-se hoje, também, a capacidade criadora de todos aqueles que, ao longo de 85 anos, foram capazes, através da música, da literatura, do teatro, do cinema, das artes plásticas e de outras áreas de criação, de enriquecer e projectar internacionalmente a cultura portuguesa, mesmo durante as décadas em que vivemos privados da liberdade que sempre foi e será a principal aliada dos autores e dos artistas, por lhes alargar e iluminar os horizontes pelos quais se expande o seu dom de acrescentarem luz à claridade tantas vezes baça e obscura de quotidianos sem história.

Hoje homenageamos autores que se destacaram ao longo das suas carreiras, pessoas individuais e colectivas que contribuíram de forma empenhada e consistente para promover as obras autorais e os direitos de quem as criou, bem como alguns dos mais antigos funcionários desta casa. Para todos eles, por razões diversas e, contudo, convergentes, vai hoje e sempre o agradecimento dos autores portugueses.

Realizamos esta celebração um dia antes da data oficial da efeméride (22 de Maio), porque, parafraseando parcialmente Vinicius de Moraes, amanhã é sábado, embora o ambiente de festa que aqui vamos viver contribua para que o espírito do sábado se antecipe em todos nós.

Ao longo de 85 anos de existência, a SPA foi a única instituição em Portugal que representou e defendeu os autores portugueses, mesmo nas mais adversas condições de privação das liberdades essenciais. Cooperativa por estatuto e essência, mas igualmente empresa implantada num mercado competitivo e agressivo, a SPA é também um pólo de intensa e regular oferta cultural e uma instituição com reconhecida e efectiva vocação mutualista e assistencial, tendo dado provas, sobretudo nos últimos anos, da sua capacidade de apoiar e ajudar os autores que dela necessitam.

Vivemos tempos de incerteza, inquietação e dúvida. Ninguém sabe o que irá acontecer à economia, às finanças e ao tecido social de sociedades como a portuguesa, (falo da sociedade-país e não da sociedade de autores), que ainda há cerca de um ano atrás parecia nadar nas águas de segurança e prosperidade desse grande objecto político não identificado que



“A liberdade foi e será sempre a aliada principal dos autores e dos artistas!”



se chama União Europeia. A segurança e o optimismo deram lugar à apreensão e ao medo. A confiança e a euforia cederam a vez ao temor e à incerteza. Para a SPA uma coisa é certa: sempre que uma crise com uma dimensão semelhante à desta se instala, a cultura integra de imediato a lista das primeiras vítimas, tal como acontece com a verdade quando rebentam as guerras.

Quando há menos capacidade aquisitiva e menos confiança económica, reduzem-se os consumos culturais e, conseqüentemente, a cobrança de direitos de autor, operação essencial para a saúde financeira e para a sobrevivência de uma instituição como a nossa.

Temos sabido e conseguido resistir à adversidade, não efectuando despedimentos de trabalhadores, mantendo o equilíbrio financeiro e reduzindo significativamente as despesas correntes da cooperativa. Para além disso, conseguimos pela primeira vez na história desta casa, projectar mediaticamente o nome da SPA através de dois programas televisivos, primeiro na TVI 24 e agora na RTP 2, e também através da Gala Prémio Autor na RTP 1, alcançando, deste modo, uma notoriedade pública que muito tem ajudado a prestigiar a cooperativa, a promover e a dignificar o trabalho dos autores e a mostrar à opinião pública a importância estratégica da criação cultural para a criação de emprego, de prestígio nacional e internacional e para o fortalecimento da identidade colectiva.

Queremos e podemos ir mais longe, mas, para tanto, necessitamos da unidade dos autores em torno da SPA que, sendo um projecto diariamente renovado e fortalecido, nunca poderá deixar de ser a sua casa e ao mesmo tempo a sua causa.

Pairam no horizonte as sombras de uma crise global que ninguém sabe ao certo como começou e muito menos sabe como e quando irá acabar. É com esta realidade inquietante que vamos ter de continuar a lidar, tentando criar as condições que assegurem a plena modernização desta instituição, sobre a qual continua a pairar o peso de um passado em que alternam a luz e a sombra, tendo a segunda saído vencedora nos tempos que antecederam a mudança operada em Setembro de 2003.

Hoje, na vossa presença, a Direcção e a Administração da SPA assumem o público compromisso de continuar a lutar por uma instituição digna e representativa, cultural e empresarialmente sólida, que seja, como nos últimos tempos tem sido, interlocutor natural do poder político em todos os processos que envolvem a cultura e os seus criadores. Nesse sentido, não posso deixar de agradecer a tão honrosa presença da Senhora Ministra da Cultura, cuja sensibilidade e disponibilidade

para dialogar com a SPA sobre várias matérias não posso deixar de sublinhar e saudar.

A SPA é e continuará a ser uma instituição democrática, que se bate pela liberdade, pela tolerância e pelo fortalecimento dos valores do espírito, e espera que a sua imagem, entretanto renovada, a sua visibilidade e o seu prestígio não sejam afectados pelo aventureirismo de uns, pela ambição pessoal e material de outros ou pela irresponsabilidade de outros ainda, que podem comprometer o trabalho árduo de uma equipa coesa que, como é seu dever, tudo tem feito e continuará a fazer, para que a SPA e os mais de 23 000 autores portugueses que representa possam encarar o futuro com a confiança e a esperança possíveis. Também por isso assumimos hoje aqui o compromisso de dar continuidade ao trabalho que temos vindo a realizar, com uma equipa, um programa e uma estratégia que se submeterão ao escrutínio dos cooperadores no próximo acto eleitoral.

Hoje é, por antecipação, dia de festa. Os autores portugueses celebram o aniversário da casa que todos os dias ajudam a engrandecer com o seu esforço e com o seu trabalho, demonstrando que, sem autores, não pode haver cultura.

Hoje é dia de festa porque os autores portugueses comemoram o dia em que passaram a existir enquanto instituição, criando em todos nós a convicção de que o nosso labor e as obras que dele nascem são momentos altos de uma vivência colectiva que nos deve unir e tornar mais firmes e fortes para enfrentarmos os múltiplos perigos e ameaças que se abatam sobre a gestão colectiva do direito de autor. E nunca como hoje esses perigos e ameaças foram tão inquietantes.

Cercados, hoje, aqui, pelos rostos e pelas obras de grandes autores de música que ao longo de décadas engrandeceram esta casa, podemos ficar com a certeza, sempre renovada, de que enquanto houver autores nunca se apagará a luz irradiante que, como escrevia Almada Negreiros cooperador desta casa quase desde a fundação, inicia, em cada amanhecer, a invenção do dia claro.

Que todos sejam capazes de fazer da cultura, neste tempo de incerteza e crise, um factor de estabilidade, coesão, tolerância e esperança que nos demonstre, em cada dia que passa, que os seres humanos serão sempre mais importantes que os números, os valores, os cálculos e os interesses materiais. Os autores são, com uma sempre reiterada legitimidade, os protagonistas desse combate e, neste dia especial, erguem como os heróis da Rotunda, há um século atrás, quando a República triunfou, a bandeira dos seus direitos e das suas convicções.

COMPROMISSOS E CONVICÇÕES

“Assumimos o público compromisso de continuar a lutar por uma instituição digna e representativa, cultural e empresarialmente sólida, que seja, como nos últimos tempos tem sido, interlocutor natural do poder político em todos os processos que envolvem a cultura e os seus criadores

“A SPA é uma instituição democrática, que se bate pela liberdade, pela tolerância e pelo fortalecimento dos valores do espírito, e espera que a sua imagem, entretanto renovada, não seja afectada pelo aventureirismo de uns, pela ambição pessoal e material de outros ou pela irresponsabilidade de outros ainda

“Constituímos uma equipa coesa que, como é seu dever e com trabalho árduo, tudo tem feito e continuará a fazer, para que a SPA e os mais de 23 000 autores portugueses que representa possam encarar o futuro com a confiança e a esperança possíveis

“Assumimos, pois, hoje aqui o compromisso de dar continuidade ao trabalho que temos vindo a realizar, com uma equipa, um programa e uma estratégia que se submeterão ao escrutínio dos cooperadores no próximo acto eleitoral

“Podemos ficar com a certeza, sempre renovada, de que enquanto houver autores nunca se apagará a luz irradiante que, como escrevia Almada Negreiros, cooperador desta casa quase desde a fundação, inicia, em cada amanhecer, a invenção do dia claro

“Que todos sejam capazes de fazer da cultura, neste tempo de incerteza e crise, um factor de estabilidade, coesão, tolerância e esperança que nos demonstre que os seres humanos serão sempre mais importantes do que os números, os valores, os cálculos e os interesses materiais

“Os autores são, com uma sempre reiterada legitimidade, os protagonistas desse combate e, neste dia especial, erguem como os heróis da Rotunda, há um século, quando a República triunfou, a bandeira dos seus direitos e das suas convicções



1 – Olga Prats com Pedro Osório; 2 – José da Ponte, José Niza e Manuel Freire; 3 – Lúcia Moniz e a mãe, Maria do Amparo; 4 – José Jorge Letria na inauguração da exposição "Clave de Memória", ao lado de Fernando Filipe, seu organizador, troca impressões com a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas e o Presidente da Direcção da SPA, Manuel Freire; 5 – Igrejas Caeiro e um amigo; 6 – Prof. Moniz Pereira; 7 – Os maestros António Victorino d'Almeida e Pedro Osório; 8 – Pedro Campos e o inspector-geral das Actividades Culturais, Luís Silveira Botelho; 9 – José Jorge Letria ao lado dos maestros Victorino d'Almeida e Pedro Osório; 10 – Tozé Brito;





SALA CARLOS PAREDES FOI UM "MAR" DE AUTORES E AMIGOS

O reconhecimento dos trabalhadores das ideias

A carismática Sala Carlos Paredes da SPA transformou-se num "mar" de convidados, cooperantes, beneficiários e amigos no dia 21 de Maio, por ocasião da festa dos 85 anos da casa dos autores. E nem a galeria que circunda a sala escapou à "avalanche" que comemorou, simultaneamente, o Dia do Autor Português 2010. A celebração da efeméride marcada para um dia antes, visto 22 ser um sábado, assinalou com a dignidade devida o reconhecimento público dos trabalhadores das ideias, os criativos. A própria ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, fez questão de estar presente, dirigindo palavras elogiosas e incitativas a "esta notável e imprescindível instituição", que considerou "uma das âncoras da vida cultural e associativa do País".

Foram muitos os pontos altos desta festa, que se iniciou, primeiro, no Auditório Mastro Frederico de Freitas, com música, "o grande pilar da cooperativa", como se lhe referiu José Jorge Letria. João Afonso, sobrinho de Zeca Afonso, acompanhado ao piano por João Lucas, deu o mote, cantando as canções do seu mais recente álbum "Redondo Vocabulo", editado com o apoio do Fundo Cultural da SPA.

Saindo, então, para o outro edifício da SPA, os inúmeros presentes que encheram a sala Carlos Paredes viram-se rodeados pelos 37 painéis da exposição "Clave de Memória – A Música e os Músicos na História da SPA", inaugurada nesse mesmo momento (ver caixa), deixando-se embrenhar na memória dos criadores musicais que, ao longo das décadas e em diversos géneros, reconhecidamente contribuíram para engrandecer e prestigiar a cooperativa. Um momento preenchido com música de fundo inédita da autoria do Maestro Pedro Osório. Depois da leitura da Mensagem do Dia do Autor Português pelo maestro António Vitorino d'Almeida, seu autor, foi dada a palavra à ministra da Cultura, a que se seguiu uma intervenção de fundo de José Jorge Letria, presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Direcção da SPA. (ver textos completos)

A revelação do Grande Prémio de Teatro Português SPA/Teatro Aberto 2010, proferida pelo membro da Administração da SPA e director do Teatro Aberto, João Lourenço, foi outro dos momentos altos e de grande expectativa da sessão. Entre 50 concorrentes e após um debate prolongado, segundo disse João Lourenço, o júri atribuiu por maioria o importante galardão à peça O Álbum de Família, de Rui Herbon. "Este prémio distingue a obra e não a mim, garante a edição do texto, o que é complicadíssimo em Portugal, e leva à cena a peça, o que também é determinante, pois uma peça de teatro não deve morrer numa gaveta", referiu o jovem dramaturgo, admitindo, no entanto, que "para quem o recebe, o prémio é também um lastro e uma grande responsabilidade". (ver caixa)

De seguida, foram postos à disposição dos presentes, gratuitamente, exemplares de três livros editados e lançados pela SPA: "A Casa dos Anjos", de Luís Mário Lopes, peça vencedora do Prémio de Teatro do ano passado e que tem estado em cena no Teatro Aberto; "G.A.M.E.", de Pedro Bandeira Freire; e "Gira pró Inferno", de Castro Guedes.



9



10







11 – José da Ponte com um cooperador; 12 – José Corregedor da Fonseca com Manuel Neves; 13 – Vasco Lourenço, José Jorge Letria e Tozé Brito; 14 – José Niza e Gabriela Canavilhas; 15 - Igrejas Caeiro com Leonor Xavier; 16 – António Rebordão Navarro e António Casimiro; 17 – Um aspecto geral da assistência ao concerto de abertura da cerimónia festiva, da responsabilidade de João Afonso e João Lucas, no Auditório Maestro Frederico de Freitas; 18 – O autor da Mensagem do Dia do Autor Português entrega um ramo de flores à convidada de honra da sessão, a ministra da Cultura; 19 – Paula Hipólito e Luís Silveira Botelho, do IGAC; 20 – João Lourenço; 21 – Vera San Pajo de Lemos

O DESFILE

O desfile dos autores premiados com a Medalha de Honra da SPA nas várias categorias abrangidas pela cooperativa foi emocionante, visto que tal distinção, criada em 2005, se destina a cooperadores que se encontram em fase avançada da sua carreira. Os seus agradecimentos assim o manifestaram. Foram 17 os autores cooperadores da SPA que receberam Medalhas de Honra nas diversas áreas cobertas pela cooperativa (Artes Plásticas – 1; Cinema – 2; Literatura – 8; Música – 3; Teatro – 2; e Colectivo – 1).

Durante este desfile, destaque especial para a entrega da distinção ao Maestro Pedro Osório, membro da Direcção e da Administração da SPA, que, nas palavras de José Jorge Letria, “foi determinante na mudança da SPA, no final de Setembro de 2003”. Aplaudido de pé por toda a assistência durante longo tempo, Pedro Osório admitiu ter ficado “comovido”, salientando com voz entrecortada: “A amizade não deve ter nada a ver com estas coisas, mas que a vida sabe bem, sabe mesmo bem!”. E, porque os aplausos não cessavam mesmo após o seu agradecimento, resolveu fechar o som daquela “orquestra” de palmas com um gesto redondo próprio da sua função de maestro, o que repôs o sorriso nos lábios de todos.

Os Prémios Pro-Autor, instituídos em Maio de 2009 e entregues depois, foram oito, sendo atribuídos a personalidades e instituições que se destacaram pela divulgação e promoção das obras dos autores ou pela defesa dos seus direitos.

Com a atribuição de lembranças aos funcionários que completaram 20 (10), 25 (1) e 30 (2) anos de casa, totalizaram 38 distinções. (ver caixa com nomes dos premiados).

A sessão solene dos 85 anos da SPA e do Dia do Autor Português 2010 fechou com a entrega do galardão máximo atribuído por esta ocasião – o Prémio Consagração de Carreira – a Teresa Rita Lopes, poetisa, dramaturga e ensaísta, que tem consagrado a sua vida e a sua carreira de investigadora ao estudo da obra de Fernando Pessoa, especialmente à divulgação da parte inédita da sua obra.

AGRADECIMENTOS

No discurso final, o presidente do Conselho de Administração da SPA fez referência especial ao cenógrafo Fernando Filipe, responsável por mais esta exposição que agora termina no final de Setembro para dar lugar a uma outra sobre A República, e a dois elementos pertencentes aos corpos sociais e que se destacaram neste mandato: José Niza, presidente da Assembleia-Geral, responsável pela revisão dos Estatutos, e Paulo Sérgio Santos, presidente do Conselho Fiscal, o rosto da cooperativa na televisão (TVI 24 e RTP 2).

José Jorge Letria salientou depois o trabalho desenvolvido pelos seus pares na Administração desta casa, “enquanto estrutura executiva de governação, constituída por autores com provas dadas em empresas” – José da Ponte, Pedro Campos, João Lourenço, Pedro Osório e Tozé Brito – e teve um agradecimento muito especial para o Presidente da Direcção, Manuel Freire, “o rosto e a alavanca de uma mudança muito esperada, em Setembro de 2003”, disse.

Exaltando o seu “exemplar percurso e maneira de coabitação”, José Jorge Letria anunciou que apesar de “ser o homem certo no lugar certo”, Manuel Freire aproveitara estar em ano de eleições na SPA para manifestar o propósito de “não ter vontade de continuar nesta casa”. “A liberdade também passou por aqui!”, aludiu, parafraseando os versos tão cantados por ambos. “Obrigado, Manuel!”.

E a encerrar a festa, o Presidente do Conselho de Administração da SPA dirigiu-se ao maestro António Victorino d’Almeida, “artista que toca frequentemente a genialidade” como o classificou, e em tom apelativo frisou: “A sua presença aqui simboliza a grande unidade entre autores!”.

Edite Esteves



22 – Maria Alzira Seixo; 23 – António Cartaxo; 24 – Fernando Matos Cruz; 25 – Benjamim Veludo; 26 – Um “mar” de gente encheu a Sala Carlos Paredes, onde decorreu a cerimónia de entrega dos prémios à criatividade, à divulgação e à antiguidade; 27 – O momento emocionante em que o maestro Pedro Osório recebeu a Medalha de Honra da SPA e em que foi aplaudido de pé durante largos minutos; 28 – Arnaldo Saraiva; 29 – Maria Natália Miranda; 30 – Arsénio Mota; 31 – Eduardo Olímpio;



28



29



30



31

LISTA DE TODOS OS GALARDOADOS

**17 MEDALHAS DE HONRA
8 PRÉMIOS PRO-AUTOR
13 PRÉMIOS ANTIGUIDADE**



Na festa comemorativa do 85º aniversário da Sociedade Portuguesa de Autores – Dia do Autor Português, que decorreu no dia 21 de Maio de 2010, foram entregues as Medalhas de Honra da SPA, distinção criada em 2005, os Prémios Pro-Autor, instituídos em Maio de 2009, e ainda os Prémios Antiquidade para os funcionários da cooperativa.

A primeira distinção destina-se a cooperadores da SPA que se encontram em fase avançada da sua carreira, sendo uma forma de reconhecimento pelo trabalho realizado em diversas áreas criativas. A segunda distinção é atribuída a personalidades e instituições que se destacaram pela divulgação e promoção das obras dos autores ou pela defesa dos seus direitos. E a terceira premeia os funcionários mais antigos, designadamente, os que fazem 20, 25 e 30 anos ao serviço da casa.

Seguem-se as listas dos galardoados com as Medalhas de Honra (17), com os Prémios Pro-Autor (8) e com os Prémios Antiquidade Funcionários (13) pela ordem por que foram entregues na cerimónia.

MEDALHAS DE HONRA

Cinema

Fernando Matos Silva
José Sá Caetano (ausente)

Teatro

Joyce Piedade
Benjamim Veludo (ausente)

Música

Elvira de Freitas (representada pelo filho Rafael Alexandre)
Pedro Osório
Raul Vaz Bernardo (ausente)

Literatura

António Barahona da Fonseca (ausente)
Arnaldo Saraiva
Maria Natália Miranda
Arsénio Mota
Eduardo Olímpio
Fernando Bento Gomes
Maria Alzira Seixo
Rosa Lobato Faria (a título póstumo – recebeu a distinção o seu filho João Sachetti)

Artes Plásticas

João Abel Manta

Colectivo

Associação 25 de Abril (representada pelo seu presidente, Vasco Lourenço)

PRÉMIOS PRO-AUTOR

ABC – Cine Clube de Lisboa (representada pelo seu presidente, Manuel Neves)
Manuel Cintra Ferreira
Maria Helena Seródio (ausente)
José Duarte
Opus Ensemble (representada pelo seu porta-voz, Alejandro Erlich Oliva, contraibaxista)
António Cartaxo
Salwa Castelo-Branco
António Rebordão Navarro

ANTIGUIDADE FUNCIONÁRIOS

20 anos

Ana Castro (ausente)
João Araújo
Conceição Roberto
José Costa (ausente)
Liliane Alves
José Gouveia
Margarida Dias
Rui Pimentel
Maria Castelo-Branco
Vitor Amorim

25 anos

Filomena Sousa

30 anos

Joaquim Espanhol
Lucinda Vitorino.



32 – Fernando Bento Gomes; 33 – João Abel Manta; 34 – José Duarte; 35 – Rafael Alexandre representou a mãe, Elvira de Freitas; 36 – Alejandro Erlich Oliva, aqui com Olga Frats, porta-voz do Opus Ensemble; 37 – Manuel Cintra Ferreira; 38 – Vasco Lourenço, presidente da distinguida Associação 25 de Abril; 39 – João Sachetti representou a mãe, Rosa Lobato de Faria; 40 – Manuel Neves representou o ABC Cineclube de Lisboa; 41 – Salwa Castelo-Branco; 42 – Rui Pimentel; 43 – João Araújo; 44 – Conceição Roberto 45 – Liliane Alves; 46 – António Rebordão Navarro; 47 – Margarida Dias; 48 – Vítor Amorim; 49 – João Gouveia; 50 – Maria Castelo-Branco; 51 – Lucinda Vitorino; 52 – Joaquim Espanhol; 53 – Teresa Rita Lopes, vencedora do galardão máximo, o Prémio Consagração de Carreira; 54 – Rui Herbon, vencedor do Grande Prémio de Teatro Português SPAutores/Teatro Aberto 2010 (as duas últimas na página 40)





53

"CLAVE DE MEMÓRIA"

Preito a 37 músicos desaparecidos que marcaram a história da SPA

Produzida pela Real Produções, com textos da autoria de Gonçalo Antunes de Oliveira, coordenados pela Prof.ª Dr.ª Salwa Castelo-Branco, e com organização e concepção plástica da responsabilidade do cenógrafo e artista plástico Fernando Filipe, a exposição "Clave de Memória - A música e os Músicos na História da SPA", que esteve patente até final de Setembro na Sala Carlos Paredes da SPA, prestou uma homenagem sentida a 37 músicos de todas as áreas, que marcaram não só a história da cooperativa, desde a sua fundação em 22 de Maio de 1925 até à actualidade, mas também o panorama geral da música portuguesa do século XX.

Foram seleccionados apenas autores já falecidos que são representativos de todas as áreas da criação musical, designadamente da música erudita, do fado, da canção popular e de outras formas de expressão abarcadas por este conceito expositivo.

Sendo a música "o eixo central da vida da SPA", com esta iniciativa de grande fôlego, a cooperativa quis "sublinhar a importância que esta área sempre teve e continua a ter na sua vida enquanto cooperativa e estrutura empresarial", procurando os seus mentores, de uma forma equilibrada e apelativa, destacar o essencial de vidas e obras que muito têm para contar e que "poderão ser o ponto de partida para estudos e trabalhos mais aprofundados de investigadores que se interessem por este domínio da criação artística". Ainda recentemente, na sequência da candidatura do Fado a Património Imaterial da Humanidade, pela UNESCO, foi concretizado um protocolo com o Museu do Fado, que visa, entre outras iniciativas, a utilização do acervo da cooperativa para enriquecer a base de dados constituída por aquela instituição e a organização de exposições em conjunto. (ver caixa e entrevista a Sara Pereira)

Nesta exposição, que deverá entrar em digressão pelas

delegações da SPA, figuram os seguintes compositores das mais diversas áreas e épocas: Alain Oulman, Alfredo Marceneiro, Alves Coelho, António Variações, Carlos Dias, Carlos Paião, Carlos Paredes, Carlos Ramos, Constance Capdeville, Cruz e Sousa, Fernando

Correia Martins, Fernando Farinha, Fernando Lopes Graça, Ferrer Trindade, Frederico de Freitas, Frederico Valério, Jaime Mendes, João Aguardela, João Nobre, Joaquim Luiz Gomes, Joly Braga Santos, Jorge Machado, Jorge Peixinho, José Calvário, Max, Nóbrega e Sousa, Raul Ferrão, Raul Portela, Rui Coelho, Shegundo Galarza, Tavares Belo, Vasco de Macedo, Wenceslau Pinto e Zeca Afonso.

O trabalho de pesquisa levado a cabo para a redacção das curtas biografias que ilustram cada um dos 37 painéis que aqui prestam homenagem a outros tantos músicos já desaparecidos teve como fonte basilar a Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX, a primeira grande obra de referência dedicada à música praticada no nosso País ao longo do século passado.

Trata-se de um instrumento de trabalho fundamental realizado sob a direcção da Prof.ª Dr.ª Salwa Castelo-Branco, Presidente do Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos em Música e Dança (INET-MD)

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), que foi agraciada no Dia do Autor Português 2010 com a Medalha de Honra da SPA. (ver lista de distinguidos)

Na sala estiveram também expostos pautas, livros e, sobre plintos, para curiosidade geral, aparelhos de reprodução vários e de épocas diferentes, entre eles, fonogramas de 78 rotações, um gramofone a manivela, uma grafonola com campânula, uma telefonia antiga, microfones e gravadores de reportagem, para além de uma estante para colocar as pautas. *EE*



GRANDE PRÉMIO DE TEATRO PORTUGUÊS
SPAUTORES/TEATRO ABERTO 2010



54

"O Álbum de Família", de Rui Herbon vence por maioria entre 50 obras

O júri do "Grande Prémio de Teatro Português", constituído por Vera San Payo de Lemos, Francisco Pestana e Marta Dias, pelo Teatro Aberto, e Rui Mendes, Luís Filipe Costa e Tiago Torres da Silva, pela Sociedade Portuguesa de Autores, bem como por João Lourenço na qualidade de presidente do Júri, reuniu na sede da Sociedade Portuguesa de Autores.

Após a leitura e apreciação das 50 peças presentes a concurso, verificou com agrado que houve um acréscimo no número das obras concorrentes.

Findo um intenso debate, o júri atribuiu por maioria o "Grande Prémio de Teatro Português - SPA-Teatro Aberto 2010" à peça "O Álbum de Família", de Rui Herbon.

DECLARAÇÃO DO JÚRI

"A PEÇA É UMA VIAGEM INTERIOR"

"O 'Álbum de Família' é uma viagem através da memória do nosso passado recente e constitui uma reflexão sobre o processo de individuação do 'eu' tendo como pano de fundo os laços afectivos e familiares. A dimensão onírica do texto bem como a forma como a culpa do indivíduo é apresentada, traduzem uma inquietude muito grande onde o 'eu' protagoniza uma luta intensa entre o que flui e o que permanece.

A densidade do texto dramático está também nas didascálias. Elas são um outro personagem que, no entanto, continua a ser o próprio indivíduo e a sua viagem interior. Como se o indivíduo soubesse que 'viajar' é o destino de viagem!"

**HOMENAGEM
A ALMADA
NEGREIROS
NOS 40 ANOS
DA SUA MORTE**

António Valdemar descodifica

“esse génio que conheceu de perto”

A “memória fulgurante e prodigiosa” de António Valdemar, presidente da Academia Nacional de Belas Artes e membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, propiciou, uma vez mais, momentos únicos a todos quantos seguiram com evidenciado interesse a história pormenorizada da vida de Almada Negreiros, “esse génio que o jornalista e investigador conheceu de perto”, como referiu o Presidente do Conselho de Administração da SPA, na apresentação do convidado a esta sessão de homenagem dos 40 anos da morte do seu cooperador e multifacetada personalidade de olhar incisivo que deixou para a posteridade marcas indeléveis de uma expressão de modernidade e de uma arte futurista na pintura, na ilustração, no teatro e nas letras.

Foi exactamente há 50 anos, no Diário de Notícias, que António Valdemar publicou uma série de entrevistas que desencadearam grande polémica a propósito das concepções de Almada relativamente aos painéis de S. Vicente de Fora e à sua integração juntamente com outras pinturas do mesmo autor e da mesma escola.

E foi disso que falou António Valdemar, na tarde do dia 15 de Junho, mas sempre contextualizando no tempo e na sociedade a sua narração metódica e detalhada, repleta de comparações, de figuras, de teorias, de referências, de datas, como ele tão bem sabe fazer.

Grande parte da teorização geométrica de Almada, posta em evidência nas referidas entrevistas com o então jornalista do DN seria, aliás, conforme sublinhou o palestrante, uma das bases da grande obra a que o consagrado artista deu o título “Começar”. Ainda inaugurada em vida de Almada Negreiros, é considerado o seu último grande trabalho em espaços públicos, permanecendo em lugar de destaque na sede da Fundação Calouste Gulbenkian.

PERSONALIDADE POLÉMICA

António Valdemar focou os seus constantes ataques a tudo e todos, sem esquecer, naturalmente, o seu conhecido insurgimento contra Dantas, o seu exílio em Espanha. Falou da grande exposição que efectuou no Teatro Nacional em 1911 e da sua exposição ao lado de Picasso, em 1902, no salão dos Recusados. Das personalidades que conheceu, como Lenine e Trotsky. Do seu salto da ilustração para a pintura, em 1925, quando ainda não tinha ateliê próprio e como os dois quadros que figuram na Brasileira do Chiado foram pintados nas águas-furtadas do Diário de Lisboa, ao Bairro Alto. Da sua construção constante de raiz poética em qualquer trabalho, como Lagoa Henriques bem assinalou – “o próprio manifesto anti-Dantas tem muita poesia, muito de cantigas de escárnio e maldizer”. Do seu ateliê no 5.º andar do n.º 78 da Rua Rodrigo da Fonseca e dos seus encontros na Pastelaria Paraíso, entre



outros, com Bernardo Santareno. E até das sua faculdades de premonições ou percepções, de que não gostava de referir. Evitava esses assuntos e a política.

A faceta altamente polémica de Almada e toda a sua genialidade foram, assim, dissecadas minuciosamente por quem privou com ele, por quem era recebido em sua casa, nos seus espaços de arte – “recebi um cartão de Almada, no dia em que entrei para o DN”, exemplificou para demonstrar essa intimidade –, proporcionando uma verdadeira descodificação do artista, o que deliciou a atenta assistência, onde pontuavam outras personalidades que também o conheceram de perto, nomeadamente Carlos Amado.

E sucederam-se histórias várias, no final da fluente oratória, numa interação espontânea com os ouvintes. Aludiu-se até ao timbre de voz de Almada – baça, mas veemente – e sublinhou-se o magnetismo do seu olhar, ponto forte da sua fisionomia esquelética, expresso nos seus retratos e auto-retratos, “que deixava as pessoas em sentido, dada a sua acutilância”.

Enfim, uma sessão riquíssima de informação e de exposição entusiástica, sem ler, apenas consultando algumas notas de alinhamento, que teria como epílogo alguns convites e um rasgado elogio por parte do Presidente do Conselho de Administração da SPA, que não perdeu uma palavra que fosse do orador. “Vamos convidar o António Valdemar, não só para organizar e coordenar o nosso programa das comemorações do Centenário da Implantação da República (e ele aí está como se pode ver na respectiva secção), como para efectivar a inventariação e organização do nosso espólio”, anunciou, para justificar: “Temos que o pôr nas narrativas orais, já que ele não as quer escrever e tê-lo várias vezes conosco, porque é um privilégio para a SPA”.

Edite Esteves



© ANTÓNIO CARVALHO, LONDRES, CAMDEN TOWN, MAIO DE 2008

PERSONALIDADE PORTUGUESA DO ANO 2009

PAULA REGO GANHA PRÉMIO DA ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA ESTRANGEIRA

Paula Rego recebeu, no dia 8 de Setembro, no Estoril, das mãos da ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, o Prémio Personalidade Portuguesa do Ano 2009, uma distinção que lhe foi atribuída pela Associação da Imprensa Estrangeira. A prestigiada artista - considerada um dos quatro melhores pintores vivos em Inglaterra, país onde este ano foi agraciada pela rainha Isabel II com o grau de Dama Oficial da Ordem do Império Britânico - aproveitou o ensejo para pedir mais dinheiro para a cultura. Naquele seu jeito singelo, Paula Rego lançou até a sugestão de criar uma lotaria nacional cujas receitas reverteriam a favor das actividades culturais. Nesse mesmo dia, a artista de 75 anos inaugurou na Casa das Histórias de Cascais a exposição que revela, em Portugal, o trabalho do marido, Victor Willing, para quem chegou a posar. “Feliz” por ambos os acontecimentos, Paula Rego não escondeu a admiração que sempre teve por Willing: “Tentava fazer como ele, tentava aprender, mas não conseguia. Eu não sou pintora, faço desenhos, faço bonecos”, declarou. A exposição de Victor Willing (1928-1988) estará patente ao público até 2 de Janeiro, na Casa das Histórias - nome do museu criado pela autarquia de Cascais para a própria Paula Rego. “Estes quadros são únicos e ficam aqui como nunca os vi”, comentou.

COM "CASAS CONTADAS"
E "POESIA REUNIDA"

Leonor Xavier e Maria Teresa Horta vencem Prémios Máxima de Literatura 2010 e Vida Literária



Leonor Xavier e Maria Teresa Horta, ambas cooperadoras da SPA, acabam de receber, respectivamente, o Prémio Máxima de Literatura 2010 e o Prémio Máxima Vida Literária. As distinções, atribuídas no passado dia 20 de Setembro, premiaram Leonor Xavier pelo livro de memórias "Casas Contadas" e Maria Teresa Horta por toda a obra poética da autora, desde 1960, coligida em "Poesia Reunida". Editado pela Asa, em 2009, o livro de Leonor Xavier, cuja narrativa passa pelas 13 casas onde a jornalista e escritora viveu, logrou voto unânime do júri, constituído por António Carvalho, Maria Helena Mira Mateus, Valter Hugo Mãe e a directora da revista, Laura Luzes Torres. De salientar que o Prémio Máxima de Literatura é o único prémio literário exclusivamente atribuído a mulheres em Portugal e tem como valor pecuniário quatro mil euros. Excepcionalmente, o júri decidiu atribuir este ano o Prémio Máxima Vida Literária, no valor de três mil euros, à também cooperadora da SPA desde 2004, Maria Teresa Horta. Em "Poesia Reunida", prefaciado por Maria João Reynaud, encontra-se coligida toda a obra poética publicada de Maria Teresa Horta, desde 1960, com "Espelho Inicial", até à actualidade, incluindo obras inéditas, como o livro "Feiticeiras", datado de 2006, mas nunca antes editado em Portugal. "Poesia Reunida" é, como defende a própria, "um testemunho

da sua vida para os outros".

Leonor Xavier, a quem foi atribuído o prémio literário de topo da Máxima nasceu em Lisboa numa tradicional família da Lapa e foi para o Brasil em 1975 com os três filhos e o marido que, tendo sido saneado no pós-25 de Abril do cargo de professor da Faculdade de Direito de Lisboa, foi convidado a dar aulas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Viveu depois no Rio de Janeiro, tem dupla nacionalidade e regressou a Portugal em 1987. Formou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa, foi jornalista do Diário de Notícias no Rio de Janeiro, e mais tarde, em Portugal, redactora da revista Máxima, que agora reconhece publicamente o seu mérito como escritora.

Membro dos corpos sociais da SPA, Leonor Xavier é também autora de "A vida não se Perdeu", biografia de Raul Solnado, de quem foi companheira durante mais de uma década; e escreveu ainda a biografia de Maria Barroso, "Um Olhar Sobre a Vida" e a biografia política de Rui Patrício, "A Vida Conta-se Inteira". Os romances "Ponte-Aérea" (1983), "O Ano da Travessia" (1994) e "Botafogo" (2004) levam, igualmente, a sua assinatura como autora. Em 2009, o prémio foi atribuído a "Myra" de Maria Velha da Costa, também autora da SPA. O júri do Prémio Máxima de Literatura decidiu não atribuir este ano o Prémio Revelação.

CAVACO SILVA ENTREGA PRÉMIOS
FERNANDO NAMORA E AGUSTINA BESSA-LUÍS

MÁRIO DE CARVALHO REPETE PROEZA RAQUEL OCHOA ESTREIA REVELAÇÃO

O Presidente da República, Cavaco Silva, entregou os Prémios literários Fernando Namora e Revelação Agustina Bessa-Luís, no passado dia 28 de Julho, segundo divulgou a Estoril Sol, promotora dos galardões.

Mário de Carvalho repetiu a proeza, ao receber o Prémio Fernando Namora, no valor de 25 000 euros, pelo romance "A Sala Magenta" (editorial Caminho) e o Prémio Revelação Agustina Bessa-Luís, atribuído pela primeira vez, distinguiu Raquel Ochoa pelo inédito "A Casa-Comboio". A jovem escritora viu o seu romance editado pela Gradiva, que também patrocina o galardão e recebeu igualmente 25000 euros.

A primeira vez que Mário de Carvalho arrebatou aquele prémio foi em 1996 com o romance "Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde", igualmente distinguido com o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (APE).

O júri foi presidido pelo escritor e ensaísta Vasco Graça Moura, e integrou também Guilherme d'Oliveira Martins, em representação do Centro Nacional de Cultura, José Manuel Mendes, pela APE, Maria Carlos Gil Loureiro, pela Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, Manuel Frias Martins, pela Associação Portuguesa dos Críticos Literários e, ainda, por Maria Alzira Seixo e Liberto Cruz, convidados a título individual e Lima de Carvalho e Dinis de Abreu, em representação da Estoril Sol. Referindo-se a "A Sala Magenta", o júri teve em conta "a elevada qualidade estilística e narrativa desta obra e a humanidade do olhar que lança sobre o universo da criação artística e da existência".

Quanto ao romance de Raquel Ochoa, o júri afirma, em acta, que revela "uma assinalável qualidade narrativa, conjugando bem os elementos de natureza documental acerca dos contextos pessoais e colectivos da experiência portuguesa na Índia".

O enredo deste romance baseia-se na aventura de uma família indo-portuguesa, originária de Damão, que sobrevive e se adapta à evolução do último século, evocando uma saga que remonta ao estado Português da Índia.

Raquel Ochoa nasceu em Lisboa em 1980 e é licenciada em Direito. Publicou um livro de crónicas em 2008, "O Vento dos Outros", e em 2008, editou "Bana - Uma Vida a Cantar Cabo Verde", a biografia do cantor. No primeiro programa da segunda série do magazine cultural da SPA A de Autor, transmitido na RTP 2 no passado dia 16 de Setembro, Raquel Ochoa foi um dos convidados de Paulo Sérgio Santos, sentando-se ao lado de Nicolau Breyner, e manifestando o seu gosto por literatura de viagens e biografias. Neste momento, aliás, está já em fase adiantada de recolha e escrita de uma biografia de uma conhecida figura da SPA.

EX-AEQUO PARA DUAS
MARCHAS DE ALCÂNTARA

ESTER CORREIA E TOY GANHAM MELHORES LETRAS E COMPOSIÇÕES ORIGINAIS

A nossa cooperadora Ester Correia ganhou a melhor letra e a melhor composição original com a música de Toy, nas Marchas Populares de Lisboa 2010. Curiosamente, "Alcântara tem..." e "Bela Varina de Ouro Vestida" foram distinguidas ex-aequo com a máxima pontuação naquelas categorias, concorrendo na mesma marcha: a de Alcântara. Ester Correia, uma letrista habitual das Marchas Populares de Lisboa, concorreu, igualmente, com a letra para a composição intitulada "Graça, Vivas à República", da Marcha da Graça, cuja melodia esteve a cargo de José Martins.

O júri das Marchas Populares de Lisboa 2010, presidido por Pedro Santos Franco, integrou os seguintes jurados: Rui Lopes Graça (apreciação de coreografia); José M. Castanheira (cenografia); Dino Alves (figurino); Manuel Frias Martins (letra); Délio Gonçalves (música); João Ricardo Pinto e Heitor Baptista Pato (apreciação global); e Rita Oliveira (representante da EGEAC).



CRiado o PRÉMIO DE MÉRITO E DEDICAÇÃO

O Conselho de Administração da SPA decidiu criar, com periodicidade anual, uma distinção destinada a premiar os trabalhadores da cooperativa que se destaquem, no desempenho da sua actividade profissional, pela dedicação, competência e profissionalismo. Esses méritos serão avaliados pelo Conselho de Administração, que anunciará o nome ou nomes dos galardoados no decorrer do mês de Dezembro. Designada por Prémio de Mérito e Dedicção, a distinção terá expressão pecuniária e incluirá também uma placa alusiva com o nome ou nomes dos distinguidos.

SPA REFORÇA SEGURANÇA

Dispondo a SPA de um importante acervo artístico, documental e iconográfico e estando em curso a modernização e renovação informática da cooperativa, através da instalação do SGS, com uma crescente necessidade de protecção de suportes físicos, dados e informação, a Administração decidiu reforçar os meios de segurança, introduzindo o recurso à vigilância permanente, 24 horas por dia, e à video-vigilância. Com a adopção desta medida, fica também garantida a segurança de espaços internos essenciais como o Departamento de Informática, sector vital da vida da cooperativa. A SPA, como os autores, as obras e os seus dados, ficam agora mais protegidos.

Lisboa, 20 de Setembro de 2010
O Conselho de Administração

Se Dinis Machado, autor do celebrado e inesquecível “O que Diz Molero”, ainda fosse vivo, teria seguramente comentado e com a razão que o assistiu quando inventou esta singular expressão para exprimir o espanto da rapaziada do bairro perante algo sublime, que a sessão evocativa dos 80 anos do seu nascimento, promovida e realizada pela SPA no dia 31 de Maio, “foi mesmo uma coisa iglantónica!”. Na verdade, a sessão foi directamente ao encontro do objectivo destas iniciativas, que é “revisitar pessoas que deixaram uma marca em qualquer uma das disciplinas que a Sociedade Portuguesa

“Comovi-me ao ouvi-lo e senti-lo”, confessou a jornalista, referindo uma entrevista que lhe fez na sua casa em Lisboa, tinha ela apenas 28 anos de idade, a que se seguiram mais duas de fundo.

CAFÉ, CIGARRILHAS E GAULOISES

Café, cigarrilhas e Gauloises eram os cheiros que marcavam o autor, quer fosse em casa, como pormenorizou a filha Rita, quer fosse no trabalho, a fazer as suas bandas desenhadas ou a escrever, quer nos momentos de lazer, por exemplo, nas sessões da meia-noite no Quarteto, produzidas pelo Pedro Bandeira

“O que Diz Molero” e da sua passagem a teatro. Mais uma dura e inopinada saga, contada ao pormenor por todos aqueles que intervieram directamente nela, designadamente, Nuno Artur Silva, o anfitrião desta evocação e responsável pela passagem do exigentíssimo texto daquele romance a duas horas de expressão teatral.

Uma aventura cheia de peripécias, ao jeito das histórias de Dinis Machado, interpretada apenas por dois actores: António Feio, que já não conseguiu estar presente nesta sessão devido ao seu estado de saúde, e o seu parceiro de palco José Pedro Gomes.

SESSÃO EVOCATIVA DOS 80 ANOS DE NASCIMENTO DE DINIS MACHADO



Foi mesmo uma coisa iglantónica!

de Autores cobre e defende”, conforme referiu o Presidente do Conselho de Administração, José Jorge Letria, ao abrir a tertúlia sobre a importância daquele *sui generis* cooperador da SPA e da obra que ele deixou, designadamente do incomparável romance “O Que Diz Molero”, celebrado dentro e fora do país por muitos editores, simples leitores e críticos literários.

Dinis Machado foi, sem dúvida, como se confirmou nesta diversificada evocação, um “vanguardista e revolucionário”, que soube traduzir para o papel, entre histórias cruzadas do quotidiano lisboeta, “o lado B da vida”, num movimento cinematográfico alucinante, que apetece devorar, quando se lê. Porque nos revemos nas cenas, porque ele nos faz participar nelas com as suas descrições entusiásticas e realistas, porque também levamos um soco no estômago como as suas figuras típicas ou um qualquer piropo gingão. Porque tem a capacidade de nos transformar a todos os que o lêem em personagens determinantes das histórias que narra com uma vivacidade incomum.

“Era um diamante, dizia coisas inesperadas com todo aquele cruzamento de histórias que narrava e que vivia na vida real”, contou Anabela Mota Ribeiro, um entre o grupo de amigos de Dinis Machado convidados para revisitá-lo nesta sessão.

Freire, ou no Café Creme.

“Chegava a ver dois filmes num dia no Loreto, alugava livros na Barateira por 10 escudos e produzia romances num fim de semana”, recordou José Xavier Ezequiel, responsável pela reedição de “Blackpot” de Denis McShade, pseudónimo que o escritor adoptou para escrever policiais de vertente serial killer, algo com que delirava, pois podia, assim, traduzir para as suas próprias ideias as fitas americanas que via sem cessar no grande ecrã.

“A sua linguagem narrativa não é linear, há sempre várias histórias que se cruzam. É a fusão da linguagem de rua com a erudita”, especificou. “É de salientar o seu amor à literatura menor, à literatura desencasada, aos filmes de série B e aos livros de bolso”. E assim o confirmou Maria Piedade Ferreira, encarregue da primeira edição de “O que Diz Molero”, uma tarefa que se lhe afigurou de início bem difícil, a começar pelo próprio título algo esquisito, que Dinis Machado não cedeu em alterar, mas que viria, afinal, a dar os seus belos frutos.

O QUE DIZ MOLERO É “UM RASTILHO DE LIBERTAÇÃO”

“Este livro é um verdadeiro rastilho de libertação”, qualificou-o António Jorge Gonçalves, ilustrador e desenhador, autor das capas das novas edições de

“Pedimos autorização ao Dinis Machado e, depois de Fernando Lopes ter desistido de passar o texto a filme e de ter acontecido o mesmo a Filipe La Féria com a passagem ao palco, abalancámo-nos à versão teatral”, declarou o autor, acrescentando como a justificar a sua inevitabilidade: “Representava a celebração da palavra. Dois personagens fascinados pelo tempo, pela memória...”

“Um livro com 300 personagens transcrito para dois actores numa sala muito pequena!”, especificou José Pedro Gomes, ainda incrédulo com a coragem. “São momentos muito raros em que se juntam vontades”, admitiu, para concluir saudoso: “Nunca vou voltar a fazer um espectáculo que faça tão bem!”

Na assistência recordaram o autor muitas outras figuras, amigos e familiares, entre eles João David Nunes, que o convidou, depois de chegar a ele através do Pedro Bandeira Freire, para fazer crónicas e conversas na Rádio Comercial.

“A cultura básica de Dinis – acentuou – era sobretudo cinematográfica, mais do que livresca. Era um grande lisboeta, que gosta do seu bairro e com sotaque”.

E Nuno Artur Silva concluiu em forma de apelo: “Dinis Machado e o seu livro “O que Diz Molero” deviam entrar no cânone, nas escolas.”

Edite Esteves

SARA PEREIRA

“O fado é universal, por isso é candidato a Património Imaterial da Humanidade”

A convicção de que o fado, ainda que enraizado em Lisboa e com origens afro-brasileiras, fruto da miscinização que caracteriza o nosso país, tem vindo a recriar-se e a expandir-se para o mundo, tornando-o uma canção universal, levou a Câmara Municipal da capital portuguesa através da EGEAC e do Museu do Fado a candidatá-lo a Património Imaterial da Humanidade, pela UNESCO. “Do ponto de vista da criação, o fado nunca teve um modelo estanque, nem cristalizado. Foi sempre capaz de absorver as inovações tecnológicas, os tipos de edição, os autores... E cada um de nós guarda dele uma memória diferente. Por isso, estamos a falar de um fenómeno universal, mesmo imaterial”, sublinhou à Autores, Sara Pereira, a directora do Museu do Fado de Lisboa e elemento essencial do projecto de candidatura do fado apresentado formalmente, a 23 de Junho, à Comissão Nacional da UNESCO, em Paris. Um projecto que, se for reconhecido, irá trazer um grande retorno económico aos nossos artistas e a Portugal





FOTOS DE JOSÉ PEDRO SANTA BÁRBARA

Foram constituídas várias comissões para a formalização da candidatura do Fado a Património Imaterial da Humanidade, pela Agência das Nações Unidas de Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), sediada em Paris. Quer especificar?

A candidatura foi coordenada pela Câmara Municipal de Lisboa através da EGEAC e do Museu do Fado. Em 2005, altura em que começaram os trabalhos preparatórios, estabeleceram-se as equipas: uma Comissão Científica presidida pelo Prof. Dr. Rui Vieira Nery e integrada pela Prof.ª Salwa Castelo Branco, directora do Instituto de Etnomusicologia, e por mim; uma Comissão Consultiva, que reuniu todo o Conselho Consultivo do Museu do Fado; e uma Comissão Executiva, integrada pela equipa técnica do museu e por investigadores também do Instituto de Etnomusicologia, com que mantivemos, desde o início, uma cooperação estreita.

Como é que surgiu a ideia desta candidatura?

A ideia da candidatura surge no final de 2004, por indicação do então Presidente da Câmara Municipal

de Lisboa, Dr. Pedro Santana Lopes, e as equipas começaram desde logo a trabalhar com vista a uma candidatura futura. Na altura, o programa que existia na UNESCO só privilegiava as formas artísticas em vias de extinção, era a proclamação para as obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade. Portanto, o fado teria poucas hipóteses nesse quadro, mas, ainda assim, as equipas foram constituídas, traçámos um plano de trabalho, implementámos um protocolo com o Instituto de Etnomusicologia e começámos no terreno a identificar os acervos relevantes para o estudo do fado. Independentemente das colecções do museu. O museu possui 16 mil peças, que integram jornais, fotografias, cartazes, reportórios, instrumentos musicais, trajes... Mas era preciso, sobretudo, ter uma noção o mais exaustiva possível das colecções existentes noutros arquivos e instituições. E foi isso que estas equipas foram fazendo durante estes anos.

As equipas foram sempre constituídas pelas mesmas pessoas?

As equipas tiveram alterações ao nível dos programas

de cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, através dos quais contratámos, anualmente, recém-licenciados que cumpriram o estágio de um ano e que faziam a investigação no terreno. Estas equipas andaram por vários arquivos - pelo Museu da Música, pelo Museu do Teatro, pelo Museu da Rádio, Bibliotecas, Sociedades Recreativas - e criámos várias bases de dados. Fomos sistematizando a informação e temos hoje um conhecimento muito mais sólido.

“O FADO TEM ORIGENS AFRO-BRASILEIRAS”

Um dos pontos questionáveis, por exemplo, é o que se prende às origens do fado. Com esta investigação mais aprofundada e independentemente da teoria defendida pelo Prof. Rui Vieira Nery, que conclui das raízes afro-brasileiras do fado, chegou-se a uma conclusão mais unânime sobre essa matéria ou ainda prevalecem dúvidas?

Ao nível académico só existe a teoria do Prof. Rui Vieira Nery (risos). Há outras teoria vindas de outra proveniência que não a da metodologia.



Há quem diga que o fado tem a mesma raiz do tango, outros que vem do flamenco, outros ainda ligam-no à música árabe, e ainda às nossas viagens marítimas... No fundo, há um certo misticismo em torno das origens do fado, não é?

Tem sobretudo a ver com o facto da investigação sobre esse tema ser muito recente. Só no final dos anos 70, inícios da década de 80 do século XX, é que se começou a estudar a origem do fado.

Mais propriamente, depois do 25 de Abril de 74. Até porque o fado estava até então muito conotado com o antigo regime, certo?

Sim, tudo isso... e depois a morte da Amália, que levou a um remexer e a um interesse académico sobre o fado, nos anos 80. Há também a Lisboa 94 que vai consagrar uma parte substancial do programa ao fado com uma grande exposição feita no Museu de Etnologia “Fado, Vozes e Sombras”, e com edições de muita qualidade. Depois há a abertura do próprio Museu do Fado e uma série de publicações que se vão sucedendo. Para lhe dar uma ideia, nós tínhamos uma “História do Fado”, escrita em 1903 pelo Pinto Carvalho e a “História do Fado” a seguir sai só em 2004 e é do Rui Vieira Nery. Face aos documentos que temos, ele reconhece as origens afro-brasileiras do fado, que, naturalmente, se misturam com tudo o que é a miscenização que é o nosso país, fruto dos descobrimentos, do colonialismo...

As comissões de candidatura e o Museu do Fado perfilham dessa teoria de Rui Nery?

Completamente. O fado tem as origens na música brasileira, nas modinhas...

“A CANDIDATURA CONTOU COM TODA A COMUNIDADE”

Encontraram muitas dificuldades para chegar à candidatura propriamente dita?

Não encontramos dificuldades. A candidatura contou com o apoio muito grande de todos os decisores políticos. Do ponto de vista mais pragmático, no terreno, contou com a abertura total das instituições, com a adesão ao projecto, com a participação da comunidade, dos artistas... Aliás, um dos requisitos destas candidaturas é, precisamente, a participação efectiva da comunidade, dos artistas, nestes planos de salvaguarda. A candidatura, portanto, o que pressupõe é um plano de salvaguarda integrado da memória do fado e que, no nosso caso, se estruturou em várias vertentes. Por um lado, a criação de uma rede de arquivos de instituições que têm documentos relevantes para o estudo do fado, como por exemplo, a Biblioteca Nacional, a RTP, a RDP, museus tutelados pelo Ministério da Cultura, a Voz do Operário, a Sociedade Portuguesa de Autores, os sindicatos – o Sindicato dos Músicos. Por outro, há um programa educativo bastante vasto, que vai procurar integrar transversalmente o fado nos vários ciclos de ensino, desde o básico ao superior. Temos já protocolos com universidades.

Em termos práticos ou teóricos?

Práticos e teóricos. Por exemplo, dentro das disciplinas de opção. Sendo que a comunidade é chamada a participar, constituindo agentes educativos. Além dos professores, os artistas.

Os próprios professores terão de ser educados, não?

Isso mesmo, o nosso plano pressupõe também essa formação. Outra das linhas é o apoio à construção da guitarra portuguesa, com vista à continuidade desta arte. Vamos atribuir bolsas de estudo a formandos dos dois mestres que estão actualmente em actividade – o Gilberto Grácio e o Oscar Cardoso. Ambos estão a escolher os candidatos.

Eles trabalham aqui no museu?

Não. O mestre Gilberto Grácio é nosso consultor, mas não trabalha aqui, e o Oscar Cardoso também não.

Aqui não há nenhuma oficina?

Não. Apesar de, ao longo do circuito de visita guiada ao museu, termos uma explicação sobre a matéria e poderem ver-se filmes com essa actividade e com estes mestres.

Porque a própria guitarra portuguesa é um instrumento ligado ao fado e só nosso, que se caracteriza por ter mais cordas do que a guitarra clássica.

Sim, tem seis pares de cordas duplas. Por isso se torna tão difícil de executar.

Mas no museu continua a haver uma Escola de Guitarra Portuguesa?

Continua. Chama-se apenas Museu do Fado, mas inclui os dois conceitos iniciais de Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa.

Voltando à Sociedade Portuguesa de Autores e à aquilo que ela pode fazer em relação ao protocolo estabelecido convosco, já há algum resultado visível?

Está previsto, em termos de protocolo, esta cooperação ao nível dos arquivos. Nós poderemos aceder ao arquivo da SPA, que é muito rico, por exemplo, em pautas musicais, poderemos trabalhar em exposições em conjunto...

Mas já existem planos concretos do Museu do Fado em relação à SPA?

O próprio protocolo já consta da candidatura e está na rede de arquivos.

“ABREM-SE JANELAS DE OPORTUNIDADES”

Quanto é que custou esta candidatura?

Não custou nada de especial. O que custou prende-se mais com os ordenados dos técnicos que andaram no terreno e que têm um custo irrisório, uma vez que esse trabalho foi entregue a jovens em situação de estágio. No fundo, teve um custo mínimo para um ganho máximo...

Que tipo de ganho é que se espera desta candidatura?

Se, por um lado, reconhecemos que o fado não precisa de um selo da UNESCO para torná-lo universal, que já o é há muito tempo e é cultivado nos quatro cantos do mundo, cá dentro e nas grandes salas de espectáculos, nas pequenas associações, além das casas de fado, por outro lado, é certo que, se ele for reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, vamos ter condições para lhe dar uma visibilidade imensa, sobretudo a nível internacional, em termos da sua capacidade de atracção turística. Para os artistas abrem-se janelas de oportunidades, o que só pode ter um retorno altamente positivo.





Até para as casas de fado, que estão um bocado a “morrer”, não?

Esse é outro dos programas da nossa candidatura: criar roteiros temáticos de revitalização de casas de fados e de colectividades com grande tradição fadista. Para além do circuito das casas de fados profissionais, há uma série de colectividades também com grandes tradições fadistas, algumas delas com pequenas escolas.

Como por exemplo...

O Grupo Desportivo Adicense em Alfama, o Grupo Desportivo da Mouraria, a Voz do Operário em Lisboa, algumas associações em Chelas, todos com escolas, as quais candidatam intérpretes à Grande Noite do Fado com bons resultados e que devem ser estimulados.

O responsável por esses roteiros, que poderão ser uma mais-valia, vai ser o Museu do Fado, apoiado pela EGEAC?

Sim, sim. Depois temos previstas também uma série de publicações. Reedições de fontes históricas, musicais, poéticas, no intuito de sistematizar a informação. A “Antologia da Poesia Antes da Censura”, a “Antologia da Poesia Depois da Censura”, “O Fado no Ensaio e na Ficção”, “O Fado nas Artes Plásticas – na Pintura e Ilustração. Reedições de obras muito interessantes e que estão esgotadas há décadas, como por exemplo, “O Fado Canção de Vencidos”, do Luís Moita. Este é um livro de 1936, feito por um ideólogo do Estado Novo que disse barbaridades sobre o fado, com vantagem para nós que estudamos o tema de se ter documentado tão bem, que o que nos interessa não é o seu argumento, mas sim as fontes que ele utiliza. Depois há uma reposta a este livro que é “Os Ídolos do Fado”, publicado logo a seguir, em 37, por Vítor Machado. Estas duas obras irão ser reeditadas em simultâneo.

E vão ser divulgadas aqui só no Museu do Fado ou em todos os lados?

Esperamos que para divulgação geral. Para esse efeito, estamos em vias de fechar um protocolo, que espero resulte, com a Imprensa Nacional /Casa da Moeda.

“O FADO ADAPTOU-SE SEMPRE ÀS INOVAÇÕES”

Pensa que, neste momento, existe, na realidade, um novo olhar sobre o fado? Desde as letras à interpretação e aos próprios instrumentos que o acompanham e que se diversificam muito, da flauta ao trompete, passando pelo violoncelo, nomeadamente? Há ou não há um novo fado?

Eu não lhe chamaria um novo fado. Há um novo olhar sobre o fado, claramente, sob o ponto de vista da investigação, do ponto de vista até institucional – as questões do património imaterial estão agora na ordem do dia. Do ponto de vista da criação, da criatividade, nunca tivemos um modelo estanque do fado. Nem cristalizado. Não encontramos, ao longo da história do fado um momento em que possamos dizer o fado é isto e já não é aquilo. Ele foi sempre capaz de absorver as invenções tecnológicas, dos média, dos tipos de edição. Mesmo antes, no século XIX, com o teatro de revista ele é camaleónico. Vai-se adaptando. E algumas destas inovações, por exemplo, os versos, os grandes

poetas, os autores, tudo isto acontece já desde meados do século XX.

A própria Amália foi uma das introdutoras deste chamado novo olhar sobre o fado.

Exactamente. E, se folhearmos a literatura e a imprensa especializada que existe sobre o fado – na primeira metade do século XX são vários títulos – todos eles falam e debatem sobre o novo e o velho fado. Por isso, isto é uma questão que se prende com o início do século XX.

Mas há quem critique alguns dos novos fadistas, afirmando que eles cantam bem, mas “aquilo” não é fado... Porque são de opinião que só é fado o dito fado tradicional.

Mas até essa noção se foi alterando. A Amália, quando começou a cantar as coisas do Alain Oulman, foi extremamente criticada. Quando cantou Camões, tudo lhe caiu em cima. Os próprios guitarrists diziam ‘vamos às óperas...’. Eu acho que aqui temos um filtro implacável que é o tempo. O tempo dirá se estes fados que as pessoas dizem agora que não são fados, vão ficar na história como grandes clássicos também por mérito próprio. Agora uma coisa é certa: pode ser fado hoje, pode não ser fado amanhã. Há aqui uma relação muito frágil entre quem canta, quem toca e quem ouve. Também o ambiente, todos esses factores têm muita influência.

E quem escreve...

Quem escreve, o poema e a capacidade de entrega do artista, que pode ser brutal num dia e noutro nem por isso. Portanto, há uma série de factores que condicionam esta nossa apreensão, que também é muito subjectiva. Cada um de nós tem a sua sensibilidade e o seu espírito crítico. Estamos a falar, por isso, de um fenómeno mesmo imaterial. Que, depois de executado, cada um nós vai guardar uma memória diferente.

Mas o certo é que lá fora muitos daqueles artistas cujas interpretações aqui não são classificadas fado, têm sido considerados grandes embaixadores do dito

fado português...

A Mísia, que foi uma precursora, a Dulce Pontes, que reinterpreta muitos fados da Amália, a Mariza, a Cristina Branco, a Ana Moura, a Kátia Guerreiro, o Paulo Bragança, a Joana Amendoeira, a Carminho, a Aldina Duarte...

Já reparou que há muito mais mulheres que homens nesta fase?

Mas agora começam a aparecer mais intérpretes masculinos. Temos o Camané, o Pedro Moutinho, o Hélder Moutinho, o Ricardo Ribeiro, o Duarte, o António Zambujo.

“AMPLIÁMOS E RENOVÁMOS O MUSEU DO FADO”

O Museu do Fado mudou o seu “décor”, o seu “design” e os seus objectivos também na sequência da candidatura?

A mudança não foi competamente alheia ao processo de candidatura. Nós apresentámos uma candidatura ao Plano Operacional da Cultura em 2007, que foi aprovada e que nos permitiu ampliar e renovar completamente o circuito expositivo. Tínhamos uma exposição permanente que datava de 1998 – já não fazia sentido algum o discurso museográfico que ali estava, estava desactualizado – e a ideia foi, por um lado, pôr ao serviço de quem nos visita e disponibilizar à consulta as colecções do próprio museu, a investigação feita ao longo dos anos, as biografias entretanto construídas sobre os artistas, o acervo digitalizado, e criar mecanismos que permitissem sobretudo uma maior flexibilidade em termos de visita. O visitante hoje chega aqui e pode ouvir largas dezenas de fados. Durante o horário de funcionamento do museu, ele não consegue ouvir a totalidade de conteúdos que a exposição tem para oferecer. São dezenas e dezenas de fados, são dezenas e dezenas de biografias, são variadíssimas casas de fado, muita informação para além do percurso da exposição. Portanto, a ideia aqui era, por um lado, contrariar um pouco os constrangimentos de espaço e, por outro, permitir ao visitante uma liberdade maior em termos de audição dos fados da sua preferência,

sem restrições e sem pressões de tempo, nem pressões do “vizinho do lado”. Cada um pode estar a ouvir tranquilamente o que quer.

Cada um dos visitantes tem ao seu dispor um audioguia?

Sim e estes audioguias são disponibilizados em quatro línguas – português, francês, inglês e castelhano –, o que dá ao visitante uma autonomia muito grande. Outra preocupação, a par desta adaptação à tecnologia, foi trazer para o museu as obras de arte que estavam dispersas por várias instituições e reuni-las, pela primeira vez, no mesmo circuito expositivo permanente, para que possam também elas ilustrar a história do fado. Trouxemos “O Fado” do Malhoa, “O Marinheiro” do Consantino Fernandes, as obras do Cândido Costa Pinto, e enriquecemos assim o percurso, não só com os testemunhos próprios do fado – os cds, os instrumentos, os trajes –, mas também com as artes plásticas e com a literatura. No fundo, procurámos mostrar a história do fado desde o século XIX até à actualidade com exemplos que espelham a nossa relação colectiva com o fado, ao longo dos tempos. Que também foi muito fluante. Temos também à venda, na nossa loja, o Catálogo do Museu do Fado, que tem tudo sobre o projecto de que temos estado a falar e um outro Catálogo de uma exposição que estamos a organizar agora na Sociedade Nacional de Belas Artes, que se chama “Fado 1910” e onde esteve, durante duas semanas, “O Fado”, do Malhoa com uma outra versão de 1909 idêntica, que é de um coleccionador particular e ainda com uma outra de 1908, que contém uma terceira figura. Aqui no museu passamos um pequenino filme, em que dá para ver as várias versões do mesmo quadro do Malhoa, que é muito conhecido. Trata-se de estudos prévios até chegar à versão final, datada de 1910. E depois temos também as obras do João Vieira, que, em 2005, faz uma paródia sobre a obra de Malhoa – uma peça que costuma estar aqui em exposição – e que se chama “Fado Português”, onde ele desconstrói o quadro.

Edite Esteves



A candidatura do Fado a Património Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO, apresenta uma estrutura forte e “ambiciosa”, sobretudo “na sua vertente educativa e formativa”, como confirmou à Autores a directora do Museu do Fado e membro da Comissão Científica do projecto, Sara Pereira.

Entregue, formalmente, no passado dia 23 de Junho à Comissão Nacional da Agência das Nações Unidas de Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris, com a convicção de que irá ser aprovada, esta can-

didatura, planeada há cinco anos e debatida na Assembleia Municipal de Lisboa, estipula três vectores fundamentais, que constituem o esqueleto de suporte de todo o projecto.

Um projecto que se propõe obter a classificação do “fado como prática expressiva profundamente enraizada em Lisboa, mas que assume uma universalidade e que, como arte, se recria e se reinventa, ainda hoje”, embora o plano pretenda “proteger, necessariamente, a matriz, o tradicional, a memória”. Proposta pela Câmara Municipal de Lisboa, através da EGEAC e do Museu do Fado, a candidatura contou, desde o início, com a colaboração fundamental do Instituto de Etnomusicologia, com quem assinou o primeiro protocolo.

Três vectores da candidatura

1. Plano de salvaguarda
2. Eixo pedagógico junto das escolas e universidades
- 3- Plano de edição e investigação

Plano de salvaguarda do património do fado

- Três eixos estratégicos
- a. Rede de parcerias através da sociedade civil
 - a.1 Arquivos, instituições e entidades com

acervos relevantes sobre o fado

- b. Programa educativo
 - b.1 Formação, articulando a perspectiva académica e os artistas
 - b.2 Integração nos currículos do básico ao superior, com a comunidade
 - b.3 Bolsas de estudo para a construção da guitarra portuguesa
- c. Plano de (re)edições de fontes históricas, literárias, musicais, poéticas e iconográficas

No âmbito deste projecto, já foram, entretanto, celebradas várias parcerias. Assim, estão confirmados:

- Protocolos de parceria com**
- Rádio e Televisão de Portugal (RTP)
 - RDP
 - Biblioteca Nacional
 - Arquivos dos museus tutelados pelo Ministério da Cultura, entre outros
 - Sociedade Portuguesa de Autores
 - Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário
 - Sindicatos dos Músicos e dos Trabalhadores dos Espetáculos
 - Federação Portuguesa das Coletividades de

Recreio

- Associação Portuguesa dos Amigos do Fado
- Academia da Guitarra Portuguesa e do Fado.

Relativamente à atribuição de bolsas de estudo para a construção da guitarra portuguesa, “por forma a garantir a continuidade desta arte”, a directora do Museu do Fado especificou que os candidatos àquelas benesses “serão escolhidos pelos mestres em actividade Gilberto Grácio e Óscar Cardoso”. O terceiro eixo “tem a ver com toda a investigação realizada desde 2005 até hoje, nomeadamente os levantamentos feitos pelas equipas que andaram no terreno e terá como resultado um conjunto vasto de edições e reedições de obras, algumas esgotadas há muito” ligadas ao tema do fado. (ver pormenores no texto da entrevista)

Mostrando-se confiante na sua aprovação pela UNESCO, Sara Pereira voltou a realçar à Autores, como um dos pontos fulcrais e ambiciosos do projecto, que esta candidatura está “estruturada a partir de uma articulação clara entre os pressupostos de investigação científica e a participação efectiva da comunidade do fado” e que, na verdade, é “ambiciosa na vertente educativa e formativa”. EE

A SPA APOIA CANDIDATURA DO FADO A PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

A Sociedade Portuguesa de Autores manifesta publicamente o seu apoio incondicional à candidatura do Fado a património mundial da humanidade, por considerar que essa forma de reconhecimento, a concretizar-se como todos desejamos, será um contributo de grande relevância para a promoção internacional da música e da cultura portuguesas.

O Fado tem, desde a fundação da SPA, um papel significativo na vida da cooperativa, tendo estado a ela associados, ao longo de décadas, os nomes mais marcantes desta forma de expressão musical. Também por esse motivo, a SPA apoia e aplaude essa candidatura.

Do acervo documental da cooperativa consta vasto material relacionado com a criação de música e texto para fado, tendo uma parte significativa desse acervo sido já utilizada em exposições organizadas pela SPA.

Todas essas razões justificam que, recentemente, tenha sido celebrado um abrangente protocolo de cooperação entre a SPA e o Museu do Fado que prevê, designadamente, a utilização do acervo documental da SPA por parte de investigadores ligados àquele museu.

Assim, a SPA formula votos no sentido de que esta candidatura seja coroada de êxito, para que a crescente aceitação internacional do Fado se torne ainda mais consistente e duradoura.

O Conselho de Administração da SPA
Lisboa, 21 de Junho de 2010

GUIARRISTA RICARDO PARREIRA LANÇOU NOVO DISCO E ESPECTÁCULO

CANCIONÁRIO TEM POR BASE O FADO E A MÚSICA TRADICIONAL PORTUGUESA

Cancionário é o novo trabalho discográfico e espectáculo do guitarrista Ricardo Parreira. Depois do seu disco de estreia “Nas Veias de uma Guitarra – Tributo a Fernando Alvim”, considerado pela crítica e comentadores como um dos mais importantes documentos sobre os grandes compositores da história da guitarra portuguesa dos últimos anos, Ricardo Parreira prossegue agora numa nova viagem: um trabalho com base no fado, ainda que mais dedicado à música tradicional e popular portuguesa. Este novo disco, que é também um novo espectáculo, tem vozes convidadas, baixo e percussões. Tem ritmo, balanço e diversidade, numa viagem sem sacrifícios pela história da nossa alma.

Os temas são, na sua grande maioria, originais: alguns compostos pelo jovem músico e outros por alguns dos compositores da nova geração como Yami, Marco Oliveira e Hélder Moutinho. Da recolha feita do repertório da música popular e tradicional portuguesa destacam-se “Mi Maruxa”, “Gondarem”, “Danças Portuguesas nº 2”, “Altos Altentes”, entre outros grandes temas imortalizados por grandes intérpretes como José Afonso, Carlos Paredes ou Amália Rodrigues, esta última num repertório mais popular.

Embora se trate de um disco acima de tudo dedicado à guitarra portuguesa, desta vez Ricardo Parreira convida as vozes de Micaela Vaz, Vânia Conde e Marco Oliveira para alguns dos temas e conta com Yami e Joaquim Teles nos coros.

O primeiro espectáculo com as canções deste disco foi apresentado no dia 20 de Maio no Cinetatro

São Jorge, em Lisboa. Depois de ter participado, no início de Junho, nos Estados Unidos, num dos mais importantes eventos culturais daquele país, o Ibero American Guitar Festival, um festival em homenagem ao compositor mexicano Manuel M. Ponce, Ricardo Parreira apresentou-se na Praça de Armas do Castelo de São Jorge no Festival “Festa do Fado” onde acrescentou convidados à sua banda. Desta vez, três dos mais emblemáticos intérpretes da Canção de Coimbra, Fernando Machado Soares e Luís Góis, e António Ataíde, um cantor da nova geração.

O espectáculo, para além dos temas gravados em disco, conta também com alguns fados interpretados pelas vozes de Micaela Vaz, Marco Oliveira e Vânia Conde.

Ricardo Parreira nasceu em Paço de Arcos há 23 anos, no seio de uma família ligada ao Fado e à Guitarra Portuguesa. Filho de António Parreira (professor na escola do Museu do Fado) e irmão de Paulo Parreira, ambos instrumentistas de referência, iniciou os seus estudos, ainda muito novo, primeiro pela mão de seu pai e, depois, no Conservatório Nacional. Para além da sua carreira a solo, Ricardo Parreira tem colaborado como músico convidado com alguns dos mais emblemáticos intérpretes do Fado e da música tradicional portuguesa: Camané, Ana Moura, Mísia, Hélder Moutinho, Mafalda Arnauth, Maria da Fé, Beatriz da Conceição, João Ferreira Rosa, Donna Maria, Filipa Pais e ainda o italiano Vinicio Capossela, tendo participado como músico convidado nos vários concertos que este realizou em Portugal e no seu último disco.

SPA E MUSEU DO FADO ASSINAM PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

A Sociedade Portuguesa de Autores e o Museu do Fado assinaram, no passado dia 2 de Junho, um protocolo de cooperação que prevê, designadamente, a convergência de esforços no sentido de se “promover a salvaguarda integrada do património material e imaterial do Fado”. A SPA irá facultar às equipas de trabalho do Museu do Fado o seu arquivo referente a esta área musical, para fins de estudo, inventariação e sistematização de dados, no âmbito da candidatura do Fado a Património Cultural da Humanidade.

Este protocolo prevê ainda acções conjuntas na área das edições, das exposições e da divulgação nacional e internacional de materiais e acções que possam contribuir para promoção do Fado.

Na origem deste protocolo esteve o facto de a SPA ter integrado, desde a sua fundação, grandes nomes de autores de Fado, muitos dos quais foram igualmente seus intérpretes. A SPA e o Museu do Fado concordaram no reconhecimento de que esta parceria poderá ser amplamente vantajosa para as duas instituições.

O texto do protocolo foi assinado por José Jorge Letria, Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Direcção, e por Pedro Campos, vogal da Administração e membro da Direcção, em representação da SPA, e pelos Drs. Miguel Morais Sarmento Honrado e Lucinda Santos Lopes, respectivamente presidente e vogal do Conselho de Administração da EGEC.

Lisboa, 2 de Junho de 2010
O Conselho de Administração



JOSÉ CALDAS

O jogo completo da vida e da arte

Na procura constante da palavra e do gesto comunicador, José Caldas, o multifacetado autor, actor, encenador e director do grupo de teatro A Quinta Pareda, sediado no Porto, e entusiasta presidente da Associação de Teatro para a Infância e Juventude (ATINJ), completa quatro décadas dedicadas a esta arte com um único pensamento: "produzir um teatro da ambiguidade muito próximo do coração selvagem" de quem o vê, um teatro "que aponte para uma extra-quotidianidade que encontramos também nos verdadeiros contos de fadas". Numa profunda entrevista à Autores, José Caldas faz uma reflexão sobre a essência da sua filosofia relativamente aos objectivos do chamado teatro para os mais novos. Para ele, os criadores não deverão infantilizar esta arte, mas sim encará-la como um jogo que interesse, simultaneamente, os jovens e os adultos que os acompanham, sejam eles familiares ou professores. "Fruir de um acto artístico proporciona às crianças um prazer estético único, uma visão do mundo mediada pela poesia e pelo jogo. Torna-os cidadãos de pleno direito"

ESTA RELAÇÃO COM O MEU PÚBLICO DE ESCOLHA INFLUENCIOU DEFINITIVAMENTE A MINHA ESTÉTICA TEATRAL, PORQUE ME COLOCOU NUM CORPO A CORPO COM ELE NOS CONFRONTOS CONSTANTES



FOTOS DE JOSÉ PEDRO SANTA BÁRBARA

A perfazer 40 anos de vida dedicada ao teatro, como director, encenador, actor, autor, professor, crítico e cronista, com incidência na vertente infanto-juvenil, que balanço faz deste seu percurso?

Primeiro, como caminho de procura constante da palavra e do gesto comunicador, de aproximação íntima e desconcertante com um público iniciado, no centro de um ritual de passagem, de crescimento interior e afectivo. Como para crescermos juntos no jogo complexo da vida e da arte. Esta relação com o meu público de escolha, as crianças e os jovens, influenciou definitivamente a minha estética teatral, porque me colocou num corpo a corpo com ele nos confrontos constantes no palco e nas salas de aula, nos jogos em comum, nas perguntas filosóficas que me faziam e na imersão nos seus jogos “do faz de conta” que me remetiam para um teatro naturalista e distanciado, poético e provocador. Um teatro da ambiguidade muito próximo do seu coração selvagem.

Como autor, procurei sempre textos não teatrais e muitas vezes não directamente endereçados a eles, mas que traziam no não dito matéria e sopro das suas (e minhas) dúvidas existenciais e apelos metafísicos. Textos inspiradores como de Clarice Lispector, Agostina Bessa Luís, Ray Bradbury e de Dino Buzzati continham este não sei quê de indizível que apelam para um outra compreensão da nossa existência complexa e apontam para uma extra-quotidianidade que encontramos também nos verdadeiros contos de fadas.

Em que medida é que o seu percurso foi marcado por influências tão variegadas como as experiências e filosofias bebidas nos países que lhe serviram de “casa”: Brasil (onde nasceu), França (para onde fugiu e estudou), Inglaterra (onde completou estudos de arte), Itália e Espanha (onde efectuou experiências teatrais) e Portugal (onde fundou a Quinta Pared e a Associação de Teatro para a Infância e Juventude, onde criou raízes, vive e trabalha)?

Influenciaram-me definitivamente os espectáculos populares, festas e rituais brasileiros, onde o drama e a sacralidade se misturavam, onde um público alargado “vivia” o acontecimento, onde as crianças e os adultos se encontravam num momento social e artístico sem o espartilho dos escalões etários, e uma moral, oferecendo estórias que recorriam aos mitos amorais da nossa cultura africana, portuguesa e índia. Refugiado político em Paris, alimentei-me antropofagicamente (e viva a sangue tupi-guaraní) da cultura europeia, transformando-a e filtrando-a no corpo naif e sábio do filho-de-santo, que sabe tão bem da cultura do sincretismo que os escravos africanos nos doaram. Em Itália, como autor e encenador contribuí para uma abertura do teatro ragazzi, propondo textos de Garcia Marquez e João Guimarães Rosa que rompiam barreiras culturais e linguísticas, provando que este jovem público estava aberto a um teatro da ambiguidade, onde o hálito quente dos mitos lhes reactivam para a descoberta da sua essência e do seu inconformismo. A Quinta Pared tem como logótipo um ponto riscado de Êxu Falador, entidade do candomblé, religião afro-brasileira, que como uma espécie de diabo cristão,



mas irmão dos deuses e dos espíritos da sombra. Imagem que contém em si os desejos do grupo de perturbar e harmonizar os nossos lados obscuros e luminosos, interrogando os criadores e o seu público, sem paternalismo num teatro que baralha os critérios admitidos e explora os limites do género de das disciplinas. Assim, a partir de textos que exploram os comportamentos humanos proibidos no género, como o do assassino (“O Barba Azul”) ou da aceitação do obscuro como redentor (“Acende a Noite”) ou da luta cruenta entre o patriarcado e o matriarcado (“Corde – Estórias de uma Escrita Falante”), enveredamos numa linguagem feita de sobressaltos e de poesia.

Personalidade multifacetada, José Caldas defende, igualmente, o teatro como um processo aglutinador de várias artes, tais como a palavra, a dança, a música, a pintura?

Devo à arte popular brasileira, as manifestações para-teatrais e aos rituais, este gosto de aglutinar, como no “Auto do Bumba meu Boi”, as expressões artísticas. Se as palavras não são suficientes para dizer o indizível, a música, a dança, e a cenografia em movimento vem comunicar o que está oculto, dar voz ao nosso anseio de contactar o inexplicável, procurar o que está além do racional. Um encontro com o extra-quotidiano mostra que arte, como jogo por excelência, desafia-nos e ao nosso público.

UM CORPO A CORPO COM O PÚBLICO

Considera que o teatro é como que uma linguagem interdisciplinar que se traduz num jogo cénico diversificado e com uma história a contar, enriquecido por um permanente “encontro” dos actores/personagens entre si, e ainda dos espectadores com esses “jogadores”? É essa a sua filosofia?

Sim, como disse anteriormente, o teatro é um jogo elaboradíssimo e ao vivo, como a música e a dança, acontece ali, sobre a cena, um corpo a corpo com o público. Nenhuma arte mecânica tem este privilégio e este limite – o imponderável e o fascínio do efémero. Como a vida. No exercício da profissão, descobri que as crianças nunca vêm sós ao teatro, não possuem esta liberdade, assim acompanhadas pelos professores, que inúmeras vezes os deixavam na sala e iam fumar lá fora, percebi que o teatro infantilizado que muitos propunham, afastava-os das salas. Ter em conta os “públicos” que frequentavam os espectáculos para as crianças, como nas manifestações tradicionais, tornou-se para mim um desafio estético e temático. Portanto, uma poética da ambiguidade que incluísse as gerações, interessando uns e outros, ou pela diversidade de leituras possíveis, ou por temas comuns ou mitológicos, ou ainda a provocação subtil, os unia num acto social e inter-generacional, proporcionando uma comunicação entre eles, colocando as crianças não mais “como objectos a educar”, mas cidadãos de pleno direito que dialogavam como iguais.

Até que ponto é que o teatro para a infância e juventude é um processo educativo? Sei que produz muito trabalho com e para as escolas, mas que é muito crítico

em relação ao trabalho que muitas companhias executam para estes grupos etários. Pode definir-nos as suas críticas e as alternativas que contrapõe para acabar com aquilo a que chama de “infantilidades” inúteis no teatro para a infância e juventude? Dê exemplos, por favor, para uma melhor compreensão.

Teatro para infância poderá ser “educativo” enquanto arte, e não como arte educativa. Trata-se de colocar este público diante uma obra de arte, criada por adultos e complexa que articula a filosofia e a poesia de um texto, com a dinâmica deste mesmo texto em movimento e da sua relação com as artes plásticas, musicais e corporais. Trata-se de um fenómeno criativo, onde o jogo é extremamente elaborado, sem paternalismo, sem tornar menor o fazer do artista, mas a afirmação do ser criativo fiel à sua estética e visão do mundo. Não me interessa somente o “mundo da criança” mas o mundo.

O teatro para a infância e juventude designa apenas um público (como diz e muito bem Maurice Yendt, no seu livro “Les ravisseurs d’enfants”), não uma estética ou um género, trata-se apenas de teatro, arte e complexa comunicação.

Considera que o espírito do teatro deve ser absorvido pelas crianças o mais cedo possível para que ele sirva de lastro à sua cultura geral e à forma como processa o seu comportamento social e crítico?

Na minha experiência pude constatar que fruir de um acto artístico proporciona às crianças um prazer estético único, uma visão do mundo mediada pela poesia e pelo jogo, dá-lhes a possibilidade de confrontar-se com os artistas adultos de forma absolutamente diversa àquela do quotidiano: a sala de aulas, a família, as pedagogias. Torna-os cidadãos de pleno direito (não canso de repetir) que têm este direito de usufruir de criações contemporâneas a eles dirigidas e às quais os adultos que os acompanham também podem assistir.

O TEATRO QUANDO “NASCE” É PARA TODOS

Como produz as suas peças? Tem uma fórmula “mágica” para agradar a todos? Sim, porque, como já tem dito muitas vezes, faz teatro para todos, quando o faz para os mais novos.

Como já expliquei anteriormente, não se trata de uma fórmula mágica, mas simplesmente de fazer teatro. Produzir uma obra de arte que me satisfaça como criador, que me interroge, que me exalte, que me faça descobrir o que está para além do quotidiano mesquinho. Quem me faça sair da solidão convivendo com os autores, os actores, os técnicos, nesta arte irremediavelmente colectiva e dialéctica. Ao mesmo tempo, a procurar uma comunicação exigente com um público dos nossos dias formatado pela televisão e pelos média. Desafio e risco que curtimos e que nos torna bem vivos e inconformistas.

O que é ou o que deve ser, afinal, o teatro para os mais novos? Uma maneira de encarar os medos? De desenvolver o seu imaginário? De beber tradições e

O TEATRO PARA A INFÂNCIA EM PORTUGAL CONTINUA MARGINALIZADO E MENORIZADO, MUITAS VEZES POR CULPA NOSSA, QUE FAZEMOS ESPECTÁCULOS INFANTILIZADOS E MENORES

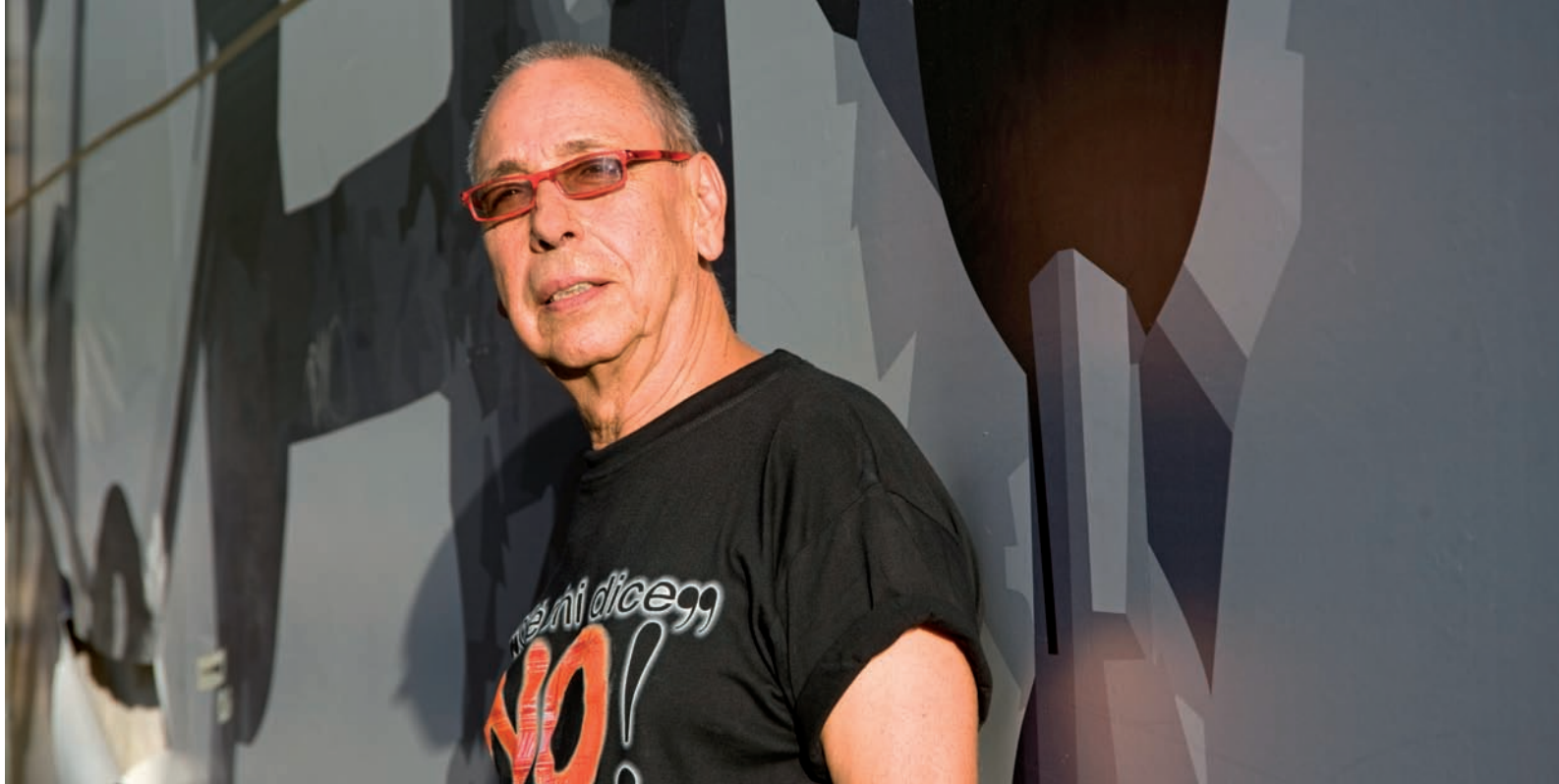
adaptá-las ao seu tempo? De construir os seus heróis? De formar a sua personalidade? E os adultos que o vêem? Vão reflectir sobre isto?

Encarar medos, desenvolver o imaginário, beber tradições, construir heróis, etc, não são privilégio só das crianças, nós também necessitamos deles como de água para beber, para formação das nossas personalidades. Penso que estou sempre a crescer interiormente. Ou este e outros que me influenciam ou me completam ou ainda me desafiam. Viver é encontrar os inúmeros estados do ser.

É mais difícil fazer teatro para os mais novos? É preciso, realmente, ser-se muito profissional para conseguir chegar à imaginação extraordinariamente criativa das crianças e dos jovens?

Não sei se a imaginação dos mais novos é extraordinária de uma maneira geral. Eles são, como nós, produto de uma sociedade injusta e opressiva, que nos impõe quotidianamente falsos valores e um imaginário estereotipado. Muitas vezes, em jogos com eles, apercebo-me da falta de outras imagens em acção. Nos primeiros contactos em oficinas criativas, o que vem à tona são os clichés televisivos, ou os imaginários permitidos pelas instituições escolares. Na oficina, o grande objectivo é trabalhar a partir dos clichés e desafiar-los para algo mais pessoal e íntimo, restituindo-lhes “a loucura” e a poesia reprimidas.

Pensa mesmo que as crianças – ao participarem com regularidade no teatro nas escolas – poderão ser responsáveis pelo arrastamento dos seus familiares e amigos para esta arte? No fundo, acabará por ser um processo “redondo”, o que equivalerá a dizer que estará sempre em evolução... É esse o objectivo final? Sim absolutamente. Escrevi, recentemente, um texto que intitulei “Um Teatro Popular a Partir da Infância”, publicado na revista Nemesis do Ministério da Educação, onde falava da minha experiência de ver as crianças, que haviam assistido ao espectáculo com escolas, trazerem aos fins de semana a família para dividirem com ela aquele prazer e aquela descoberta. Em conversa em debates ou após o espectáculo, registei que muitos daqueles adultos nunca haviam ido ao teatro. E que, muitas vezes, tinham tido uma experiência desagradável com ele e tinham-se afastado.



MAIS VISTOS NO ESTRANGEIRO DO QUE CÁ

Sei que esteve, recentemente, em França (foi em Maio, não foi?), com a sua Quinta Parede, onde fez 22 espectáculos com a peça “Acende a Noite”, a partir da obra de Ray Bradbury. Como encara essa experiência?

Tive a oportunidade de participar na Biennale de Théâtre Jeunes Publics de Lyon, com vários espectáculos, um Festival Internacional onde vários programadores viram os meus espectáculos e fui convidado para outros países, como a França, Itália, Estados Unidos da América, Suíça, etc. Onde os nossos espectáculos eram muito admirados e respeitados. Ultimamente, em Paris, realmente, fizemos 22 espectáculos no Théâtre de l’Est Parisien, durante o Festival 1.2.3 Théâtre, com salas repletas de um público infantil culto e crítico. Em França, as crianças são levadas a sério, e têm à sua disposição inúmeros espectáculos de grupos apoiados pelo Estado de maneira constante e mesmo Teatros Edifícios a elas destinados. É uma conquista europeia que nós, infelizmente, mesmo dentro da Comunidade não conseguimos aqui. O teatro para a infância em Portugal continua marginalizado e menorizado, muitas vezes por culpa nossa, que fazemos espectáculos infantilizados e menores. A nossa Associação de Teatro para a Infância e Juventude, a ATINJ, tem lutado para a dignificação deste teatro, em vários encontros que tem criado e numa discussão acesa sobre este sector do teatro português.

Para representar no estrangeiro, tem de adaptar sempre as peças à respectiva língua do país? Como se processa?

Tenho sempre traduzido os textos para as línguas dos países que nos convidam. E faço-os na língua nacional. Conservo o nosso português, por exemplo, nas canções, oferecendo às crianças a música de uma outra língua.

O teatro português – pelo menos, o infanto-juvenil – está bem classificado no ranking internacional?

Sim, vários grupos portugueses têm viajado e o nosso teatro é muito respeitado no exterior. Ficam surpreendidos quando digo que dos 20 associados da ATINJ, somente três grupos são apoiados pelo Estado. Não

percebem como conseguimos a qualidade, a diversidade e a originalidade com tão poucos meios.

E cá? O que tem feito a sua companhia? Tem muitas digressões dentro do país ou limita-se ao Porto, onde é residente? Porquê?

Incompreensivelmente, fazemos mais espectáculos no exterior do que aqui. Parece-me que a procura recai sobre espectáculos “infantis”, inócuos ou “espectaculares”, recusando um teatro de arte dirigido ao jovem público.

A moda dos jovens criadores, por exemplo, impede que os mais velhos se apresentem no CCB, ou noutras instituições. Uma espécie de magia ou lobies dominam os programadores nacionais. É muitas vezes impossível romper este circuito e apresentarmos os nossos espectáculos aqui.

Um exemplo absurdo desta situação é o Teatro Municipal de Matosinhos. O nosso grupo, a Quinta Parede, trabalha em Matosinhos, mas é impossível apresentarmos-nos naquele teatro. Um teatro recente, que precisa formar um público mais avisado e que poderia valer-se do teatro para a infância para a criação do seu público, não tem a perspicácia de apoiar o novo, o não ainda confirmado e conhecido.

O TEATRO COMO UM DIREITO DAS CRIANÇAS

Se, como o classifica, o teatro é um “acto de cidadania”, que “devolve o prazer social de estarmos juntos”, não acha que os ministérios da Educação e da Cultura deveriam apoiar de forma especial esta arte, quando vivemos numa democracia e a prática da cidadania é um dos vectores essenciais para a defendermos?

Há alguns anos, foi criada uma equipa que reunia o Ministério da Cultura e o da Educação para discutir esta junção e a criação de um projecto comum. Foram feitas várias reuniões e foi publicado um livro sobre o assunto. Mas há um grande buraco entre a teoria e a prática, não houve nenhum resultado real nenhum projecto efectivo.

Não sei se o teatro para a infância, como produto artístico, tem algo a ver com o Ministério da Educação, talvez, o meu receio é de transformar o teatro numa arte “educativa”stituindo-o do seu carácter de emancipação das crianças como fruidores de pleno direito.

Tive uma reunião recentemente numa instituição cultural de grande responsabilidade e fiquei surpreendido e revoltado com um discurso feito de clichés da moda. Era para conversarmos sobre a posição desta instituição sobre a importância do teatro para a infância e juventude, onde eu, como presidente da ATINJ, apresentava o nosso trabalho e as nossas preocupações com este sector. Um dos responsáveis sugeriu-nos porque não mudávamos o nome Teatro para a Infância e Juventude, porque era uma espécie de “estigma”, porque não teatro para maiores de 4 anos, etc.

Mas somos grupos que escolhemos exactamente este público, pensamos que como cidadãos de pleno direito, aliás consagrado na Constituição e nos Direitos do Homem, devem dispor de um teatro dirigido a ele. Apeteceu-me perguntar se tinham sugerido à actual ministra de Educação que não escrevesse uma literatura para a infância...

Que tipo de apoio esperaria dos governantes, se tal fosse concretizável? Que batalhas tem travado para isso, juntamente com a associação que dirige, a ATINJ?

A Dgates apoiou de alguma forma os dois últimos Encontros da ATINJ, um em Almada e outro no Porto. Os grupos participaram sem caché apenas a hospedagem. Convidámos vários programadores estrangeiros que, além de discutirem com rigor e solidariedade o nosso trabalho, convidaram vários dos nossos grupos para se apresentarem nos seus países.

Se estamos realmente na Comunidade Europeia, o nosso país deveria pensar o teatro para a infância como uma parte importante do seu tecido teatral e cultural. Incluí-lo na sua política cultural como um teatro necessário e fundamental na criação de um público mais culto e crítico. A nossa Associação está disponível e interessada em discutir e colaborar na dignificação deste teatro.

Que as crianças possam ser respeitadas e ser merecedoras de algo a que têm direito. A arte, juntamente com a matemática e as ciências, é também do pensamento abstracto, parece-me tão óbvio, mas a surdez geral não consegue ouvir esta verdade tão simples.

Edite Esteves

A Quinta Parede representou Portugal no Festival Teatri Di Confine com o espectáculo O Medo Azul / La Paura Blu. A actuação do grupo português decorreu nos dias 29, 30 e 31 de Julho passado, em Torino, Itália



Com o objectivo de proporcionar sempre mais e melhores serviços aos autores, a Administração da SPA acaba de reforçar o serviço "Autores Mais", fruto de um longo trabalho de negociações e pesquisa de parcerias. Através desta rubrica os cooperadores e beneficiários da nossa cooperativa passam a usufruir de condições especiais e de importantes vantagens de utilização relativamente a prestigiadas marcas de bens e serviços da sociedade portuguesa, mediante a apresentação do cartão de sócio da SPA. Os acordos estabelecidos até ao momento englobam as "ofertas" a seguir discriminadas.



Ser sócio ACP é ter:

Médico em casa por apenas 10€, mecânicos aptos para assistir a viatura no local, técnicos de assistência no lar, escola de condução com elevada taxa de sucesso, apoio jurídico, seguros nas melhores condições do mercado, facilidade para tratar da documentação, combustíveis mais baratos, bilhetes de cinema a preços de 2ª feira, descontos em parceiros por todo o país e muito mais!

ACP? Claro que sou sócio!

Oferta: Para SPAUTORES na adesão ao ACP: Isenção de Jóia e 10% na 1ª anuidade

Vá já uma delegação ACP ou ligue **707 509 510**, atendimento 24h.

www.acp.pt



VANTAGENS ÚNICAS PARA ASSOCIADOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES NOS PESTANA HOTELS & RESORTS E POUSADAS DE PORTUGAL

Desconto de 10% para os sócios da SPAutores nas estadias e comidas e bebidas em todos os Hotéis e Resorts Pestana em Portugal.

Para aproveitar esta oferta, válida sobre o melhor preço disponível, incluindo promoções em vigor no site pestana.com ou noutras campanhas pontuais, os Associados devem apresentar o seu cartão no check in nos hotéis Pestana em Portugal.

Descubra ainda mais Vantagens Exclusivas para Associados SPAutores nas Pousadas de Portugal e nos Pestana Hotels & Resorts Pestana em África e na América do Sul!

Informações e Reservas:
Pousadas de Portugal: 21 8442001 ou guest@pousadas.pt
Pestana Hotels & Resorts Portugal: 28 224 00 01 ou reservas.portugal@pestana.com
Pestana Hotels & Resorts em América do Sul: reservas@pestanahotels.com.br
ÁFRICA
 - Moçambique e África do Sul
 reservas.africa@pestana.com
 +258 2130 5000
 - Cabo Verde
 reservas.tropico@pestana .com
 +238 261 4200
 - São Tomé e Príncipe
 reservas.stome@pestana.com
 +239 2244 500
AMÉRICA DO SUL
 aferreira@pestanahotels.com.br



100 pontos na adesão ao cartão FNAC
www.fnac.pt



Um conjunto de descontos proporcionados aos associados, seus cônjuges e filhos.
www.universidade-autonoma.pt
 tel. 800 291 291



O Plano Pro-Cooperadores contempla significativas vantagens num tarifário apelativo.
 contactar: rodrigo.breia@corp.vodafone.pt



Seguro de saúde para autores com menos de 45 anos. www.casadaimpresa.pt
 Tel. 21 342 02 77/78
 email: sevgerais@casadaimpresa.pt



Descontos em todas as lojas de 20% em óculos graduados (aros e lentes); 15% em óculos de sol; 10% em lentes de contacto, líquidos e outro material óptico.
www.optivisao.pt



10% de desconto na tarifa promocional nas viaturas de passageiros, de viaturas comerciais e na tarifa promocional internacional.
 Para reservas (contrato nº 50432483)
www.europcar.pt
 tel. 351 21 940 77 90
 Email: reservas@europcar.com



20% desconto pela utilização do estúdio.
www.mdlestudios.com
 Para marcações:
 Telm : 93 400 59 24
 Email: celiacosta@mdlestudios.com



15% desconto de sobre os preços em vigor, em todos os serviços (Banhos Relaxantes, Massagens Terapêuticas, Acupunctura e outras Terapias Alternativas).
 Pacotes de serviços com um preço especial.
 Para marcações contactar: Vanessa
 Telefone: 217157010
 Telemóvel: 917448484
www.nipon-terapias.com



Oferta da inscrição inicial, existindo apenas o pagamento de 25€ para despesas administrativas e testes iniciais
 10% na mensalidade em todos os clubes do país. www.holmesplace.pt



Descontos de 30 e 45% na assinatura anual e bi-anual, respectivamente, nas publicações Visão, Expresso Exame, Jornal de Letras, Courier Internacional, Activa, Casa Cláudia e Exame Informática.



Hotel Central Park
 10% de desconto no alojamento

“Autores Mais” é um benefício exclusivo dos autores da SPA e não representa nenhum custo adicional para os sócios. Para informações mais detalhadas contactar os nossos serviços.

DUAS PERSONALIDADES MULTIFACETADAS

Nicolau e Nicholson celebram 50 anos de carreira artística

Nicolau Breyner e Francisco Nicholson são dois destacados autores e cooperadores de SPA com personalidades e artes multifacetadas. A sua paixão pela magia do palco e do plateau, quer no cinema quer na televisão, e o seu gosto especial para a revista à portuguesa e pela comédia, são mais do que reconhecidos. Mas, ao celebrarem este ano os seus 50 anos de carreira artística, deram azo a que lhes fosse rendida especial homenagem pública.

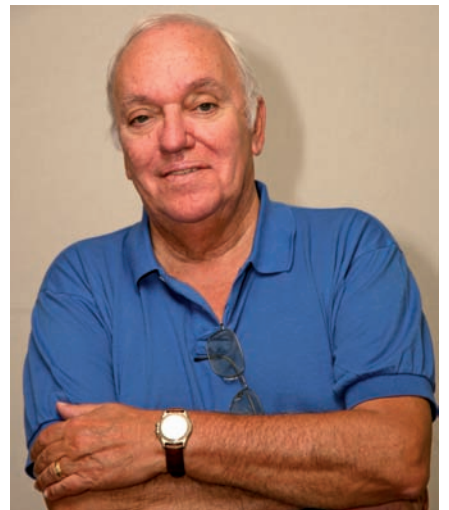
Nicolau teve uma gala em sua honra transmitida em directo do Teatro Tivoli para a TVI, a cujos quadros pertence e que lhe tem dado grande visibilidade. E Francisco Nicholson foi alvo de uma comovente cerimónia no Teatro Maria Vitória, no Parque Mayer, durante a exibição da revista ali em cena “Agarra, que é Honesto!”, cujo texto é de sua autoria de parceria com o estreador João Quadros, assim como a direcção e encenação de todo o espectáculo.

Ambos foram aplaudidos de pé, por largo tempo. E comoveram-se, naturalmente.

Nicolau Breyner completou 70 anos no passado dia 30 de Julho (nasceu em 1940) e inscreveu-se na SPA em 1967, tendo passado a cooperador em 1985. Francisco Nicholson, que fez 72 anos a 26 de Junho (nasceu em 1938), entrou como beneficiário para a SPA a 20 de Outubro de 1960, passou a cooperador a 28 de Fevereiro de 1973 e integrou durante praticamente dois mandatos os corpos sociais desta cooperativa, a partir de 1993.

Os dois conhecidos autores, encenadores e actores, entre outras diversificadas funções ligadas às artes do espectáculo, frequentaram, curiosamente, o antigo Liceu Camões, berço de muitas figuras destacadas da nossa vida cultural, política e científica. No entanto, enquanto Nicolau tem raízes no Alentejo profundo, em Serpa, Nicholson nasceu na Mouraria, considerando-se um lisboeta de gema. A revista e o Parque Mayer, de que Nicolau tem muitas saudades, segundo confessou recentemente, uniu os dois artistas e autores, bem como as novelas e o cinema.

Parabéns a ambos e desejo de muitas mais produções! EE



TERTÚLIA LETRAS COM(N)VIDA PROMOVEU VARIAÇÕES SOBRE ULTIMATOS

URL: <http://www.google.com/site/tertulialetrascomvida/>
 Blog: <http://tertulialetrascomvida.blogspot.com/>

LETRAS comvida

O ULTIMATO EUROPEU DE 7 DE MAIO DE 2010
 — Perda derradeira da independência financeira de Portugal?

Sexta-feira, 11 de Junho, às 18h30m

Audatório da Biblioteca Municipal de Oeiras
 Avenida Francisco Sá Carneiro,
 Urbanização Militar das Anãs, 17
 2780-262 Oeiras
 Telef.: 214 406 334/35

Mapa Google

Conferencista:
Renato Gonçalves
 (Professor da
 Faculdade de Direito
 da Universidade de Lisboa)

A Tertúlia Letras Com(n)Vida, na sequência das comemorações do Centenário da Proclamação da República, e fazendo jus ao seu espírito inovador e de certa forma irreverente, optou por promover alguns eventos que constituem variações de Ultimatots.

Assim, no dia 8 de Junho, incluída neste ciclo, a Delegação de Coimbra da Universidade Aberta e o CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias) organizaram uma sessão subordinada ao tema “Do Ultimato à República: variações histórico-culturais e literárias”.

Realizada na Biblioteca Municipal António Botto, em Abrantes, a sessão teve como oradores Domingos Caeiro, Vice-Reitor da Universidade Aberta, e António Moniz, da Universidade Nova de Lisboa.

Por seu turno, no dia 11 de Junho, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, decorreu uma conferência proferida por Renato Gonçalves, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que dissertou sobre “O Ultimato Europeu de 7 de Maio de 2010 — Perda derradeira da independência financeira de Portugal?”, uma temática bem acesa nos tempos que correm.

SOB A DIRECÇÃO DE MIGUEL REAL E BÉATA CIESZYNSKA PRIMEIRO NÚMERO DA REVISTA DO CLEPUL DIVULGADO EM TERTÚLIA NO LXFACTORY

O espírito de tertúlia, que costuma animar muitas das iniciativas do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias) infiltrou-se também no lançamento do primeiro número da sua revista – Letras ComVida. Literatura, Cultura e Arte. Sob a direcção do escritor Miguel Real e da Doutora Béata Cieszynska, este primeiro n.º da revista do CLEPUL foi divulgado durante um jantar/tertúlia, na livraria LerDevagar, no espaço LxFactory em Alcântara, no dia 23 de Setembro. Este novíssimo projecto do CLEPUL, conforme constava do convite, “pretende congregiar todos aqueles que se animam pelo amor à Literatura, à Cultura e à Arte”.

JANTAR DE LANÇAMENTO DO 1.º NÚMERO DA REVISTA LETRAS COM VIDA

APRESENTAÇÃO: LUIS CAETANO E EUGÉNIO LISBOA

APRESENTAÇÃO: **Miguel Real**

DIA 23 DE SETEMBRO ÀS 20H

LIVRARIA LerDevagar
 Lx Factory, Rua Rodrigo Faria N.º 10, Alcântara, Lisboa

Jantar sentado + exemplar da revista = €40,00
 Inscrições (número limitado): revista.clepul@gmail.com | 918 311 663

LETRAS comvida



I ENCONTRO DE LITERATURA INFANTO-JUVENIL DA SPA NO PORTO

OS GAMBOZINOS DESPEDEM-SE DE MATILDE COM “OS POEMAS DA TILA”

Os Gambozinos propiciaram no Porto aquela que foi a última homenagem a Matilde Rosa Araújo, cantando “Os Poemas da Tila”, durante o I Encontro de Literatura Infanto-Juvenil da SPA, intitulado “Palavras para que vos quero”, que decorreu durante os dias 23 e 24 de Abril, no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, na cidade invicta.

A poetisa, então já muito doente, não pôde estar presente, mas enviou uma mensagem comovente ao encontro da

propiciaram aquela que foi a última homenagem a Matilde Rosa Araújo, cantando “Os Poemas da Tila”.

Esta reunião integrou diversos encontros com os escritores participantes, apresentações de livros e recitais de poesia. O cartaz do Encontro, muito divulgado mesmo em mupis, é da autoria do ilustrador Pedro Pires.

O II Encontro, a realizar no mesmo local e, no próximo ano, está já a ser preparado, prometendo tornar-se uma referência do género no nosso panorama cultural.

sua especialidade, que foi lida na ocasião.

Durante aqueles dois dias, de manhã e de tarde, e num ambiente de plena participação, trataram-se diversos temas relacionados com a actualidade da nossa literatura infanto-juvenil, debatidos pelos autores António Torrado, Gonçalo M. Tavares, Jorge de Sousa Braga, Manuel António Pina, Maria Alberta Meneses e ainda Osvaldo Manuel Silvestre, João Paulo Cotrim, José António Gomes, Álvaro Magalhães, Carlos Nogueira e Sara Reis da Silva.

Participaram também as ilustradoras Teresa Lima e Marta Madureira, animadores, actores dos grupos de teatro Pé de Vento e Quinta Parede e Os Gambozinos, que pro-

SPA PEDE REUNIÃO URGENTE COM MINISTRA DA CULTURA

A Administração da SPA solicitou, no início de Setembro, à Ministra da Cultura uma reunião urgente para análise de um conjunto de assuntos já debatidos em audiência anterior, mas ainda sem concretização prática. Entre esses assuntos, conta-se a nova Lei da Cópia Privada, que na SPA, na cerimónia do Dia do Autor, a ministra Gabriela Canavilhas afirmou estar numa fase adiantada e conter significativas inovações.

A SPA considera que a entrada em vigor deste diploma é inadiável para que se dê aos autores aquilo que por direito lhes pertence, encarando, por esse motivo, este atraso com justificada preocupação.

Outros assuntos a incluir na agenda da audiência com a ministra dizem respeito a formas de cooperação da SPA com o Ministério da Cultura em geral, e em particular com a Inspeção Geral das Actividades Culturais.

A SPA continuará a afirmar, junto da ministra da Cultura, que os autores constituem um elemento de importância estratégica fundamental para que a cultura possa ser um instrumento capaz de contribuir para a superação da crise através da criação de riqueza e de postos de trabalho. Porém, para que tal aconteça é indispensável que o ministério da cultura defenda, de facto, os autores e os seus direitos.

*Lisboa, 24 de Setembro de 2010
O Conselho de Administração*

ANTOLOGIA DE CRÓNICAS DE MANUEL ANTÓNIO PINA

“POR OUTRAS PALAVRAS” DÁ AZO A COLÓQUIO



Em Maio, no auditório da Escola Artística Soares dos Reis, no Porto, foi organizada uma sessão muito concorrida a que compareceram cerca de 150 pessoas, a propósito da saída da antologia de crónicas de jornal do poeta e cronista Manuel António Pina. A obra foi apresentada pelo seu organizador, Sousa Dias, seguindo-se um animado colóquio com o autor, que se alongou por mais de uma hora.

Manuel António Pina foi jornalista, durante 30 anos, na redacção do “Jornal de Notícias”. Mas, simultaneamente, foi construindo uma obra literária que o coloca entre os melhores poetas portugueses da actualidade. Na crónica conquistou um lugar inigualável. Também é dramaturgo, novelista e celebrado autor de literatura infanto-juvenil. Foi galardoado com os mais importantes prémios literários de Portugal.

A Associação Portuguesa de Escritores distinguiu-o em 2005 com o Grande Prémio de Poesia, pela sua obra Os Livros. Antes já tinha conquistado o Prémio da Crítica da Associação Internacional de Críticos Literários (Secção Portuguesa) e o Prémio de Poesia Luís Miguel Nava. Reformado do jornalismo, dedica todo o seu tempo à Literatura.

COOPERADORES DEVEM FAZER PASSAR A TOTALIDADE DOS SEUS CONTRATOS PELA SPA

Tendo-se verificado que, apesar do apelo efectuado por comunicado em 2 de Março de 2010, continua a ser elevado o número de cooperadores que, desrespeitando o que os Estatutos determinam, fazem passar contratos de obras suas por fora dos serviços da cooperativa, o Conselho de Administração volta a apelar para que esta prática seja banida, por ser nociva para a SPA, por representar falta de solidariedade de alguns cooperadores em relação à instituição que integram e ainda por configurar uma atitude estatutariamente ilegal.

É bem claro sobre este assunto o disposto no nº2 do artigo 17º (Deveres dos Cooperadores) e nas suas alíneas f) g) h) e i), cujo texto constou integralmente do comunicado emitido em Março deste ano.

O agravamento da crise económico-financeira que afecta severamente as indústrias culturais representa um aumento significativo das dificuldades que a SPA enfrenta, sendo esse motivo bastante para que este apelo seja agora reiterado.

Impedida de cobrar as comissões relativas aos contratos subtraídos à intervenção e gestão da SPA, os cooperadores que recorrem a esta prática estão a quebrar a solidariedade com os que cumprem rigorosamente os Estatutos nesta matéria, além de deixarem as obras não contratualizadas através da SPA sem a protecção legal que sempre a elas deve estar associada. É particularmente grave, também no plano moral, este procedimento por parte de cooperadores que entretanto passaram a auferir o Subsídio Estatutário. Ao agirem deste modo, estão a pôr em causa a sustentabilidade, a médio prazo, deste benefício essencial para a maioria

dos cooperadores que a ele passaram a ter acesso.

A SPA relembra que os Estatutos são bem explícitos e imperativos nesta matéria. A nossa cooperativa não serve apenas para resolver situações contratuais de cobrança duvidosa, permanecendo as restantes, as dadas como certas, fora do nosso âmbito de intervenção. É uma atitude estatutariamente ilegal e também imoral.

Eis a razão pela qual se renova neste comunicado o apelo a todos os cooperadores no sentido de que cumpram os Estatutos e não quebrem a relação de lealdade e confiança que faz parte do seu vínculo à SPA.

A emissão do anterior comunicado sobre assunto suscitou um apreciável conjunto de reacções positivas no universo dos cooperadores, embora se continue a detectar a continuidade desta prática estatutariamente ilegal por parte de um significativo número de autores.

Recorda ainda a SPA que só terá legitimidade plena para intervir na vida da SPA, designadamente em ano de eleições, quem respeitar integralmente o disposto no texto dos Estatutos e, em particular, nesta matéria.

Volvido este tempo e verificando-se a continuidade deste tipo de situações, a Administração da SPA actuará em relação aos cooperadores que prevaricam de acordo com o que os Estatutos prevêem, designadamente no que toca à atribuição do Subsídio Estatutário.

*Lisboa, 1 de Junho de 2010
O Conselho de Administração*

Incerteza e combatividade em tempo de crise

A SPA esteve presente, nos dias 11 e 12 de Junho, nas assembleias-gerais anuais do BIEM e da CISAC, estruturas máximas do direito de autor a nível mundial. Com os mais de 20 votos de que dispõe, a SPA contribuiu para a eleição do novo Conselho Director da CISAC, que pela primeira vez na última década e meia voltou a contar com a presença de uma sociedade de língua portuguesa, a UBC-União dos Compositores Brasileiros. O mandato da nova estrutura directiva prolonga-se até 2013. Foi igualmente reeleito o compositor Robin Gibb, dos Bee Gees, para a Presidência da CISAC, e eleito para a vice-presidência o artista plástico francês Hervé di Rosa, que substituiu o realizador mexicano Alfonso Cuarón.

As duas assembleias-gerais confirmaram a gravidade da situação que enfrentam, nos vários continentes, as sociedades de gestão colectiva do direito de autor, tendo a palavra “incerteza” sido a mais pronunciada nas dezenas de intervenções realizadas, tanto na assembleia-geral da CISAC como na do BIEM. Quase todos os intervenientes sublinharam a necessidade de se definirem estratégias inovadoras e criativas que permitam fazer face à crise, patente, por exemplo, numa redução de cerca de nove por cento no orçamento da CISAC. Houve, por outro lado, unanimidade, quanto à necessidade de se manter o combate cerrado contra a pirataria e quanto à urgência de se encontrar por parte dos decisores políticos nos vários países medidas legislativas que se traduzam numa efectiva protecção dos criadores e não dos utilizadores, como até agora tem vindo a acontecer generalizadamente.

SPA PRESENTE EM GENEBRA NO COMITÉ DA OMPI SOBRE DIREITO DE AUTOR

Decorreu em Genebra, entre 21 e 24 de Junho, a XX sessão do Comité Permanente do Direito de Autor e dos Direitos Conexos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Portugal esteve representado a nível de delegação pelo Ministério da Cultura e pela SPA, que tem estatuto de observador. Da ordem de trabalhos desta reunião, que juntou várias dezenas de delegações de todo o mundo, constaram pontos como a protecção dos organismos de radiodifusão e a protecção da interpretação e da execução audiovisuais. Também as várias formas de pirataria estiveram presentes no debate, que deixou patente uma considerável diversidade de pontos de vista, mas também a generalizada condenação da pirataria, devido aos prejuízos que causa aos autores, aos produtores e aos difusores.

A SPA representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Direcção, José Jorge Letria, manteve contactos com a representação diplomática portuguesa na OMPI, com vista a um eventual apoio daquela organização a iniciativas desenvolvidas pela cooperativa em relação à defesa e divulgação do direito de autor, designadamente ao nível da formação do público jovem. Em reunião com o embaixador de Portugal na OMPI e com o conselheiro jurídico da delegação foram analisadas as possibilidades de cooperação. A representação do Ministério da Cultura esteve a

cargo do Dr. Nuno Gonçalves, responsável pelo Gabinete do Direito de Autor daquele ministério. Recorde-se que em 2009 a SPA lançou uma banda desenhada sobre a defesa do direito de autor editada pela OMPI e entretanto traduzida para português e difundida por todo o país através das delegações da cooperativa, tendo sobretudo como destinatário o público escolar.

*O Conselho de Administração da SPA
Lisboa, 25 de Junho de 2010*

SPA SOLIDÁRIA COM A SOMAS DE MOÇAMBIQUE

O Presidente do Conselho de Administração da SPA, José Jorge Letria, enviou hoje uma mensagem de solidariedade ao Presidente da SOMAS (Sociedade de Autores de Moçambique), Alberto Chissano, formulando votos no sentido de que a situação em Maputo regressasse depressa à normalidade e manifestando-lhe o apoio da SPA. Recorde-se que a SPA mantém excelentes relações de cooperação com aquela sociedade de autores lusófona, que participou no I Encontro Lusófono de Sociedades de Autores, realizado em Lisboa em Novembro de 2009. A SPA tem dado apoio à SOMAS sempre que tal é solicitado e continuará disponível para apoiar no quadro de uma profícua relação de cooperação e amizade.

*Lisboa, 2 de Setembro de 2010
O Conselho de Administração*

A delegação da SPA, constituída pelo Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Direcção, José Jorge Letria, e pela Directora do Departamento Internacional, Dr^a Vanda Guerra, participou em várias reuniões bilaterais e multilaterais com dirigentes de sociedades congéneres, nas quais foram tratados assuntos de interesse comum. Entre essas reuniões e contactos contam-se os mantidos com as sociedades brasileiras e com a SGAE de Espanha.

Durante uma reunião com os dirigentes das sociedades brasileiras AMAR, ABRAMUS e UBC ficou assente que o II Encontro Lusófono de Sociedades de Autores decorrerá no Rio de Janeiro, logo no início de Dezembro deste ano, em data a definir brevemente. Os dirigentes das sociedades brasileiras voltaram a sublinhar o êxito e a importância do I Encontro Lusófono, realizado em Lisboa, por iniciativa da SPA, em finais de 2009, considerando a iniciativa pioneira e de largo alcance.

Recorde-se que deste encontro resultou a criação, ainda com carácter informal, de um Comité Lusófono na CISAC, com a aprovação e incentivo do então director-geral da CISAC, Eric Batiste, que entretanto cessou funções, para assumir a direcção executiva da sociedade SOCAN, do Canadá.

Durante a assembleia-geral da CISAC foi referida a importância da próxima Cimeira Mundial do Direito de Autor, a decorrer em Bruxelas, em Junho de 2011, precedendo as assembleias-gerais da CISAC e do BIEM, que também decorrerão naquela capital.

Dirigentes de muitas dezenas de sociedades de autores de todo o mundo sublinharam a urgência de se adaptar



a gestão colectiva do direito de autor às complexas regras e desafios da economia digital, sob pena de virem a perder-se, no futuro próximo, batalhas decisivas que poderão pôr mesmo em causa a existência de algumas sociedades.

Dirigentes de algumas sociedades apontaram, em diálogo com os representantes da SPA, como inédito e muito positivo o facto de a SPA estar a desenvolver com êxito uma inovadora estratégia de comunicação e imagem que passa por programas na televisão (primeiro na TVI 24 e agora RTP 2) e por uma Gala anual na RTP, com transmissão para todo o mundo. Este poderá ser um dos caminhos a seguir por outras sociedades que consideram urgente a criação de uma estratégia de comunicação de novo tipo que dê visibilidade e prestígio às estruturas que têm a seu cargo a gestão colectiva do direito de autor.

*Lisboa, 14 de Junho de 2010
O Conselho de Administração da SPA*

SPA REÚNE-SE COM A VEGAP EM MADRID E BARCELONA

Uma delegação da SPA deslocou-se a Espanha para efectuar reuniões de trabalho com a VEGAP, sociedade de gestão das artes visuais do país vizinho. Essa delegação, constituída pela Dra. Vanda Guerra, directora do departamento de Relações Internacionais, pelo Sr. Alexandre Miranda, responsável pela Distribuição, e pela D. Rita Duarte da ALA, analisou com os responsáveis daquela sociedade a possibilidade de partilha do banco de imagens da VEGAP e também a hipótese de serem trabalhados em conjunto documentos sobre a distribuição desta área, destinados a uma posterior apresentação numa assembleia do CIAGP.

Nas reuniões que decorreram em Madrid e Barcelona foram também analisados os processos de licenciamento e gestão que se encontram em vigor nas duas sociedades. Acredita a Administração da SPA que reuniões bilaterais com estas características, e designadamente na área das artes visuais, poderão contribuir para uma maior e melhor intervenção da SPA neste domínio da criação cultural.

*Lisboa, 18 de Agosto de 2010
O Conselho de Administração da SPA*

SITUAÇÃO DOS DIREITOS REPROGRÁFICOS ANALISADA EM LISBOA COM DIRIGENTES DA IFRRO

Realizou-se no passado dia 31 de Maio, nas instalações da SPA, uma reunião de responsáveis

da IFRRO (International Federation of Reproduction Rights Organisations) com as duas organizações que em Portugal intervêm neste domínio, isto é, a Sociedade Portuguesa de Autores e a AGECOP (Associação para a Gestão da Cópia Privada), de que a SPA ocupa actualmente a presidência. A IFRRO encontrava-se representada, respectivamente, pela sua Presidente Magdalena Vinent da CEDRO, de Espanha, e pelo Vice-Presidente, o responsável da VGWORT, da Alemanha. No decorrer da reunião foi divulgada a existência de um novo projecto de lei sobre a cópia privada e a parte que nela se refere a reprografia. Foram também analisadas novas formas de gestão dos direitos reprográficos, a serem actualmente levadas à prática pelos membros da IFRRO.

Os representantes portugueses lamentam o facto de a cobrança dos direitos reprográficos, limitada pelo dispositivo legal em vigor, manter o nosso país nos últimos lugares das nações que integram a União. Apesar de um aumento registado de 3% para 5% na taxa a aplicar, os custos de operação de cobrança continuam a ser superiores aos benefícios decorrentes da própria cobrança.

Esta reunião precedeu a Assembleia Geral da IFRRO, que decorreu em Lisboa, com o apoio da SPA, contando com a presença de mais de uma centena de representantes de organizações associadas às questões da reprografia.

*O Conselho de Administração da SPA
4 de Junho de 2010*

MEDIDA APROVADA EM CONSELHO DE MINISTROS

Governo isenta editoras de pagar IVA sobre exemplares doados

O Governo aprovou, no passado dia 27 de Maio, em Conselho de Ministros uma medida que visa isentar do pagamento de IVA a doação por parte das editoras de livros em excesso no mercado, para impedir que sejam destruídos.

A proposta de lei, que será agora submetida à apreciação da Assembleia da República, tem por objectivo “criar condições para o mercado editorial alterar a prática de destruição de livros que são retirados do mercado por terem esgotado o seu interesse comercial, alterando-se o enquadramento legal da não tributação em IVA quando ocorra a transmissão a título gratuito de livros para determinadas entidades”, indica o Conselho de Ministros em comunicado.

“Assim – especifica o documento –, passam a estar isentas da tributação de IVA as transmissões de livros a título gratuito, efectuadas ao departamento governamental na área da cultura, a instituições de carácter cultural e educativo, a centros educativos de reinserção social e a estabelecimentos prisionais”.

A alteração proposta e já admitida anteriormente pela ministra da Cultura, como solução conforme anunciamos na última Autores, amplia o quadro legal vigente, que prevê a isenção de IVA apenas para “ofertas de valor unitário igual ou inferior a 50 euros e cujo valor global anual não exceda cinco por mil do volume de negócios do sujeito passivo no ano civil anterior”, o que invalidava a doação de grandes quantidades de livros que as editoras têm em armazém.

De acordo com a lei vigente, estão ainda isentas de

IVA as “transmissões de bens expedidos ou transportados para fora do território dos Estados-membros da União Europeia pelo vendedor ou por um terceiro por conta deste, incluindo-se neste universo as transmissões de livros, a título oneroso ou gratuito, com destino a países que integram a Comunidade Portuguesa de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A par da proposta de lei aprovada em Maio, o Ministério da Cultura está também a concluir negociações com a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) para que as editoras deixem de ter de pagar direitos de autor sobre os livros doados que, de outra forma, seriam destruídos.

Estas medidas de combate à destruição de livros - uma prática habitual das editoras - surgem na sequência de uma polémica desencadeada a 9 de Fevereiro, quando o antigo editor da Asa José da Cruz Santos denunciou ao Jornal de Notícias que milhares de livros do grupo editorial LeYa tinham sido guilhotinados, entre os quais obras de Jorge de Sena e Eugénio de Andrade.

A controvérsia alastrou no início de Março, devido a um artigo de opinião de Miguel Esteves Cardoso no jornal Público, em que este criticava de forma veemente a actuação do grupo de Miguel Paes do Amaral. Reagindo à polémica, a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, disse então ao jornal i que a destruição de livros pelas editoras portuguesas era “um massacre” que o Ministério iria “fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para evitar”.

APELO AOS OPERADORES PARA DIFUNDIREM OS TÍTULOS DAS OBRAS E O NOME DOS AUTORES

Exmos. Senhores,

Além de terem direito a auferir os direitos correspondentes à utilização das suas obras, os autores têm o direito moral de ver mencionada a sua autoria sempre que obras suas são utilizadas.

Porém, tem-se agravado a tendência, por parte dos operadores de rádio e televisão, salvaguardadas algumas honrosas excepções, para omitirem essa referência básica e irrenunciável, até à luz do que a Lei determina. Com efeito, raramente nas emissões de rádio e televisão surge qualquer menção aos autores das obras difundidas, sejam elas musicais ou audiovisuais, consoante o meio de difusão. De tal modo assim é que, o público tende a confundir, em regra, os intérpretes com os autores, o que, para além de desvirtuar a realidade, é lesivo dos interesses e dos direitos dos segundos.

Assim, em conformidade com o que a Lei determina e o direito moral impõe, a SPA apela aos operadores de televisão e rádio em geral para que atribuam, de facto, à autoria o destaque que, em circunstância alguma, pode ser negado.

Sempre que uma canção é difundida na rádio ou na televisão, que um poema ou o fragmento de um texto teatral ou de qualquer outro texto literário é lido, ou representado, sempre que o genérico final de um filme deve ser apresentado, não é admissível a omissão do nome do autor ou autores.

Consciente da importância dos autores na vida cultural, a SPA proclama o direito dos autores de, em geral, verem os seus nomes e o das suas obras convenientemente difundidos e salvaguardados, também por ser esta uma das formas de combate à tendência para a usurpação de direitos e para a desvalorização da actividade criadora.

Cabe aos operadores que difundem as obras dos autores e delas em larga medida dependem proceder de forma correcta neste domínio, do mesmo modo que protegem a cada passo os seus conteúdos.

A SPA está convicta de que este apelo será levado em conta pelos operadores que utilizam as obras dos autores, até por essa ser uma forma de reconhecimento de que sem autores não pode haver cultura.

SPA e Imprensa Nacional acordam reedição integral da obra de Natália Correia



A SPA e a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, no âmbito de um protocolo de cooperação recentemente assinado, chegaram a acordo quanto à reedição integral da obra de Natália Correia, um dos maiores nomes da literatura portuguesa do século XX. A SPA é herdeira dos direitos da

obra da poeta, ficcionista e dramaturga falecida há pouco mais de uma década e apresentou à Imprensa Nacional-Casa da Moeda uma proposta visando a reedição de toda a sua obra, grande parte da qual se encontra inacessível no mercado editorial e livreiro. De assinalar o entusiasmo com que a editora do Estado acolheu este projecto.

A parte inicial deste ciclo de reedição será a obra dramática, que terá enquadramento crítico a cargo do investigador Armando Nascimento Rosa. Posteriormente, serão editados os títulos de poesia, ficção narrativa e ensaio da autora de “Sonetos Românticos”, sempre em edições críticas.

Deste modo, a SPA contribui para que os leitores descubram ou redescubram um dos maiores nomes da literatura portuguesa através de uma obra vasta e multiforme de cujos direitos é detentora.

Em breve será anunciada a criação de novas colecções literárias e projectos resultantes da cooperação entre as duas instituições. Alguns desses projectos e colecções encontram-se já numa fase adiantada de concretização.

*O Conselho de Administração da SPA
Lisboa, 13 de Julho de 2010*

II ENCONTRO LUSÓFONO DE SOCIEDADES DE AUTORES REALIZA-SE EM DEZEMBRO NO RIO DE JANEIRO



O II Encontro Lusófono das Sociedades de Autores irá realizar-se no Rio de Janeiro, no dia 13 de Dezembro deste ano, com organização a cargo das sociedades de autores brasileiras AMAR, ABRAMUS e UBC, com o apoio da SPA. Este encontro dá continuidade à realização promovida pela SPA em Novembro de 2009 e que

iniciou o ciclo de encontros anuais das sociedades de autores de língua oficial portuguesa.

No encontro programado para o Rio de Janeiro deverão participar, para além das sociedades brasileiras e da SPA, as sociedades de autores de Angola, de Moçambique e de Cabo Verde, para além de outras instituições que de algum modo estejam ligadas aos direitos de autor e direitos conexos.

Recorde-se que a SPA foi pioneira deste projecto, tendo-se empenhado na sua concretização desde 2005. O I Encontro realizado na sede da SPA em 2009 possibilitou a constituição, ainda em fase informal, de um Comité Lusófono no seio da CISAC, conquista que se tornou marcante para as sociedades de língua portuguesa e que já teve expressão prática em diversas iniciativas bilaterais e multilaterais. No encontro do Rio de Janeiro irão ser debatidos assuntos do interesse comum das várias sociedades, formas de intensificação da cooperação entre elas e ainda formas de apoio das sociedades com maiores recursos às que se encontram em situação de carência. O II Encontro Lusófono de Sociedades de Autores culminará com uma visita de trabalho ao ECAD, organismo oficial que, no Brasil, assegura a cobrança regular, em todo o território nacional, dos direitos de autor e direitos conexos, constituindo uma experiência do que pode designar-se por “guiché único”.

*Lisboa, 31 de Agosto 2010
O Conselho de Administração*



Sociedades europeias de realizadores e argumentistas criam uma nova associação em Bruxelas

Na véspera da abertura do 63º Festival Internacional de Cinema de Cannes, e poucos dias após a publicação do muito aguardado Livro Verde da Comissão Europeia sobre as Indústrias Culturais e Criativas, foi criada em Bruxelas uma nova organização para a defesa dos direitos dos autores audiovisuais europeus, que a SPA integra desde a primeira hora.

Numa conferência de imprensa realizada no passado dia 11 de Maio no Residence Palace, assistiu-se à apresentação da Society of Audiovisual Authors (SAA), em Bruxelas. A SAA é uma associação composta por 24 Sociedades de Gestão Colectiva europeias que representam argumentistas e realizadores de cinema e televisão mais de 100,000 de 17 países, entre os quais Portugal.

Os principais objectivos da SAA foram descritos da seguinte forma: 1) defender e reforçar os direitos económicos e morais dos autores audiovisuais, 2) lutar para assegurar uma remuneração justa para os autores audiovisuais pela utilização das suas obras e 3) desenvolver, promover e facilitar a gestão de direitos.

Foi formado um Conselho de Patrocinadores da SAA, composto por proeminentes argumentistas e realizadores do sector audiovisual, que fomentará a tomada de consciência no que diz respeito às preocupações reais dos autores audiovisuais, participará activamente no debate e falará publicamente em nome da SAA e dos seus membros.

Entre os membros do Conselho estão Jaco Van Dormael, realizador e argumentista de César e de Toto le Héros, galardoado com o prémio Golden Camera, Roger Michell, realizador de Notting Hill, Jean-Pierre e Luc Dardenne, a dupla belga aclamada pela crítica, e ainda os multi-galar-

doados Bertrand Tavernier, Marco Tullio Giordana, Agnès Jaoui, Fred Breinersdorfer, Radu Mihaileanu e o veterano de cinema italiano Carlo Lizzani.

A apresentação de 11 de Maio foi marcada pelo discurso de dois membros do Conselho de Patrocinadores. Marco Tullio Giordana, realizador de "The Best of Youth", galardoado com o prestigiado prémio Un Certain Regard no Festival de Cinema de Cannes, admitiu que: Não se trata apenas de dinheiro, mas também de liberdade de expressão.

Roger Michell falou acerca da sua experiência como realizador de um filme de grande sucesso. Apesar de o filme ter sido objecto de ampla divulgação nos cinemas, na televisão e em DVD, e de ter gerado receitas brutas muito superiores ao orçamento original, Michell não recebeu nada para além da sua remuneração original. Michell acrescenta: O lançamento da SAA representa um passo muito importante, especialmente para os realizadores de cinema britânicos, que só foram reconhecidos como autores em 1996, graças a uma Directiva europeia. Os autores europeus têm de trabalhar em conjunto.

Luigi Berlinguer, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu, acolheu favoravelmente a criação da nova organização, tendo salientado a necessidade de serem encontradas plataformas de entendimento entre os titulares dos diversos interesses em confronto no que diz respeito às novas formas de utilização das obras audiovisuais, evitando os discursos ideológicos que subjazem a esses interesses e que têm dificultado o diálogo entre as diversas partes interessadas.

<http://www.saa-authors.eu/>

SPA INVESTE EM FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

No âmbito do plano de modernização da SPA e reconhecendo a importância dos recursos humanos como principal factor de desenvolvimento e competitividade para a melhoria do funcionamento da cooperativa, a Administração vai levar a cabo um amplo Plano de Formação nas áreas de línguas (inglês), novas tecnologias (Office/Windows) e Gestão Departamental.

O Plano, que vai ao encontro das exigências legais em matéria de formação, terá início em Setembro e conta com uma primeira participação de 83 colaboradores, divididos por cinco turmas, sendo feito ao abrigo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com custos reduzidos para a SPA. A formação decorrerá uma vez por semana, no período da manhã, estando devidamente acautelado o normal funcionamento dos serviços. A Administração encontra-se ainda a trabalhar na criação de um sistema de avaliação de desempenho, a par das empresas mais evoluídas, com o intuito de instituir, em parceria com os sindicatos, um novo e mais actualizado plano de carreiras.

*O Conselho de Administração da SPA
Lisboa, 2 de Julho de 2010*

SPA REDUZ DESPESA PARA FAZER FACE À CRISE

PLANO DE CONTENÇÃO RIGOROSAMENTE EXECUTADO

Na sequência do plano de contenção aprovado pela Direcção no início de 2009 em resposta à grave crise económica e social que atinge os autores e as indústrias culturais, a Administração da SPA pôs em prática um conjunto de medidas que se traduziram numa redução efectiva da despesa corrente da cooperativa.

As reduções mais importantes verificaram-se na área das despesas com Seguros (-29,4% que em 2008), Água (-63,7%), Combustíveis (-24,5%), Publicidade (-61,5%), Comunicações (-3,83%), Material de Escritório (-4,5%), Limpeza/ Higiene e Segurança no Trabalho (-7%) e Vigilância e Segurança (-2,08%). De salientar ainda a redução efectuada na rubrica Outros Fornecimentos e Serviços, cujos custos diminuíram, relativamente ao ano anterior, cerca de 37,8%, bem como os custos com escritórios de advogados externos, cuja redução foi da ordem dos 53,3%. Como foi afirmado, estas reduções inscrevem-se num plano mais amplo, com o qual a Administração da SPA pretende fazer

face às crescentes dificuldades resultantes da crise financeira, económica e social cuja dimensão e alcance ninguém consegue ainda prever, mas que, seguramente, irá deixar uma marca muito negativa nas indústrias culturais e em todo o processo de cobranças a ela associado. Nem por um momento, a Administração da SPA deixa de ter presentes as suas responsabilidades no que toca a uma gestão austera e realista que assegure a sustentabilidade da cooperativa nos próximos anos, deixando-a ao abrigo dos perigos e ameaças que a cercam.

*Lisboa, 27 de Maio de 2010
Conselho de Administração*

SPA REGISTA AVANÇOS NAS DISTRIBUIÇÕES

Na sequência da entrada em funcionamento ainda parcial do SGS – Sistema de Gestão de Sociedades –, nomeadamente no sector da distribuição, a Administração da SPA congratula-se com os avanços e melhorias técnicas registados em torno desta área fundamental para os autores. Deste modo, de acordo com os respectivos serviços, desde o início das distribuições efectuadas com recurso ao SGS, a SPA obteve uma percentagem de 87,3% de obras classificadas, cerca de 254.638 num total de

291.496. Também o "ratio" de classificação relativamente a obras utilizadas (execuções e reproduções) atingiu os 93,7%, cerca de 3.928.710 num total de 4.189.937 utilizações. Apesar de existirem ainda distribuições com valores não identificados por efectuar e de muitos procedimentos continuarem a ser manuais, a SPA aproxima-se cada vez mais do grupo das sociedades que se caracterizam por uma maior eficiência, rigor e objectividade na documentação, classificação e distribuição dos direitos dos autores.

Este avanço inscreve-se na dinâmica de modernização da cooperativa, compromisso assumido com os cooperadores e essencial para a sua credibilidade e progresso material e institucional.

*Lisboa, 6 de Setembro de 2010
O Conselho de Administração da SPA
Mais informações em www.spautores.pt*

PROVEDORIA DA JUSTIÇA CONTACTA SPA PARA ANALISAR REGIME DE PENHORAS DOS AUTORES

Na sequência das várias tomadas de posição e comunicados emitidos pela Administração da SPA acerca do regime de penhoras que injustamente

incide sobre os autores, o Provedor de Justiça determinou a abertura de um processo, de sua iniciativa, com o objectivo de ver "clarificada", sem excluir a hipótese de alteração legislativa, a questão dos limites à impenhorabilidade (parcial) dos direitos de autor, em especial quando constituam a única fonte de rendimento do seu titular. Para tanto, haverá uma audição prévia das entidades públicas que possam contribuir para a resolução do problema, designadamente a SPA, após o que será tomada uma decisão final sobre o assunto.

De salientar, no entanto, que a Provedoria da Justiça não possui competência legal para anular, revogar ou modificar os actos dos poderes públicos, sendo a sua actuação meramente de persuasão e baseada em propostas efectivas e recomendações.

A Administração da SPA congratula-se assim com mais um importante passo dado no sentido de repor a devida justiça relativamente a uma situação iníqua e fortemente lesiva da vida e dos interesses dos autores.

*O Conselho de Administração da SPA
Lisboa, 8 de Julho de 2010*

AS PALAVRAS DE GUSTAVO MATOS SEQUEIRA EM REVISTA

Um dos fundadores da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses (SECP, hoje SPA), nela exerceu, durante 35 anos e até falecer, em 1962, o mais representativo dos seus cargos: o de Presidente da Assembleia-Geral. O seu nome de baptismo - Gaspar Cardoso de Sequeira. Mas aquele por que ficou sempre conhecido - Gustavo de Matos Sequeira.

São dele as palavras que revisitamos nesta Autores. Um artigo memorialista detalhado que surgiu, desde logo, no Boletim n.º 1 da então SECTP - como então se denominava esta revista -, publicado no Verão de 1958, na página 20. Por ocasião das comemorações do Centenário da Proclamação da República, achámos oportuno relembrar um tema - "Os primórdios da Censura" - que se coaduna com a época de que se celebra aquela efeméride. Desta forma, fazemos jus ao objectivo que presidiu à criação desta secção, em que se transcrevem as palavras de grandes nomes de autores portugueses, todos já

falecidos, immortalizadas num boletim da cooperativa, para que nos possamos aperceber "da importância da SPA como instituição cultural de referência, ao longo de mais de oito décadas", precisamente, de 85 anos.

A preservação deste artigo de cariz histórico, assinado pelo distinto arqueólogo, jornalista, teatrólogo, poeta e membro destacado da então SPA, é mais um valioso contributo "para levar por diante a preservação e difusão de uma memória colectiva, que pertence a todos os autores portugueses e, consequentemente, à cultura portuguesa", conforme um dos desígnios desta casa de autores.

Gustavo de Matos Sequeira nasceu em 1880, na Rua Nova de Santo António, em Lisboa. Filho do conselheiro Joaquim Germano de Sequeira, distinguiu-se como arqueólogo e foi secretário da Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses.

Continuou a erudita obra do Visconde de Castilho (Júlio),

Lisboa antiga, com o título Depois do Terramoto, publicada em volume, tendo saído na revista Ocidente muitos capítulos. Em separata do Boletim daquela associação publicou-se deste escritor uma interessante notícia histórica, ilustrada de fotogravuras, da antiga vila Noudar na raia espanhola (Guadiana), e há esparsos por grande número de jornais diversos escritos do mesmo género.

Gustavo de Matos Sequeira foi funcionário superior da Alfândega de Lisboa, além de jornalista, teatrólogo, poeta. No dizer de Aquilino Ribeiro seria aquele "que sabe tudo, conhece tão bem os grandes lances como os mexericos da história".

Como mencionado no início, foi um dos fundadores da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses (SECT, hoje SPA), onde exerceu, durante 35 anos e até falecer (1962), o mais representativo dos seus cargos: o de Presidente da Assembleia-Geral. EE

OS PRIMÓRDIOS DA CENSURA*



Foi em 1596 que os «zeladores do Bem Público» começaram, ao que parece, a intervir nas representações teatrais. Uma carta régia dirigida ao Senado da Câmara de Lisboa, datada de 9 de Junho desse ano, estabelece práticas fiscalizadoras da Moral, sugerindo não se consentir em tais espectáculos sem que o texto e composição das comédias, farsas e autos fossem revistos e autorizados por dois vereadores letrados, e sem que se lhes marcasse a duração das representações com indicação dos períodos defesos. Fora da capital a supervisão de tais textos ficaria a cargo dos corregedores, juizes e provedores das comarcas e outros lugares.

O diploma régio que diz querer evitar, com tais medidas, os inconvenientes que podiam resultar da exibição dos funâmbulos e volatins, sem tirar tal entretenimento ao povo nem o socorro que ele dá aos Hospitais, deter-

mina também que as mulheres não possam representar de homens nem os homens possam representar de mulheres, critério este que variou com o tempo.

Outra carta régia, de 9 de Julho do mesmo ano, prescreve os dias de defeso. Estes eram durante todo o tempo do Advento, as Domínicas da Septuagésima e do Quasimodo, o dia de Natal, a Domínica da Páscoa e os dias de festa de Nossa Senhora de Agosto e de Todos os Santos.

Dezasseis anos depois preceituam-se os mesmos princípios, no Alvará de 10 Novembro de 1612, frisando a proibição essencial das peças indecentes e prejudiciais aos bons costumes.

Em 1635, era a Mesa da Consciência que designava o local das exhibições, e era o Desembargo do Paço o encarregado da censura do espectáculo. Os «travestis» continuavam a não ser permitidos. Estas medidas mantiveram-se por largos anos e, ainda em 1737, se defendiam com ferocidades que chegaram à ameaça da demolição dos Teatros. Anos depois, em 1742, um Decreto de 16 de Dezembro desse ano, revoga o privilégio que tinha o Hospital Real de Todos os Santos de autorizar as representações, talvez porque a mira do lucro que para ele advinha fizesse diminuir o zelo pelo Bem Público, no tocante à Moralidade exigida legalmente. O Senado ficou então com a superintendência geral dos teatros, e intervinha até no ajuste dos cómicos que tinham exigências tremendas, pois além de chorudos ordenados (principalmente os bailarinos italianos) tinham casa paga e posta de tudo desde o tremó doirado às mechas: fusil e pederneira para acender o lume.

O descrédito dos cómicos e das cómicas apregoava-se amiúde no setecentismo. Frei João Pacheco no seu «Divertimento Erudito», emparelha os títeres, cómicos, funâmbulos e volatins aos mendigos que mostravam os aleijões pelas estradas, e chama-lhes «gazuas universais para abrir as bolsas».

O prior de São Lourenço de Lisboa negou-se confessar e a dar comunhão ao actor da Rua dos Condes, Manuel

Rodrigues Lopes, em 1778. O pobre cómico reclamou para o Arcebispo dos escrúpulos do seu pároco que entendia que tal paroquiano, dada a sua profissão, estava sempre em «ocasião próximo do pecado mortal», e o Prelado deu-lhe razão.

Um escritor anónimo da mesma época dando num manuscrito, um parecer sobre teatros e com dias, manifestou ideias diametralmente opostas a estas e saiu em defesa dos espectáculos, citando que se davam, na Semana Santa, nos próprios conventos de freiras, noticiando que o Papa Pio VI condecorara um Mestre de Danças, esclarecendo que havia Santos e Santas que tinham sido cómicos e cómicas (São Policarpo, por exemplo), e que em Madrid tinha morrido uma cómica que exercitava em casa todas as obras de Misericórdia e todas as virtudes teologais.

Isto não impediu que, em 1791, os Procuradores dos Misteres da «Casa dos Vinte e Quatro», representassem à Câmara contra a afluência de espectáculos em Lisboa, que não eram senão extorsões feitas ao público por estrangeiros, propondo que se fixasse o preço das entradas e se lhes desse um prazo para permanecer na capital. As Máquinas e Autómatos que se exibiam na Rua dos Algibebes, um prestidigitador que estava no Teatro do Salitre e um francês que apresentava, na Praça, cavalos amestrados, prejudicavam o Bem Público de maneira a afligir a moral.

Apesar de tudo a corte gostava de teatro. D. João V mandou construir e improvisou salas de espectáculos, D. José I ergueu o famoso Teatro do Paço da Ribeira, no tempo de Pombal esteve a Zamperini a devorar os dobrões na Rua dos Condes, e não consta que os Zeladores do apregoado Bem Público arriscassem os seus protestos contra a imoralidade dos bailarinos e das cantarinas.

(*) Boletim n.º 1, Verão de 1958, p. 20

MATILDE ROSA ARAÚJO (1921-2010)

O ADEUS À TILA NA SALA CARLOS PAREDES DA SPA

“A nossa querida fada-madrinha partiu da sua casa de autores”

“A NOSSA QUERIDA MATILDE PARTE HOJE DE CASA, da sua casa de autores. Parte, mas leva com ela parte do nosso coração”. Foi com estas palavras simples, mas comovidas, que José Jorge Letria, Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Portuguesa de Autores, se despediu, em nome de todos os seus pares, da doce Matilde Rosa Araújo, a quem chamou carinhosamente de “a nossa fada-madrinha”.

O adeus à Tila, como era chamada pelos amigos e diminutivo que figura no título da sua obra mais conceituada – “O Livro da Tila” –, com poemas musicados por Fernando Lopes Graça, aconteceu na Sala Carlos Paredes da SPA, no dia 7 de Julho, antes da saída do féretro para o Cemitério dos Prazeres. Uma honra para esta cooperativa e uma derradeira homenagem, mais uma, àquela que “foi sempre uma

amiga” da casa, desde que para aqui entrou em 17 de Dezembro de 1960, tinha ela 39 anos.

“Era uma luz que andava sempre à frente deste cortejo da escrita e da palavra”, referiu-se-lhe o amigo de longa data e também escritor para os mais novos José Jorge Letria, não escondendo que “o seu amor pela palavra conseguiu deixar semente”. É disso testemunho, nomeadamente, a parcela grande de difusão da literatura portuguesa por que foi responsável nas escolas, junto dos seus alunos e dos jovens que a ouviram e leram por esse país fora, quer como professora, quer como escritora convidada para os incentivar à leitura.

Dando continuidade à expressão de vontade e esperança da autoria de Rui Belo “tudo é possível, é só querer”, “foi isso que ela deixou sempre nas escolas por onde passou”, disse o Vice-Presidente da SPA, lembrando que “Matilde escolheu os mais simples como objecto da sua arte – as crianças”. Mas “não foi só a literatura que perdeu um valor de referência”, conforme acentuou, “mas toda a cultura e cidadania, pois Matilde Rosa Araújo foi uma mulher de compromissos e de responsabilidades e com a

sua doçura soube partilhar afectos”.

“Apesar de ser uma parte de nós todos que morre com ela, a sua luz própria continuará a iluminar o nosso caminho para que estejamos unidos em torno do que é verdadeiramente importante”, concluiu José Jorge Letria, ante o féretro da querida fada Matilde, em redor do qual se uniram, emocionados, familiares, amigos, companheiros de lides e singelos leitores anónimos.

Falaram também na despedida final a Matilde os escritores de literatura infanto-juvenil e membros da Direcção da SPA Alice Vieira e António Torrado, e ainda a representante do Comité Português da UNICEF Madalena Marcelo Grilo e a Dr.ª Maria Manuela Eanes, presidente do Instituto de Apoio à Criança, instituições de que Matilde foi sócia fundadora. Nesta última exerceu mesmo até final da vida as funções de directora do seu boletim, tendo aí escrito o imortalizado “o mais belo poema à criança”, como considerou Manuela Eanes. Pelo velório na SPA passaram muitas personalidades que admiravam a doce magia desta fada madrinha, contando-se entre os acompanhantes ao funeral a Dr.ª Maria de Jesus Barroso Soares, sua amiga.

“FLORINDA E O PAI NATAL” SAI EM OUTUBRO

A escritora Matilde Rosa Araújo, que morreu na madrugada do dia 6 de Julho, em

sua casa em Lisboa, aos 89 anos, ficará para sempre ligada à docência, à literatura infantil e à defesa dos direitos das crianças numa longa e premiada carreira literária. O Prémio de contos infantis Matilde Rosa Araújo, criado há 8 anos e promovido pela Câmara Municipal da Trofa e que já contou com a participação de mais de 2000 autores, estendeu-se pela primeira vez, na edição de 2009/2010, aos países de língua oficial portuguesa, graças à associação estabelecida com o Instituto Camões.

Em 2004, quando recebeu o Prémio de Carreira da SPA, Matilde Rosa Araújo afirmou que “os jovens lhe ensinaram uma espécie de luz da vida”, porque “o seu olhar é de uma verdade intensa e absoluta”. Entre os seus livros mais importantes para a infância contam-se “Os Direitos das Crianças”, “O Palhaço Verde” e “O Livro da Tila” (1957), nome pelo qual era conhecida entre os amigos.

Matilde Rosa Araújo - que dizia conhecer dezenas de estabelecimentos de ensino do continente e ilhas - mantém-se viva através da Escola Básica 2,3 de São Domingos de Rana e da Biblioteca Municipal de Alcabideche, em Cascais, que foram baptizadas com o seu nome, tal como sucedeu a um prémio revelação na literatura infantil e juvenil instituído pela autarquia daquela vila em 1998.

No dia dos seus anos, em 2008, a SPA homenageou, uma vez mais, a sua querida fada madrinha com uma festa de aniversário comovente, em que foi aproveitada a ocasião para o lançamento daquele que seria o seu último livro, uma belíssima obra para crianças escrita a verde, a sua cor preferida, intitulada “Lucilina e Antenor”. Com desenhos de Constança Lucas, o livro foi apresentado pelo editor da Calendário, responsável pela sua publicação.

Já a título póstumo, como referimos noutra local desta revista, Matilde Rosa Araújo foi homenageada em Beja no passado dia 18 de Setembro, durante a 11.ª edição do Encontro “Palavras Andarilhas”, juntamente com um seu par e amigo, António Torrado.

A Câmara Municipal de Cascais anunciou, igualmente, a atribuição da Medalha de Honra do município à escritora, explicando este acto pela forte ligação que a autarquia “tinha e tem”, em virtude de a escritora ter vivido “em Cascais durante muitos anos e a sua obra era muito apreciada por jovens e professores de todo o concelho”.

O inédito “Florinda e o Pai Natal” será editado também a título póstumo, em Outubro, pela Calendário, de acordo com fonte da editora. A obra conta com ilustrações de Maria Keil, com quem colaborava.

MUITAS DISTINÇÕES PARA AQUELE OLHAR DE MENINA

Nascida em Lisboa a 20 de Junho de 1921, numa quinta dos avós em Benfica, Matilde Rosa Araújo licenciou-se, em 1945, em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, tendo feito uma tese sobre jornalismo, arte que a fascinava e que praticou, colaborando em inúmeros jornais. Depois, foi professora do ensino técnico profissional em várias cidades do país, tendo ficado efectiva no Porto. Foi também professora do primeiro curso de Literatura para a Infância, na Escola do Magistério Primário de Lisboa.

Nos seus livros, a autora centrou-se sempre em três grandes eixos de orientação: a infância dourada, a infância agredida e a infância como projecto.

A sua estreia na literatura teve lugar em 1943 com “A Garrana”, uma história sobre a eutanásia com a qual venceu o concurso “Procura-se um Novelista”, do jornal O Século, em cujo júri de encontrava Aquilino Ribeiro.

Na literatura para crianças, o primeiro título publicado foi “O Livro da Tila” (1957) - escrito nas viagens de comboio entre Lisboa e Portalegre, onde leccionava, e cujos poemas foram musicados por Lopes Graça. Seguiram-se “O Palhaço Verde”, “História de um Rapaz”, “O Sol e o Menino dos Pés Frios”, “O Reino das Sete Pontas”, “História de uma Flor”, “O Gato Dourado”, “As Botas de Meu Pai”, “As Fadas Verdes” e “Segredos e Brincadeiras” e os mais recentes “A Saquinha da Flor” e “Lucilina e Antenor”, entre cerca de 40 títulos. Com ela colaboraram várias gerações de ilustradores portugueses, de Maria Keil a Gémeo Luís e a João Fazenda.

Em 2009, foi publicada a obra Matilde Rosa Araújo – “Um Olhar de Menina”, uma biografia romanceada da escritora com texto de Adélia Carvalho e ilustração de Marta Madureira. Membro da Sociedade Portuguesa de Escritores (actual APE), Matilde Rosa Araújo ocupava um cargo directivo quando, em 1965, a instituição premiou o angolano



José Luandino Vieira, então preso no Tarrafal, o que levou a PIDE a invadir as instalações e a demitir a direcção.

Entre muitas outras distinções, em 2003, a escritora foi ainda condecorada, a 8 de Março, Dia da Mulher, pelo Presidente Jorge Sampaio, e em Novembro a Sociedade Portuguesa de Autores decidiu, por unanimidade, agraciá-la com o Prémio Consagração de Carreira (entregue em Maio de 2004), pela sua "obra de particular relevância no domínio da literatura infanto-juvenil". "É uma generosidade muito grande por uma carreira que me deu mais a mim do que eu dei a ela", disse a escritora, na altura em que recebeu o prémio da SPA.

Edite Esteves

SPA PROPÕE NOME DE MATILDE ROSA ARAÚJO PARA ARTÉRIA DE LISBOA

A Sociedade Portuguesa de Autores propôs à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição, com a brevidade possível, do nome da escritora Matilde Rosa Araújo a uma artéria da capital, desejavelmente compatível com a importância da vida e da obra da autora agora desaparecida.

Recorde-se que Matilde Rosa Araújo, cujas exéquias fúnebres decorreram na Galeria Carlos Paredes da SPA, foi distinguida com o Prémio Consagração de Carreira da cooperativa em 2004 e com a Medalha de Honra em 2005.

Considera a SPA, que o nome da escritora é merecedor desta distinção, designadamente como forma de reconhecimento da sua ligação de sempre a Lisboa e da grandeza da sua obra e do seu exemplo cívico.

*O Conselho de Administração da SPA
Lisboa, 15 de Julho de 2010*

CARTÃO DE PESAR DA SPA

A Direcção e a Administração da Sociedade Portuguesa de Autores manifestam o mais sentido pesar pelo falecimento da escritora e cooperadora Matilde Rosa Araújo, falecida na sua residência em Lisboa, após doença prolongada, aos 89 anos.

Autora de obras marcantes da literatura portuguesa, designadamente para o público mais jovem, Matilde Rosa Araújo era associada da SPA desde Dezembro de 1969 e cooperadora desde Fevereiro de 1992.

Poeta, pedagoga e autora de uma vasta obra para os leitores mais novos, Matilde Rosa Araújo foi distinguida com o Prémio Consagração de Carreira da SPA em 2004 e com a Medalha de Honra da cooperativa em 2005.

Natural de Lisboa, onde nasceu em 20 de Junho de 1921, foi professora em vários pontos do País, designadamente em Portalegre, onde conviveu e se tornou amiga de José Régio. Entre os seus amigos e mais chegados companheiros de letras contavam-se figuras como Sebastião da Gama, Jacinto do Prado Coelho ou David Mourão-Ferreira.

Matilde Rosa Araújo estreou-se em livro com "A Garrana", em 1943, iniciando o seu percurso como escritora de literatura para os mais novos com "O Livro da Tila", em 1957. Embora tenha sido autora de livros para adultos, Matilde Rosa Araújo destacou-se, sobretudo, como autora de livros para crianças, com títulos de referência como "O Palhaço Verde", "As Fadas Verdes" ou "O Livro da Tila", tendo Fernando Lopes-Graça musicado vários textos desta obra. "Lucilina e Antenor" foi a última obra que publicou, em 2008.

Distinguida com importantes prémios literários, caso do Grande Prémio Gulbenkian de Literatura para Crianças, Matilde Rosa Araújo participou em eventos literários no estrangeiro, designadamente na Bienal Internacional do Livro de São Paulo. A escritora foi agraciada com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

O corpo de Matilde Rosa Araújo estará em câmara ardente na Sala-Galeria Carlos Paredes da SPA (Rua Gonçalves Crespo, 62), a partir das 17h30 de hoje, realizando-se o funeral às 15 horas de amanhã, quarta-feira, para o Cemitério dos Prazeres.

*A Direcção e Administração da SPA
Lisboa, 6 de Julho de 2010*



JOÃO AGUIAR (1943-2010)

A voz dos deuses conferiu-lhe a intemporalidade

"A VOZ DOS DEUSES", romance com que se estreou em 1984, depois de uma carreira feita no jornalismo, assegurou-lhe desde logo, um lugar de referência na literatura portuguesa contemporânea. Aquela força entrou fulgurante na sua vida, para não mais o deixar. Agora, passados 26 anos de narrativas diversas e contínuas – era dos poucos que vivia exclusivamente da e para a escrita -, João Aguiar viu-se forçado a acudir a um outro chamamento: o que o lhe permitia repousar o espírito e o corpo esgotados pela luta contra um cancro que o minava.

Nos últimos meses, retirou-se como quem se prepara para a morte. Afastou-se dos amigos e fechou-se no seu círculo. Partiria, vencido enfim, no dia 3 de Junho



deste ano, com 66 anos, sem ter conseguido cumprir a sua última vontade: escrever um romance histórico sobre a revolução de 1383, que levou o Mestre de Avis, futuro D. João I, ao trono. "Aquele livro que sempre quis fazer", segundo teria confidenciado a Francisco José Viegas, numa das suas últimas viagens.

"Serei talvez a última pessoa a apreciar com lucidez os meus livros. É a minha convicção e o meu "programa de vida". Quando um autor começa a debruçar-se sobre a sua obra, torna-se um chato e um convencido", contrapôs numa entrevista à Autores, há dois anos, quando convidado a fazer um balanço da sua obra literária e do significado do livro que o fez renascer. E sublinharia, atestando a aspiração a que se referia: "Limito-me a dizer que fiz o melhor que pude e soube e que, com certeza, poderia fazer melhor... E é aqui que entra o "por fazer": o meu melhor livro está sempre por fazer!".

Mas se a escrita foi literalmente a sua vida – era solteiro, não tinha filhos e dedicava-lhe todo o seu tempo -, a sua morte não terá, decerto, quebrado essa corrente de partilha, pois a sua diversificada obra é intensamente marcada pela intemporalidade e pela universalidade, como refere, aliás, o cartão de pesar que a SPA aqui lhe deixa em memória.

Há cinco anos tinha sofrido já um ataque cardíaco e havia deixado o cachimbo, cujo cheiro o tornava conhecido à distância, acompanhando-o na placidez do seu estar, no rigor da sua investigação e da sua linguagem e até no humor fino que manifestava, apesar de camuflado por uma timidez que teimava em não desaparecer.

Num primeiro contacto, a timidez de João Aguiar lembrava uma pessoa "antipática, algo convencida". Era preciso passar o muro para descobrir o contador de histórias de humor apurado, o cavalheiro que Alice Vieira descreve como "um príncipe". "Era atencioso, culto e muito divertido. Era um prazer conversar com ele", descreve-o. Ela que o conheceu ainda nos tempos do Diário de Notícias... Nas redacções, de resto, Aguiar era uma excepção entre colegas formados pela tarimba: tinha estudado Jornalismo em Bruxelas, depois de completar o curso de Filosofia em Lisboa.

São dele as concludentes palavras, extraídas daquela mesma entrevista para a nossa revista: "Escrever é uma necessidade íntima e a resposta a uma outra

necessidade: a de comunicar com o meu próximo. Ao escrever, não penso nas vendas embora precise delas, mas, se pensasse, toda a minha escrita ficaria viciada e adulterada... O prazer de escrever é muito complexo, vem misturado com uma grande tensão, com irritabilidade, com cansaço, com impaciência. Escrever é um prazer masoquista. Ninguém disse que um escritor é uma alma simples e saudável."

AJUDOU MUITOS JOVENS A INTERESSAR-SE POR LITERATURA

Poucas coisas, de facto, o aborreceriam tanto como "o escrever e falar mal português". Talvez por isso nunca tenha rejeitado um convite para debates em escolas. Com uma condição: só ia se os alunos tivessem lido pelo menos um dos seus livros e estivessem preparados para fazer perguntas. "Tenho a certeza que ajudou muita gente na casa dos 16, 17 anos, a interessar-se por literatura, pela sua vivacidade a contar histórias e por escrever sobre história", afirma José Jorge Letria, Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Portuguesa de Autores, que o conhecia há 30 anos, muito antes de ele entrar para a cooperativa em Fevereiro de 1993 e de se tornar cooperador, cinco anos mais tarde.

O acordo ortográfico não lhe merecia subscrição. Insurgia-se contra a ideia: "Que eu saiba, os francófonos não se preocuparam com acordos ortográficos e os anglófonos tão pouco o fizeram. Neste segundo caso, os ingleses têm a sua ortografia e os americanos estão a arranjar uma (que me deixa perplexo, mas enfim) e não é por isso que não se entendem nem que o intercâmbio literário é menor. Nós temos a mania das panaceias, agora, é o acordo que vai dar força e vigor à língua portuguesa... Com todo o respeito por quem assim pensa, julgo que é mais uma ilusão".

João Aguiar nasceu em Lisboa. Por vocação teria seguido Filosofia ou História. Por devoção seguiu para Bruxelas de onde só regressou em 1976, jornalista feito. Durante 40 anos trabalhou na imprensa, na rádio e na televisão. Aos 40 de idade, escreveu "A Voz dos Deuses" e nasceu de novo, desta vez, escritor... Autor da Asa desde 1984 e da SPA desde 1998, tem leitores de todas as idades. É dele uma confissão à Autores, bem interessante: "É um sentimento delicioso encontrar uma rapariga ou um rapaz de 18 ou 20 anos que me diz qualquer coisa como: 'O senhor tem-me acompanhado desde os 11 anos, com o Bando dos Quatro, depois, passei aos seus romances para adultos'... Para mim, é mais difícil escrever para jovens. Há uma responsabilidade que não pesa sobre a escrita para adultos: não gosto de dar e não dou, lições de moral, mas não posso nem devo dar modelos negativos". *EE*

CARTÃO DE PESAR DA SPA

A Sociedade Portuguesa de Autores manifesta o seu mais sentido pesar pelo falecimento do cooperador João Aguiar, cuja obra como escritor será lida e lembrada no futuro pela sua qualidade, universalidade e intemporalidade.

Nascido em 1943 e falecido no passado dia 3 de Junho, João Aguiar licenciou-se em Jornalismo pela Universidade Livre de Bruxelas e desenvolveu intensa actividade como jornalista em vários jornais e revistas, até se dedicar exclusivamente ao trabalho de criação literária. O romance "A Voz dos Deuses", de 1984, depressa lhe assegurou um lugar de referência na literatura portuguesa contemporânea, destacando-se das cerca de duas dezenas de obras publicadas títulos como "O Trono do Altíssimo" (1988), "Os Comedores de Pérolas" (1992), "Inês de Portugal" (1997) ou "Lapedo, uma Criança no Vale" (2006). João Aguiar foi também guionista de televisão, tendo integrado a equipa de escritores da "Rua Sésamo", na versão portuguesa. Foi ainda autor do libreto de "Orquídea Branca", com música de Jorge Salgueiro.

João Aguiar integrou ainda a equipa de sete escritores que publicaram, com a chancela da Oficina do Livro, "Os Novos Mistérios de Sintra", "O Código d'Avintes" e "Eça Agora".

A SPA considera que esta perda enluta e empobrece a cultura portuguesa.

Lisboa, 4 de Junho de 2010
O Conselho de Administração

ANTÓNIO MANUEL COUTO VIANA (1923-2010)

Um escritor com um “percurso discreto, por razões ideológicas”

O ESCRITOR E COOPERADOR DA SPA António Manuel Couto Viana morreu no passado dia 8 de Junho, aos 87 anos, no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Residente, há uma dezena de anos, na Casa do Artista, Couto Viana fora internado naquele hospital “nos últimos dias, devido a problemas num pé que se agravaram, vindo a falecer”, segundo revelou a agência Lusa, citando uma fonte próxima da família.

Poeta, encenador, actor e professor, nascido a 24 de Janeiro de 1923, em Viana do Castelo,

o fundador do Teatro do Gerifalto e do Teatro da Mocidade, foi co-director dos cadernos de poesia Távola Redonda e director da revista cultural Graal.

O Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Portuguesa de Autores recordou, na altura, para a revista Ler, a polivalência artística de Couto Viana, como actor, encenador, responsável por dramaturgias para a infância, poeta e “grande memorialista”.

“Cioso do detalhe, foi um homem que trabalhou a memória da poesia e foi um poeta de grande mérito que voltou a ter destaque na última década e meia, porque o seu percurso foi sempre discreto por razões ideológicas, por ser um homem de direita”, especificou José Jorge Letria.

O último livro de António Manuel Couto Viana, poeta, contista, ensaísta, actor, dramaturgo, encenador e figurinista, foi a poesia de Ainda não, com poemas autobiográficos, lançado em Abril. O volume de contos pícaros com o título “O que é que eu tenho Maria Arnalda?” foi editado em Setembro de 2009. Por intermédio de David Mourão-Ferreira estreou-se como actor e figurinista em 1946 no Teatro Estúdio do Salitre, em Lisboa, mas já anteriormente tinha dado os primeiros passos no Teatro Sá de Miranda, na sua terra natal. Foi ainda mestre de cena do Teatro S. Carlos.

Couto Viana integrou também a direcção do Teatro de Ensaio (Teatro Monumental) e da Companhia

Nacional de Teatro.

Encenou óperas para o Círculo Portuense de Ópera e Companhia Portuguesa de Ópera e foi orientador artístico da Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra. Em 1948, estreou-se na poesia com o livro O avestruz lírico, tendo desde então publicado vários títulos.

Entre 1950 e 1954 dirigiu, com David Mourão-Ferreira, Luiz de Macedo e Alberto de Lacerda, os cadernos de poesia Távola Redonda, e mais tarde a revista cultural Graal, tendo ainda feito parte da redacção da revista Tempo Presente (1959-1961).

A Banda da Grã Cruz de Mérito, Grão-Cruz da Falange Galega, Grande Oficialato da Ordem do Infante D. Henrique e a Medalha de Mérito Cultural da Cidade de



Viana do Castelo foram algumas das condecorações que o escritor recebeu ao longo da vida.

Ao longo da sua carreira foi distinguido com vários prémios literários, entre os quais o Prémio Antero de Quental, Prémio Nacional de Poesia, Prémio Fundação Oriente e Prémio Academia das Ciências de Lisboa.

Conselheiro do Conselho de Leitura da Fundação Gulbenkian, Couto Viana encontrava-se a escrever a história da Companhia Nacional de Teatro, de que foi empresário entre 1961 e 1967.*EE*

SPA MANIFESTA PESAR PELA MORTE DE JOSÉ SARAMAGO

A Sociedade Portuguesa de Autores lamenta profundamente a morte de José Saramago, um dos maiores nomes da literatura mundial contemporânea. A obra de José Saramago, sobretudo após ter-lhe sido atribuído o Prémio Nobel da Literatura em 1998, projectou-se internacionalmente a um nível e com uma dimensão até então desconhecidas relativamente a qualquer outro escritor português vivo. Deste modo, também se projectaram internacionalmente o nome de Portugal e o prestígio da cultura portuguesa. Destacando-se, para além da obra de ficção narrativa, como poeta, dramaturgo, jornalista e memorialista, José Saramago assumiu, nas últimas décadas da sua vida, o profissionalismo como escritor de uma forma exemplar, dignificando, também dessa forma, a condição de autor.

José Saramago foi Presidente da Assembleia-Geral da SPA e seu Presidente Honorário, facto que deixa o seu nome ligado à história desta cooperativa. A SPA torna, assim, público o seu pesar pelo falecimento do escritor e apresenta as mais sentidas condolências à sua família. A cultura portuguesa está de luto.

A Direcção e o Conselho de Administração da SPA Lisboa, 18 de Junho de 2010



ANTÓNIO FEIO (1954-2010) Um talento invulgar para a comédia

Ele era o verdadeiro artista, não há dúvida... De "fazer rir até doer", mas também de "fazer chorar as pedras da calçada". A versatilidade e o humor repleto de nonsense brotavam das suas veias criativas de forma tão espontânea, que só de olhar para a sua figura desengonçada e para a sua face expressiva ficava-se contaminado pelo seu invulgar talento para a comédia. António Feio, comediante até à raiz dos cabelos, encenador imaginativo e formador entusiasta, até perto da morte não deixou de se dar a meio-mundo. A coragem com que se afirmou, desde muito cedo, na vida foi também sua companheira na hora da partida. A última mensagem que deixou no Facebook, onde mantinha activa uma vasta rede de fãs, demonstra essa sua sincera teimosia em lutar contra o que já se assumia, na altura, como inevitável e em apoiar os outros para um melhor futuro: "Esqueçam a minha doença! Parem para pensar!".

Nascido na capital de Moçambique, a então Lourenço Marques, em 6 de Dezembro de 1954, António Feio acabou por falecer no dia 29 de Julho, às 23h40, na unidade de Cuidados Paliativos do Hospital da Luz, em Lisboa, vítima

de um cancro no pâncreas, que o molestava há ano e meio. O velório realizou-se no Palácio Galveias.

O anúncio da doença veio interromper um percurso ascendente nos palcos, mas nem os tratamentos o impediram de continuar a trabalhar. Apesar de os médicos lhe terem dado apenas três meses de vida, recusou-se a baixar os braços e encontrou tempo e forças, sabe-se lá onde, para terminar "A Verdadeira Treta", como actor, e de assinar duas encenações, uma das quais "Vai-se Andando", com José Pedro Gomes, o seu parceiro por excelência, desde o início da década de 90. A dupla de actores, cuja química se tornou evidente desde a primeira colaboração, em "Inox - Take 5", assinou vários espectáculos que foram um crescendo de sucesso. Quem não se lembra de "O Que Diz Molero" (ver texto sobre evocação de Dinis Machado), "Arte, Pop Corn", "Jantar de Idiotas", "O Chato", "2 Amores" e muito especialmente a impagável "Conversa da Treta"?!
Beneficiário da SPA desde 21 de Dezembro de 1978 e cooperador a partir de 11 de Dezembro de 2007, António Feio foi sempre uma pessoa

muito considerada por esta casa de autores, como mostram as palavras de pesar pela sua morte aqui juntas numa nota assinada pelo Conselho de Administração e que José Jorge Letria resumiria à comunicação social como tendo sido "uma perda pesada" de quem "ajudou muitos jovens a irem ao teatro" e se revelou com "um talento especialíssimo para a comédia".

António Feio estreou-se no teatro em 1966 e colaborou com estruturas como a companhia Laura Alves, Cooperativa de Comediantes Rafael de Oliveira, Teatro Popular, Teatro Aberto ou Teatro Nacional D. Maria II. Fez televisão, cinema e dobragens, encenou inúmeros espectáculos. Formou gerações de jovens como professor de teatro (no Centro Cultural de Benfica). Foi casado duas vezes e teve quatro filhos.

"APROVEITEM A VIDA" APRESENTADO DEPOIS DA MORTE

Mesmo depois da morte, António Feio não deixou de incitar todos os que aqui ficaram a aproveitar bem a sua passagem por este estádio e a fazer a festa à

sua maneira. Na noite do passado dia 13 de Setembro, decorreu, no Auditório dos Oceanos do Casino Lisboa, a festa de lançamento do livro "Aproveitem a Vida", que o actor escreveu com a editora Maria João Costa nos últimos meses de vida, enquanto lutava contra o cancro no pâncreas. Uma festa tal e qual António Feio a teria concebido, com muita alegria e sem lágrimas. "Isto só não foi encenado por ele porque, infelizmente, o António nos deixou antes de tempo", comentou na apresentação uma fonte da UAU. Reservada a convidados, a noite revelou-se um desfile de surpresas – a começar com as próprias filhas de António Feio, Bárbara e Catarina, que premiaram os presentes com a canção "Quem Diria", composta propositadamente para o actor pela cantora Susana Félix.

De resto, todos os artistas que subiram ao palco – entre profissionais e não profissionais – responderam ao desafio que lhes foi lançado por António Feio. E houve direito a tudo, até à "standcomedy" tão acarinhada pelo autor.

José Pedro Gomes, o cúmplice do costume de António Feio, leu uma carta que escreveu para o amigo, agradecendo-lhe o convívio de muitos anos, e deixou a promessa: "Como tu querias, vamos tornar cada reunião de amigos teus numa grande festa." A noite encerrou com o hino dos Monty Python "Always Look at the Bright Side of Life" [Olhem sempre para o lado fixe da vida]. À boa maneira de António Feio. *EE*

CARTÃO DE PESAR DA SPA

A Direcção e a Administração da Sociedade Portuguesa de Autores tornam público o seu pesar pelo desaparecimento do actor e autor António Feio, associado desta cooperativa desde 1978 e seu cooperador desde 2007. António Feio destacou-se como actor de invulgar talento para a comédia, mas também como encenador talentoso, moderno e criativo que soube escolher os textos certos e os comentários certos para conquistar novos públicos para o teatro.

No teatro, onde começou muito jovem, na televisão e no cinema, António Feio deixou a marca de uma qualidade interpretativa e autoral que não será esquecida. A SPA destaca sobretudo, na hora da partida, o seu talento como autor, dado ser essa a razão de ser da cooperativa dos autores portugueses. António Feio foi um exemplar trabalhador do espectáculo, no sentido mais amplo do termo, e, mesmo na imensa adversidade da doença, revelou uma coragem e um apego à vida que também não devem ser esquecidos.

Por todos estes motivos, a Sociedade Portuguesa de Autores curva-se hoje perante a memória de quem partiu cedo de mais, tendo ainda tanto para dar como actor e autor.

*Lisboa, 30 de Julho de 2010
O Conselho de Administração*

PESAR DA SPA PELA MORTE DE MARIA DULCE

A Sociedade Portuguesa de Autores lamenta o falecimento súbito da actriz Maria Dulce, que era também beneficiária da SPA, desde 1982, como encenadora de textos dramáticos.

Nome grande do teatro, da televisão e do cinema em Portugal, Maria Dulce construiu uma carreira que durou seis décadas, tendo contribuído, como intérprete, para a difusão da obra de muitos autores e tendo também feito incursões, como autora, na área da encenação teatral.

*Lisboa, 26 de Agosto de 2010
O Conselho de Administração da SPA*



EXPOSIÇÃO NA SALA CARLOS PAREDES NA SPA



OS AUTORES E A REPÚBLICA

A exposição "Os Autores e a República", inaugurada pelas 18 horas de 30 de Setembro, vai estar patente ao público de Outubro a Dezembro de 2010. Inserida nas comemorações do Centenário da Proclamação da República, esta exposição foi coordenada pelo **Dr. António Valdemar** e orientada pelo cenógrafo **Fernando Filipe**.

SPA COMEMORA CENTENÁRIO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

No âmbito das comemorações do Centenário da Proclamação da República, Vitorino Salomé lança em Outubro um CD intitulado "Viva a República Viva".

Apoiado pelo Fundo Cultural da SPA e pela Comissão do Centenário da República, este disco integra o "Fado Republicano", composto, a 10 de Outubro de 1910, por Reynaldo Varella, e mais cinco canções ficcionadas sobre o ambiente musical vivido na época.

As imagens são extraídas de um vídeo, produzido para acompanhar o CD.

No próximo dia 21 de Outubro, às 18 horas, Vitorino cantará, juntamente com Carlos Alberto Moniz, as canções deste CD no Auditório Maestro Frederico de Freitas da SPA, numa sessão subordinada ao tema "Canções de e sobre a República".

VIVA A REPÚBLICA VIVA

